



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA  
Av. Araújo Pinho, 39 - Bairro Canela - CEP 40110-150 - Salvador - BA - www.portal.ifba.edu.br

## RESOLUÇÃO CONSEPE/IFBA Nº 43, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova, ad referendum do CONSEPE, a Proposta de criação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino e Formação Docente (PPGEFD), composto pelo curso de Mestrado em Ensino e Formação Docente, de autoria do Campus Porto Seguro em associação com a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

**A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – IFBA**, nomeada pelo Decreto do Ministério da Educação de 23 de dezembro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2019, Seção 2, página 1, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Art. 12 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008,

Considerando o processo SEI nº 23282.001715/2021-07, **RESOLVE**:

Art. 1º Aprovar, ad referendum do CONSEPE, a Proposta de criação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino e Formação Docente (PPGEFD), composto pelo curso de Mestrado em Ensino e Formação Docente, de autoria do Campus Porto Seguro em associação com a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Art. 2º Aprovar, ad referendum do CONSEPE, o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente referente à proposta mencionada no artigo 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 15 de setembro de 2022, por se tratar de urgência justificada nos autos do expediente administrativo.

**Luzia Matos Mota**  
Presidente do CONSEPE/IFBA

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **LUZIA MATOS MOTA, Presidente do CONSEPE**, em 15/09/2022, às 17:04, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2512915** e o código CRC **3F5D199E**.



## **Apresentação de Proposta de Cursos Novos (APCN)**

### **Programa de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente - PPGEFD**

#### **Mestrado Acadêmico em Ensino**

#### **Proponentes: IFBA/UFSB**

#### **NOME:**

Programa de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente - PPGEFD

#### **Dados da instituição 1**

IES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

Sigla: IFBA

CNPJ: 09.087.468/0001-30

Categoria Administrativa: Pública Federal

Organização Acadêmica: Instituto

Lei de Criação: 11.892/08

Endereço do sítio: <https://portal.ifba.edu.br>

Unidade Acadêmica:

Município: Porto Seguro

UF: BA

URL: <https://portal.ifba.edu.br/portoseguro>

E-mail: [depenps@ifba.edu.br](mailto:depenps@ifba.edu.br)

Telefone/Fax: 73 3288-6686

#### **Identificação do(s) dirigente(s)**

Sigla IES: IFBA

Cargo: Reitora

Nome: Luzia Matos Mota

E-mail Institucional: [gabinete@ifba.edu.br](mailto:gabinete@ifba.edu.br)

CPF: 430.536.295-34

Portaria de nomeação: Decreto de 23 de dezembro de 2019 – Presidência da República /MEC (publicado no DOU em 24 de dezembro de 2019)

#### **Dados da instituição 2**

IES: Universidade Federal do Sul da Bahia

Sigla: UFSB

CNPJ: 18.560.547/0001-07

Categoria Administrativa: Pública Federal

Organização Acadêmica: UNIVERSIDADE

Lei de Criação: Lei 12.818, de 05 de junho de 2013

Endereço do sítio: <http://www.ufsb.edu.br/>

Unidade Acadêmica:

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC), Campus Sosígenes Costa

Município: Porto Seguro

UF: BA

URL: <https://www.ufsb.edu.br/cfchs/>

E-mail Institucional: [cfchs@ufsb.edu.br](mailto:cfchs@ufsb.edu.br)

Telefone: (73) 2103-8520

### **Identificação do(s) dirigente(s)**

Sigla IES: UFSB

Cargo: Reitora

Nome: Joana Angélica Guimarães da Luz

E-mail Institucional: [reitoria@ufsb.edu.br](mailto:reitoria@ufsb.edu.br)

CPF: 575.212.390-91

Portaria de nomeação: Decreto de 24 de maio de 2022 – Presidência da República /MEC (publicado no DOU em 25 de maio de 2022)

### **1. Dados da proposta**

Área de conhecimento: Ensino

Área de avaliação: Ensino

Nível: Mestrado

Modalidade do curso: Acadêmico

### **2. Dados do Coordenador (IFBA):**

Nome: Francisco Vanderlei Ferreira da Costa

CPF: 573.272.541-53

E-mail: [franciscovandof@gmail.com](mailto:franciscovandof@gmail.com)

### **Dados da Coordenadora (UFSB):**

Nome: Gabriela Rodella de Oliveira

CPF: 151.975.518-01

E-mail: [gabriela.rodella@ufsb.edu.br](mailto:gabriela.rodella@ufsb.edu.br)

### **3. Polos EaD**

Não existem.

## **4. Caracterização da Proposta:**

### **4.1 Contextualização Institucional e Regional da Proposta**

O Instituto Federal da Bahia (IFBA) e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), articulando e fortalecendo os laços de parceria entre as Instituições de Ensino Superior (IES) federais presentes no território do Extremo Sul da Bahia, representadas pelos *Campi* das duas instituições em Porto Seguro, propõem o Programa de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente (PPGEFD), de mestrado acadêmico, em um movimento conjunto que visa arregimentar recursos humanos em uma soma de esforços com o objetivo de ofertar formação de qualidade para os/as professores/as da Educação Básica do Território Costa do Descobrimento, cujo contexto social é de extrema precariedade e vulnerabilidade.

O município de Porto Seguro está localizado no Território de Identidade Costa do Descobrimento, região no sul do Estado da Bahia. Territórios de Identidade são uma organização adotada pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), instituída pela Lei nº 10.705/2007, que lançou o Plano Plurianual 2008-2011. Essa divisão territorial levou em consideração características locais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições e uma população com grupos sociais relativamente distintos a configurar cada uma das localidades. No momento de implementação desta organização, existiam apenas 26 Territórios de Identidade no Estado. Criado em 2012, a partir do desmembramento do Território Extremo Sul, o Território Costa do Descobrimento tornou-se o vigésimo sétimo. Com oito municípios – Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália –, o território ocupa uma área de 12.132,92 km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 228,78 hab/km<sup>2</sup> e, segundo dados demográficos de 2018, população de 378.407 habitantes.

Segundo o documento Território de Identidade Costa do Descobrimento Perfil Sintético, produzido em 2015 pela Secretaria de Desenvolvimento Rural,<sup>[1]</sup> o índice de analfabetismo no território é de 17,9%, mas mais de 90% da população entre 6 e 14 anos têm

acesso à Educação Básica, um dado bastante positivo, que contrasta com o número ainda alto de analfabetos. Outro dado relevante está no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb – vide tabela abaixo), a partir do qual pode-se perceber que a região apresenta números abaixo do esperado para o país. A distância entre a expectativa e a realidade já existe nos resultados da Educação Infantil, mas se alarga ainda mais no Ensino Fundamental e, em alguns municípios, amplia-se também no Ensino Médio. São números que demonstram, entre outros fatores relevantes, possíveis lacunas presentes na formação dos docentes e em proposições de práticas educacionais adequadas ao território.

Município	IDEB 4 e 5 anos	IDEB 8 e 9 anos	IDEB EM
Belmonte	4.0	3.0	2.9
Eunápolis	4.4	3.4	3.0
Guaratinga	4.2	3.5	2.6
Itabela	4.3	3.2	2.9
Itagimirim	3.7	3.0	2.1
Itapebi	4.1	2.0	2.3
Porto Seguro	4.5	3.5	2.6
Santa Cruz Cabrália	4.3	3.3	-

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

Tais dados apontam para a relevância de um **programa de pós-graduação de mestrado acadêmico** voltado para o ensino no território, que lide com fundamentos teóricos e práticos capazes de operar mudanças na realidade educacional local, por meio da formação qualificada de docentes, contribuindo assim para a implantação de políticas educacionais adequadas e de propostas de transformação.

Em relação à quantidade de docentes por modalidade educacional nos oito municípios do território, tem-se:

<b>Município/Etapa de Ensino</b>	<b>Educação Infantil</b>	<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Ensino Médio</b>	<b>Total</b>
Belmonte	77	223	43	343
Eunápolis	307	877	268	1.452
Guaratinga	51	211	46	308
Itabela	49	228	35	312
Itagimirim	22	65	14	101
Itapebi	35	100	14	149
Porto Seguro	369	1.068	321	1.758
Santa Cruz Cabralia	83	232	46	361
<b>Total</b>	<b>993</b>	<b>3.004</b>	<b>787</b>	<b>4.784</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica, 2019. Brasil: Inep, 2020.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no cenário da educação nacional, o Estado da Bahia ainda apresenta grande concentração de docentes atuantes na rede de Educação Básica sem formação em licenciatura, ou complementação pedagógica. Concentrando-se na região de abrangência desta proposta, a quantidade de docentes com mestrado é bastante limitada, fato que leva a menos doutores ainda. Dessa forma, um amplo programa, tendo a temática do ensino e das práticas pedagógicas como foco, apresenta-se como alternativa necessária para o território, pois há demanda reprimida e acentuada na região.

As instituições que encampam essa proposta, UFSB e IFBA, interagem e atuam fortemente no território. Estão inseridas na realidade da região, que apresenta elevados níveis de desigualdade social, marcada pela ascensão da violência no campo e na cidade, bem como pela precariedade da formação para o trabalho e pela oferta restrita de empregos. Em face dessas carências, justifica-se plenamente a iniciativa governamental de implantar na região instituições de educação superior e de educação técnica de ensino médio. UFSB e IFBA, inclusive, possuem desenhos institucionais ajustados a esse contexto de carências e de

demandas.

Para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, a UFSB conta com três *campi*, localizados nas cidades de Itabuna (Campus Jorge Amado), Porto Seguro (Campus Sosígenes Costa) e Teixeira de Freitas (Campus Paulo Freire). Cada *campus* conta, por sua vez, com a Rede Anísio Teixeira de Colégios Universitários (Rede CUNI), instalações da UFSB em escolas da rede pública estadual atendendo a municípios que se encontram em localidades com mais de 20 mil habitantes e em bairros de baixa renda, assentamentos, aldeias indígenas e comunidades quilombolas. A Rede CUNI oferta, no início do curso, uma formação geral universitária a todos os estudantes matriculados na universidade em seu próprio local de moradia.

Um dos princípios da UFSB, expresso em seu Plano Orientador (2014) de implantação, é a consolidação de uma “interface sistêmica com a Educação Básica – ao fomentar formação interdisciplinar e flexível de quadros docentes para os níveis médio, fundamental e infantil de ensino”. Para tornar realidade esse princípio, essa universidade tem como diretriz a integração estruturante da educação superior com a Educação Básica mediante estratégias de articulação interinstitucional. Esse movimento visa superar, por meio de parceria com a Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC/BA), enorme e histórica lacuna na formação de professores em todo o Estado, tendo como foco a região do Sul e do Extremo Sul. Mais recentemente, houve manutenção desse princípio nas metas das políticas de ensino presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024) da Universidade.

Como modo de atender a esta demanda, a UFSB oferece cursos de Licenciaturas Interdisciplinares, cujo perfil do egresso se define em função de competências para uma prática pedagógica interdisciplinar e intercultural. O Programa Interdisciplinar de Formação de Professores caracteriza-se, assim, por turmas de estudantes e por grupos de professores de diversas áreas trabalhando em equipes docentes integradas; pelo diálogo com mestres dos saberes tradicionais, convocados a participar da formação docente; e pelo currículo diversificado, a partir de cinco grandes áreas de formação docente (Licenciatura Interdisciplinar em Artes e suas tecnologias; Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais e suas tecnologias; Licenciatura Interdisciplinar em Ciências da Natureza e suas tecnologias; Licenciatura Interdisciplinar em Linguagens e suas tecnologias; Licenciatura Interdisciplinar em Matemática e Computação e suas tecnologias).



Soma-se à existência da Rede CUNI e à oferta de Licenciaturas Interdisciplinares, a experiência inovadora que a UFSB implementa com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC/BA), através da constituição dos Complexos Integrados de Educação (CIEs), atualmente chamados de Campus Integrados de Educação Básica (CIEBs). Criados por adesão, a partir de escolas de Ensino Médio de Educação Integral em tempo integral que abrigam salas da Rede CUNI da UFSB, a gestão pedagógica dos CIEBs conta, por meio de convênio entre a Universidade e a Secretaria, com o apoio da coordenação de práticas pedagógicas exercida por um docente da universidade, ficando a gestão administrativa a cargo da SEC/BA.

O IFBA, *Campus* Porto Seguro, por sua vez, abre as portas para a comunidade da região em 2008, oferecendo os cursos Técnico em Alimentos e Técnico em Informática nas modalidades de ensino integrado ao Ensino Médio e Subsequente ao Ensino Médio, visando à expansão da atividade econômica da região, notadamente turística e dependente do turismo de temporada. Em 2009, é implementado o Curso Técnico em Biocombustível, em função das discussões sobre a necessidade da produção de energias renováveis e da disponibilidade de áreas agrícolas na região para implantação e ampliação das culturas oleaginosas e cana-de-açúcar. Em 2010, é criada a Licenciatura Intercultural Indígena, com recursos do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas – PROLIND, contemplando os professores indígenas em exercício das etnias Pataxó, Pataxó Hãhãhãe e Tupinambá, das regiões Sul e Extremo Sul da Bahia. Em 2011, abrem-se mais dois importantes cursos para suprir a carência de formação de professores na região: Licenciatura em Química e Licenciatura em Computação. Em 2017, tem início a pós-graduação *lato sensu* em Ciência e Tecnologia Ambiental, logo após acontece a abertura da pós-graduação *strictu sensu* em Ciência e Tecnologia Ambiental, PPG em parceria acadêmica institucional com a UFSB. Já no ano de 2019, tem início outra pós-graduação *lato sensu*, em Educação e Interculturalidade, já com uma turma em processo de conclusão.

O *campus* do IFBA, em Eunápolis, foi inaugurado em 1994, iniciando suas atividades em 1995, com a realização de curso de extensão, o Pró-Técnico (Curso Preparatório para o ingresso no IF-Bahia), e de Pós-Graduação *lato sensu* em Epistemologia Genética e Educação, em convênio com a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e a Prefeitura Municipal de Eunápolis. Atualmente, são ofertados no *campus* cursos Técnicos integrados ao nível Médio Integrado, na modalidade presencial, em Edificações, Informática e Meio

Ambiente; cursos Técnicos de Nível Médio Subsequente, em Enfermagem, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho; cursos de nível Superior em Licenciatura em Matemática, Bacharelado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Bacharelado em Engenharia Civil, além da Especialização em Educação, Cultura e Linguagem. Na modalidade Educação a Distância, estão em processo de oferta as especializações com foco na formação docente: Ciência 10 e Matemática na Prática, por meio da Universidade Aberta do Brasil-UAB-IFBA.. Há ainda o *campus* Ilhéus, que foi fundado em 2011 e conta com cursos de Ensino Médio Integrado em Informática, Segurança do Trabalho e Edificações, além de cursos subsequentes nas mesmas áreas. Em 2019, passou a ser sede de curso à distância em complementação pedagógica para professores bacharéis do próprio *campus* e de *campus* próximos. Em 2020, iniciou o curso Licenciatura em Educação Física, na modalidade à distância, pela Universidade Aberta do Brasil.

Com a manutenção das Licenciaturas, tanto IFBA como UFSB contribuem com a rede de Educação Básica da região, atendendo às escolas e às Secretarias Municipais com formação de professores, além da rede de ensino particular. Contudo, tais iniciativas não são suficientes para o desenvolvimento de novas práticas relacionadas a questões locais, garantindo-se assim oportunidades de efetivas mudanças pedagógicas. Desse modo, para além de atender a um público conculinte das licenciaturas das duas instituições, há ainda a demanda por oferta de formação continuada de qualidade e em nível superior para professores das escolas públicas, definindo-se mais uma vez a necessidade de se implementar um curso de pós-graduação que atenda a tais especificidades.

É preciso ressaltar ainda que tanto IFBA como UFSB possuem histórico consolidado de manutenção de programas voltados para a formação de professores. Assim, é importante registrar a existência dos programas PET, PIBID, Residência Pedagógica (PRP) e Saberes Indígenas nas instituições, bem como, mais recentemente, o PARFOR na UFSB.

O IFBA mantém, desde o ano de 2011, programas com fomento federal para formação de professores. O Programa PET Conexão de Saberes inicia suas atividades no *campus* Porto Seguro em agosto de 2013 e discute uma temática real frequente nas comunidades indígenas brasileiras, recorrente nas localidades atendidas pela Licenciatura Intercultural Indígena: as escolas com salas multisseriadas. Já o PET Licenciaturas tem como foco de trabalho as comunidades populares urbanas, indígenas e quilombolas, buscando atender às especificidades de formação dos discentes das Licenciaturas de Computação, Química e

Intercultural Indígena do IFBA *Campus* Porto Seguro, tendo por princípio a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O Programa Saberes Indígenas na Escola, financiado pelo MEC/FNDE, é voltado para a formação continuada de professores indígenas em exercício nas escolas das aldeias. No Estado da Bahia, o Programa é articulado pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB), em parceria com o IFBA, que mantém como interlocutores a Coordenação da Licenciatura Intercultural Indígena (COLINTER) e profissionais a ela vinculados.

O Projeto PIBID-Diversidade funcionou no IFBA entre 2011 e 2014 com os subprojetos divididos entre as três áreas presentes no curso Intercultural Indígena: Ciências da Natureza e Matemática, Linguagens e Códigos e Ciências Humanas e Sociais, e uma área transversal que tratou de projetos de sustentabilidade nas aldeias com suas coordenações realizadas por docentes de cada área do curso. Em 2018, foram implementados o PIBID para as Licenciaturas em Computação e Intercultural Indígena, com o objetivo de que os discentes de computação adquirissem experiências interculturais, buscando modos de abordagem de temáticas indígenas e afro-brasileiras em todas as disciplinas do Ensino Médio. No mesmo ano, teve início o PRP, programa que envolveu as licenciaturas em Computação e Química, com trabalho intenso de aproximação da formação ofertada pela instituição às demandas trazidas pelas escolas locais. Tal relação mudou os processos de formação dos cursos superiores da instituição e trouxe possibilidades de mais qualidade para as escolas estaduais e municipais.

Por ter sido fundada em 2014, a UFSB participou pela primeira vez do edital lançado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2018, por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tanto do PIBID como do PRP, com o objetivo de qualificar a formação inicial dos licenciandos e a formação continuada dos professores da Educação Básica. No caso do PRP, o projeto organizou-se multi e interdisciplinarmente, articulando estudantes de todas as Licenciaturas Interdisciplinares (Ciências Humanas e Sociais; Linguagens; Ciências da Natureza; Matemática e Computação; e Artes) em um único subprojeto interdisciplinar, estruturando-se em três núcleos, um em cada *campus* (Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas). Já o PIBID contou com subprojetos de Artes, Língua Inglesa, Língua Portuguesa/TICs, Química, Matemática e Ciências da Natureza, História e Sociologia, também distribuídos em seus três *campi*. Tais programas garantiram a iniciação à docência de diversos estudantes do ensino superior, com

orientação de docentes da universidade e supervisão de professores da Educação Básica, dentro de projetos estruturados e coordenados para cada uma das áreas às quais atendeu, alcançando o desenvolvimento de atividades de observação e participação discente com qualidade dentro de escolas municipais e estaduais do território. Dentre os pontos principais que surgiram a partir da reflexão avaliativa elaborada no I Seminário de Formação Docente da UFSB – PIBID e PRP, ocorrido em novembro de 2019, destacaram-se: diferenças entre o estágio supervisionado regular e o estágio no PRP, considerado mais orgânico; altos níveis de engajamento de licenciandos, professores da rede básica e docentes universitários no projeto; e a importância da interdisciplinaridade na formação dos licenciandos. Novos projetos foram desenvolvidos de novembro de 2020 a abril de 2022 no âmbito dos dois programas, e consideraram, além de todas as questões já descritas, aquelas relativas à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), ao ensino remoto emergencial, ao ensino mediado por tecnologias da informação e da comunicação e ao ensino híbrido, que começou a ser colocado em prática na rede estadual de escolas da Bahia, no segundo semestre de 2021. Assim, essas instituições demonstraram capacidade de enfrentamento às questões locais, com a qualidade que se fez necessária.

Considerando as ofertas de formação inicial em nível principalmente de Licenciatura, a proposta aqui especificada tem como **missão** a ampliação das condições de qualificação dos profissionais da Educação Básica na região do Extremo Sul da Bahia com o investimento em políticas intersetoriais emergentes de processos cooperativos entre as instituições educacionais das esferas federal, estadual e municipal. Tal missão está relacionada à **visão** de se elevar os indicadores de qualidade da Educação Básica nesta região por meio da articulação sistêmica entre a formação em nível de mestrado, a produção contextualizada de conhecimento sobre ensino e práticas pedagógicas e a atuação profissional nas instituições educacionais escolares, não escolares, redes e sistemas de ensino.

O **público-alvo** do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente são os/as profissionais da educação que, em conformidade com o Artigo 61 da Lei 9394/96, se distribuem nas seguintes categorias: professores/as, pedagogos/as e trabalhadores/as da educação, assim como egressos/as de cursos de licenciaturas. Pretende-se atender primordialmente aos/às profissionais que atuam na região do Extremo Sul da Bahia, sobretudo no Território da Costa do Descobrimento, onde estão instalados os *campi* do IFBA e da UFSB, no município de Porto Seguro. Ou seja, a partir da formação inicial já ofertada e

dos programas de formação de professores que fazem parte do histórico dessas duas instituições, o PPGEDF objetiva enfrentar as demandas por pesquisas e por implementação de práticas pedagógicas em nível especializado e qualificado no território.

Nesse sentido, a proposta busca responder ao desafio do cumprimento direto da Meta 16 do Plano Nacional de Educação (LEI 13.005/2014) e do Plano Estadual de Educação (LEI 13.559/2016) que propõe o seguinte:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PEE-Ba, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica, formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (SEC-BA, 2016).

Espera-se como qualidades a serem construídas pelos **egressos/as**, o desenvolvimento da capacidade da reflexão crítica proporcionada pelo desenvolvimento de pesquisa acadêmica e da mediação teórico-metodológica das suas experiências, o compromisso com a construção de um projeto social, político e ético no âmbito das instituições escolares, uma postura dialógica entre ações e reflexões, de geração de soluções viáveis para conflitos coletivos e de produção intercultural de dispositivos didático-pedagógicos e o compromisso com os valores democráticos.

Ademais, além de levar em conta a condição profissional vinculante dos/as egressos/as com as instituições, sistemas e redes de ensino da região, o programa se compromete com o princípio da contextualização das suas ações formativas no que diz respeito a: qualificação das diferentes formas de atuação profissional; diversidade sociocultural do território de abrangência; democratização de saberes e práticas necessários às emancipações intelectuais dos/as profissionais da educação; e, sobretudo, emergência de autonomies coletivas na superação de problemas instalados nos cotidianos escolares, lutas contra desigualdades sociais e educacionais. Esses serão os **valores** gerados e fomentados pelo programa.

Resta ainda destacar que a proposta aqui desenhada está em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024, aprovado pelo IFBA em 04 de março de 2020, no qual se explicita que a oferta de novos cursos de pós-graduação *stricto sensu* devem possibilitar “o ingresso de alunos/as regulares e se alicerça nos princípios de: I. fomentar pesquisa científica, tecnológica e artístico/cultural, estendendo seus benefícios à comunidade;

II. produzir e difundir novos conhecimentos e inovações tecnológicas; III. fomentar a capacitação de recursos humanos em nível de pós-graduação para atuar na produção do conhecimento e no desenvolvimento da pesquisa, ensino e inovação”. E que, como não poderia deixar de ser em uma proposta interinstitucional, a proposta também coaduna com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 da UFSB, que define como objetivos de sua política de pesquisa e pós-graduação três temas prioritários, conforme aprovado por seu Conselho Universitário: 1) Educação Básica; 2) Sustentabilidade Ambiental e Social; 3) Desenvolvimento e Cultura Regional. Dentre os princípios estabelecidos pelo PDI da UFSB, consta o desenvolvimento de interface sistêmica com a Educação Básica, “ao fomentar formação interdisciplinar e flexível de quadros docentes para os níveis médio, fundamental e infantil de ensino”, objeto da proposta apresentada.

---

<sup>[1]</sup>[http://www.portalsdr.ba.gov.br/intranetsdr/model\\_territorio/Arquivos\\_pdf/Perfil\\_Costa%20do%20Descobrimento.pdf](http://www.portalsdr.ba.gov.br/intranetsdr/model_territorio/Arquivos_pdf/Perfil_Costa%20do%20Descobrimento.pdf)

## **4.2 Histórico do curso**

A cidade de Porto Seguro, na região do Extremo Sul da Bahia, abriga a sede do IFBA e da UFSB que assinam esta proposta de programa de pós-graduação. A história dessas duas instituições, na região, é recente: há sete anos houve a implantação da UFSB; há menos de vinte anos, a implantação do IFBA. O perímetro de ação da proposta já foi explanado neste documento.

O fato gerador desta proposta surgiu na aula inaugural da pós-graduação *lato sensu* em Educação e Interculturalidade, curso proposto pelo IFBA, no *campus* Porto Seguro. Para a primeira aula, foi convidado um professor da UFSB e, durante as falas de abertura, sem prévio acordo, percebeu-se que havia um consenso: era imperativo elaborar e implementar um programa de pós-graduação em Ensino que pudesse sistematizar os conhecimentos e saberes locais, abrindo-se, assim, um diálogo com conhecimentos desenvolvidos nacional e internacionalmente. Percebeu-se que as duas instituições já desenvolviam atividades que dariam base para esta proposta e que a parceria seria o caminho a ser trilhado para o programa por ela fortalecido. Dessa forma, ao final da aula inaugural, começava o processo

de elaboração de um programa de pós-graduação *stricto sensu* em Ensino. Assim, serão descritas abaixo as atividades já desenvolvidas por essas instituições e as garantias da existência de políticas institucionais já em curso voltadas à formação de professores.

A UFSB oferta cinco Licenciaturas Interdisciplinares: Linguagens e suas Tecnologias; Artes e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Matemática e Computação e suas Tecnologias. Ao longo dos cinco primeiros anos de atividades acadêmicas da UFSB e de implementação de seu projeto de formação de professores na região Sul e Extremo Sul da Bahia, constata-se o surgimento de inúmeros questionamentos acerca da realidade da Educação Básica local, resultantes do diálogo entre as propostas pedagógicas da universidade e as demandas de seu contexto de implantação. Pode-se observar ainda, e em articulação contínua com esse diálogo, a atuação de pesquisadores atentos e colaborativos para a construção de possíveis respostas para os desafios de melhoria qualitativa da Educação Básica na região de cobertura da instituição.

Destacam-se aqui, como resultantes desse processo, o conjunto de estratégias pedagógicas transversais aos currículos de formação de professores da UFSB, alegadamente inovador e interdisciplinar; os processos de cooperação interinstitucional no âmbito dos Complexos Integrados de Educação (CIEs) e dos Colégios Universitários (Rede CUNI) como paradigmas de integração entre a universidade e as escolas da Educação Básica; e, sobretudo, as múltiplas experiências na concepção e desenvolvimento de Componentes Curriculares (equivalentes na UFSB às disciplinas ou matérias) propostos pela Instituição durante o processo formativo em suas Licenciaturas Interdisciplinares (LIs) e voltados aos temas da inclusão, da interculturalidade e da inovação pedagógica, entre outros.

Além disso, a UFSB oferece ainda cinco cursos de especialização *Latu Sensu*, dentre eles a Especialização em Pedagogia das Artes (EPARTES), voltado para o ensino e as práticas em Artes e Educação, e sete cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*, dentre eles o Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER), mestrado na área de Ensino Profissional, voltado aos professores de quaisquer áreas da Educação Básica, relacionado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), que visa contribuir para o desenvolvimento do pensamento teórico/reflexivo referente às questões étnico- raciais.

O Instituto Federal da Bahia, nos *campi* Porto Seguro e Eunápolis, oferece quatro licenciaturas: Licenciatura Intercultural Indígena, Licenciatura em Computação, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática. Em todos os cursos, há estudantes que já

concluíram, ou seja, egressos que gostariam de poder desenvolver pesquisa em suas áreas de atuação. Também há cursos de pós-graduação *lato sensu* em funcionamento do IFBA.

O curso de especialização Ensino de Ciências para os anos finais do Ensino Fundamental – Ciência é dez!, ofertado no IFBA no *campus* Eunápolis, na modalidade Educação a distância (EAD) e pelo Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), do Ministério da Educação (MEC), é voltado para profissionais do magistério da Educação Básica que atuam nos sistemas de ensino público e buscam ministrar suas aulas de maneira humanizada, com o foco no desenvolvimento pessoal e social de seus estudantes ao aproximá-los do conhecimento científico. O curso de especialização em Educação, Cultura e Linguagens constitui-se como um espaço de formação docente, tanto para licenciados que atuam na Educação Básica, como para não licenciados, que atuam na Educação Básica Técnica e Tecnológica. O objetivo do curso é contribuir com o desenvolvimento de atores/atrizes sociais críticos e comprometidos em suas respectivas áreas de formação, que respeitem a diversidade, a partir de um conhecimento humanístico necessário à constante luta por uma sociedade mais igualitária, respeitosa e justa. Um terceiro curso é a Especialização em Ensino de Matemática – matemática na prática, voltado para docentes licenciados em matemática que atuam na Educação Básica, preferencialmente na esfera pública municipal, estadual ou federal, e queiram ampliar os seus estudos concernentes ao ensino desse Componente Curricular. No IFBA *campus* Porto Seguro, há também o curso de especialização em Educação e Interculturalidade, cuja concepção metodológica perpassa uma visão que permite e possibilita o diálogo entre o campo conceitual e o prático. Esta visão se materializa na conformação curricular, na proposta de atividades e formatação do curso, bem como nas diferentes possibilidades de trabalhos finais incluindo projetos de intervenção pedagógica e de construção de material didático. O curso não se estrutura a partir da transmissão do conhecimento, mas parte de uma discussão prática da situação atual das culturas nacionais, da pluralidade de povos, línguas, histórias e fatos sociais que constituem o povo brasileiro.

As equipes docentes das duas instituições têm-se organizado em grupos de pesquisa que dialogam entre si. Na UFSB, desde o início de suas atividades acadêmicas em 2014, vários são os profissionais que participam dos percursos formativos de futuros professores da Educação Básica ofertados pela Universidade. Dentre outros grupos de pesquisa, a UFSB certifica o grupo Sociedade, Educação e Universidade (SEU), que surgiu exatamente com o



intuito de refletir sobre, problematizar e contribuir com os vínculos entre a instituição, a sociedade e a Educação Básica, com ênfase na relação entre o modelo pedagógico praticado e defendido por essa instituição, seus efeitos e desdobramentos no campo da educação no território Sul e Extremo Sul baiano e as transformações pedagógicas e práticas curriculares locais.

No IFBA, há o grupo de pesquisa GETII – Grupo de Estudo em Temática Indígena e Interculturalidade, criado em 2011 por pesquisadores vinculados ao *campus* Porto Seguro e, desde 2018, o GP conta com a participação efetiva de pesquisadores da UFSB. Seu objetivo é oferecer oportunidade de debate sobre pesquisas desenvolvidas com temática indígena e interculturalidade. Em 2012, o grupo promoveu o IX Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas (ELESI), que contou com a presença de pesquisadores não indígenas e pesquisadores indígenas das etnias: Atikum, Baniwa, Fulniô, Guarani, Guarani Mbya, Ka'apor, Kaimbé, Kaiowá, Kantaruré, Karajá, Kiriri, Kuikuro, Manchinery, Munduruku, Pankararé, Pankararu, Pankaru, Pataxó, Pataxó Hãhãhãe, Payayá, Potiguara, Terena, Tupinambá, Tuxá, Xukuru-Kariri, Xukuru do Ororubá, Yeka'uana. Deste evento, surgiu um documento com propostas para a efetivação de políticas públicas, em conformidade com os direitos constitucionais básicos. As atividades do GETII geraram a publicação de duas obras-coletâneas: Multiverso Indígena: abordagens transdisciplinares e Revitalização de Língua Indígena e Educação Escolar Indígena Inclusiva. O *campus* Eunápolis do IFBA, certifica o Grupo de Pesquisa Baobá – Grupo de Estudos em Ancestralidade e Pensamento De(s)colonial, cujo objetivo é conhecer outros sistemas de pensamento, discutindo e desenvolvendo estudos acerca do racismo epistêmico, discriminação étnico-racial, reconhecimento e validação dos saberes não-ocidentais – negro-africanos, afrobrasileiros e indígenas, nas áreas de História, Geografia, Educação, Linguagens, Filosofia e Educação Musical.

Além desses espaços de pesquisa já estabelecidos, eventos acadêmicos representam, também, um *locus* de integração entre docentes e discentes da UFSB e do IFBA.

O *campus* Eunápolis do IFBA sediou, no ano de 2019, o III Seminário de de(s)colonialidades: Ancestralidade, Educação e Resistência, organizado pelo Grupo de Pesquisa Baobá para pensar o processo histórico brasileiro, sua formação sociocultural e política, fundamentais para a compreensão de trajetórias individuais e coletivas, mantendo o compromisso político com populações e grupos que foram e são historicamente

marginalizados. Também em 2019, O GETII organizou o II Simpósio Internacional sobre Temáticas Indígenas, evento que fez parte das atividades do projeto de cooperação científica CAPES-COFECUB (2018-2022) entre o Brasil (PPGAS-MN-UFRJ, PPGES-UFSB) e a França (IRIS-EHESS).

Ademais, é de fundamental importância listar a promoção, por parte da UFSB, do III Seminário Brasil-Québec: Diversidade e Educação Inclusiva: perspectivas interdisciplinares e interepistêmicas, ocorrido entre 30 de agosto e 2 de setembro de 2017, no *campus* Sosígenes Costa da UFSB, em Porto Seguro. O encontro consolidou o projeto institucional da UFSB em relação à formação de professores da Educação Básica, ao proporcionar a articulação com a comunidade acadêmica interna e externa, fundamentando e fortalecendo as estratégias de cooperação e intercâmbio nacional e internacional que a instituição vem criando, conforme será detalhado no próximo ponto. Paralelamente ao III Seminário, e inscrita na preocupação de articulação institucional com profissionais do campo da educação, a Universidade também acolheu a realização do IV Encontro do Observatório Internacional Intercultural, Interdisciplinar e de Inclusão e Inovação Pedagógica (OIIIPe). Vários docentes e pesquisadores da UFSB fizeram parte do OIIIPe e a realização do III Seminário Brasil-Québec permitiu que ocorresse uma integração entre os participantes do Observatório e colegas canadenses, através da realização de sessão conjunta de apresentação de projetos e pesquisas em curso. Mais recentemente, em junho de 2021, a área de Linguagens da UFSB promoveu a I Jornada de Formação, Linguagens e Tecnologias Digitais, evento fomentado pelo Grupo de Pesquisa SEU, que foi espaço para amplo debate sobre o ensino remoto em tempos de pandemia, contou com a presença de pesquisadoras/es de grande repercussão acadêmica na área e alcançou virtualmente um público de mais de 2 mil participantes em cada uma de suas mesas-redondas e conferências.

Dentre os eventos regionais, há que se destacar ainda a participação da UFSB e do IFBA nas inúmeras jornadas pedagógicas organizadas pelas secretarias municipais de educação da região. A UFSB participa das jornadas nas escolas conveniadas (Convênio SEC/BA-UFSB), que passaram a se organizar em tempo integral, a partir da decisão do governo baiano em instituir a educação integral em escolas-piloto no Sul e no Extremo Sul do Estado da Bahia. Essas participações conectam IFBA e UFSB com os contextos locais de prática educacional. Assim, essa participação acontece em municípios na área de abrangência dessas IES, tais como: Itamaraju, Teixeira de Freitas, Nova Viçosa, Caravelas, Ilhéus,

Itabuna, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. A título de exemplo, pode-se citar a experiência recente de docentes da UFSB do *Campus* Paulo Freire (Teixeira de Freitas) e a sua interação com a Secretaria Municipal de Educação de Nova Viçosa e de Caravelas, em 2017, que resultou em jornadas pedagógicas em que foram qualificados professores da rede municipal daquelas cidades. No caso do município de Santa Cruz Cabrália, o Grupo de Pesquisa SEU tem desenvolvido Projeto de Extensão no Acompanhamento da Implementação do Novo Ensino Médio no Colégio Estadual em que está instalado o CUNI da UFSB. O Projeto é resultante de uma construção intersetorial entre a Universidade e a escola e teve início no ano de 2019 com a elaboração do Projeto Político Pedagógico segundo as regras impostas pelo Novo Ensino Médio em escalas nacional e estadual. Esta relação entre ensino superior e Educação Básica se expressa assim nas trocas entre a Universidade e os profissionais em formação inicial ou continuada e profissionais em exercício da docência. Também as escolas indígenas Pataxó, Pataxó Hãhãhãe e Tupinambá estão inseridas nestas parcerias. Além disso, a Instituição, por meio de sua Coordenação de Educação em Rede em conjunto com os(as) coordenadores/as de práticas pedagógicas dos CIEs e convidados(as), promove, de julho a novembro de 2021, curso de extensão para 50 docentes de escolas de tempo integral da rede Estadual intitulado Formação Docente: Currículo e Ações Pedagógicas.

Portanto, como **análise de ambiente**, tem-se que as atuações institucionais dos grupos de educadores/as-pesquisadores(as) que compõem a presente proposta convergem e se complementam em diferentes dimensões, o que potencializa competências para soluções de alguns desafios no âmbito da formação continuada de professores(as) em nível de mestrado na região Extremo Sul da Bahia, mais precisamente no Território Costa do Descobrimento.

Buscando atender ao planejamento estratégico das duas Instituições pretende-se estabelecer uma **política de autoavaliação**, por meio da proposição de evento público bianual, que analisará, entre outros aspectos, dados produzidos pelas ferramentas avaliativas (Anexo 9) disponíveis a docentes, discentes e técnicos(as). Buscar-se-á, desse modo, possibilitar a construção de uma visão ampla e esclarecedora sobre os avanços e impasses nos processos institucionais e, concomitantemente, projetar desafios a serem enfrentados no planejamento e consecução das atividades dos biênios posteriores, com a reorganização das ações do programa dentro dos limites impostos pelas demandas locais. O evento será organizado com ampla participação dos sujeitos envolvidos no Mestrado e terá como objetivos a consolidação de aprendizagens, a socialização do conhecimento, o fortalecimento

de elos político-pedagógicos e a prospecção de cenários de superação dos impasses identificados na experiência autoavaliativa, com vistas a possíveis revisões do planejamento.

Do ponto de vista territorial, o IFBA participa com o *campus de* Porto Seguro e a UFSB participa com o *campus de* Porto Seguro. Outros fatores que ampliam a capacidade de alcance das ações a serem desenvolvidas pelo Programa é a participação de docentes do IFBA do Campus de Eunápolis e de Ilhéus, contando a UFSB com docentes dos campi de Teixeira de Freitas e de Itabuna, merecendo destaque o fato de que tanto no município de Eunápolis como no de Santa Cruz Cabrália (outro vizinho a Porto Seguro), como citado acima, a UFSB mantém salas da Rede CUNI, o que fortalece as bases instaladas para a mobilização de recursos, processos e demandas de formação local.

No que diz respeito às expertises institucionais no âmbito da formação de professores/as, o IFBA já vem desenvolvendo boas práticas de formação intercultural de professores/as indígenas em nível de graduação e pós-graduação *lato sensu*, com o alcance de atendimento aos três grupos étnicos presentes na região. Além disso, mantém importantes cursos de licenciatura, já mencionados acima. Internamente, o IFBA possui uma eficiente capacidade de governança de múltiplas modalidades de ensino e corpo docente com larga experiência no trânsito pedagógico com os níveis do Ensino Médio e Ensino Superior.

A UFSB, como também já citado, mantém reunidas em seu *campus de* Porto Seguro as cinco licenciaturas que atendem às áreas do conhecimento constitutivas da Base Nacional Comum Curricular e da Reforma do Ensino Médio introduzida pela lei 13.415/2017 que altera a Lei 9394/1996 (LDB). As expertises instaladas na UFSB articuladas às do IFBA multiplicam e expandem significativamente as competências formativas existentes necessárias ao sucesso do Programa.

Um terceiro aspecto favorável diz respeito à gestão compartilhada de Programas de Pós-Graduação. A UFSB e o IFBA já desenvolvem uma boa experiência por meio do Programa de Mestrado Acadêmico em Ciências e Tecnologias Ambientais desde o ano de 2017. A proposta do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente aqui apresentada parte dos avanços na construção intersetorial da governança de processos formativos que já está em curso entre as instituições proponentes.

Além disso, como já descrito, o corpo docente que constitui a formação original do Programa já transita e participa ativamente de instâncias como: colegiados de territórios, conselhos municipais de educação, fóruns de formação de professores, programas e projetos

de formação de âmbito local, regional, nacional e internacional, o que supõe a existência de uma capacidade instalada de enfrentamento de desafios recorrentes a projetos de formação como o que aqui se apresenta. Isso ressalta a importância do compromisso ético-político dos docentes do programa com a exequibilidade dos objetivos propostos. Ademais, a equipe gestora do programa se compromete a garantir o alinhamento dos objetivos, iniciativas e metas propostos com os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) do IFBA e da UFSB, conforme descritos no item 4.1.

### **4.3 Cooperação e Intercâmbio**

#### **Parceria com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia**

No Plano Orientador e na Carta de Fundação da UFSB constam quatro princípios que presidem todas as ações, atividades, programas e projetos pedagógicos da universidade: Eficiência Acadêmica, Integração Social, Compromisso com a Educação Básica e Desenvolvimento Regional. A partir do princípio “Compromisso com a Educação Básica”, a UFSB engajou-se em parceria com a SEC/BA com o objetivo de implementar os Colégios Universitários (Rede CUNI) e, a princípio, três Complexos Integrados de Educação (CIEs), atuais Campus Integrados de Educação Básica (CIEBs). A parceria entre a UFSB e a SEC/BA foi confirmada por meio do Decreto Estadual 16.718 e do Termo de Cooperação Técnica Educacional Científica e Cultural assinados, à época, pelo então Reitor e Secretário de Educação da Bahia.

A Rede CUNI é formada por núcleos acadêmicos descentralizados destinados à oferta de programas de Formação Geral e outras atividades de ensino, extensão e pesquisa fora dos *campi-sedes*. Os Colégios Universitários estão instalados, atualmente, em dez municípios, vinculados aos *campi-sede* da UFSB: Coaraci, Eunápolis, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itamaraju, Posto da Mata, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Teixeira de Freitas. A condição para instalação da Rede CUNI pressupõe que esses municípios estejam localizados na região sul baiana, possuam mais de vinte mil habitantes e, pelo menos, duzentos egressos do ensino médio. Os cursos da Rede CUNI são credenciados, coordenados, operados e supervisionados pela estrutura de gestão da UFSB, funcionam preferencialmente em turno noturno, em instalações da Rede Estadual de Ensino Médio, mediante convênio com a SEC/BA, sendo 1/3 das vagas ofertadas exclusivas para egressos/as do ensino médio público. Na Rede CUNI são

ofertados os cursos das Licenciaturas Interdisciplinares, compreendendo cinco áreas: Licenciatura Interdisciplinar em Artes e suas tecnologias; Licenciatura Interdisciplinar em Ciências da Natureza e suas tecnologias; Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais e suas tecnologias; Licenciatura Interdisciplinar em Linguagens e suas tecnologias; Licenciatura Interdisciplinar em Matemática e Computação e suas tecnologias.

Os CIEBs foram implementados no início do ano letivo de 2016, após oficinas preparatórias realizadas ao longo do ano de 2015, construídas em torno de diálogo avaliativo com as comunidades escolares acerca das mudanças a serem implementadas em regime de cooperação interinstitucional com a SEC/BA, de modo a contribuir para a transformação do contexto educacional da Região Sul do Estado, requalificando o sistema de Educação Básica, aprimorando o processo de formação de professores da rede pública estadual e promovendo a integração da Educação Superior com a Educação Básica. Pensados como pólos de cultura, os CIEBs reúnem ensino superior por meio da Rede CUNI, oferta de formação continuada aos/às professores/as da rede estadual que atuam nos Complexos e espaço privilegiado de formação prática inicial para os licenciandos da UFSB, pois os(as) estudantes realizam seus estágios prioritariamente nessas escolas sob a supervisão de professores(as) da rede. Um dos objetivos específicos dos Campus Integrados é promover transformações curriculares necessárias e ressignificações das práticas pedagógicas com a implantação de uma perspectiva integradora, a partir de uma abordagem crítica das orientações da Base Nacional Comum Curricular e da parte diversificada dos currículos. Dessa forma, intenta-se potencializar a troca interdisciplinar, intepistêmica e intercultural, através de práticas pedagógicas comprometidas com uma educação significativa.

A UFSB, por meio da Rede CUNI e dos CIEBs, visa fomentar práticas pedagógicas inclusivas, atuando de forma colaborativa com a Educação Básica. Dessa forma, a universidade, ao propor aos professores da Educação Básica e da universidade uma ligação estreita com saberes diversos, produzidos na academia, no “chão da escola”, na dinâmica social e nas culturas tradicionais, valoriza experiências e produção de saberes em diálogos advindos da prática profissional de ambas as categorias docentes.

### **Programa de Mobilidade Acadêmica Paulo Freire da UFSB**

O Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional nas Licenciaturas Interdisciplinares da UFSB incorporou-se ao Projeto Paulo Freire, programa de

mobilidade internacional promovido pela Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Ele teve por objetivo a formação de professores/as para a Educação Básica (Ensino Médio e anos finais do Ensino Fundamental), no âmbito da Ibero-América. O Projeto Paulo Freire visa a constituir uma rede formada por Instituições de Ensino Superior da Ibero-América para a valorização social e intelectual da carreira docente no ensino básico, priorizando a educação pública em seus distintos aspectos e dimensões e o compromisso da universidade pública com todas as etapas iniciais de formação escolar.

A implementação das ações do Projeto Paulo Freire na instituição surgiu a partir do compromisso de potencializar o diálogo com a escola básica, através da Rede CUNI e do projeto interinstitucional dos CIEs. A UFSB, por meio da Pró-reitoria de Gestão Acadêmica (Progeac), tornou públicos editais de seleção para os dois segmentos centrais do Projeto Paulo Freire na instituição: discentes em formação nas LIs e docentes, gestores(as) ou coordenadores(as) pedagógicos da SEC/BA, lotados em um dos três Complexos Integrados de Educação. No total, incluindo-se a equipe técnica da UFSB, composta por servidores técnico-administrativos e docentes, foram disponibilizadas 79 bolsas, distribuídas entre os públicos-alvo, de acordo com os editais. Nesta edição, o país parceiro para o intercâmbio foi o Uruguai.

Os referenciais legais que subsidiaram essa mobilidade foram: o Protocolo de Intenções entre a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI e a Universidade Federal do Sul da Bahia (DOU, nº 123, 29/06/2017, p. 68); o Marco de Colaboração Universitária Internacional entre a UFSB (Brasil), a Universidade de la República e a Administración Nacional de Educación Pública – ANEP (Uruguai); a Resolução 013/2016 que dispõe sobre aproveitamento de estudos nos cursos da UFSB.

Entre os meses de setembro de 2017 a junho de 2018, as equipes da UFSB (docentes das LIs, docentes dos 3 CIEs e estudantes das LIs), em momentos distintos, visitaram o Uruguai, onde conheceram práticas que estruturam a formação docente, bem como projetos educacionais relevantes para aquele país. Entre fevereiro e junho de 2018, equipes de docentes do Uruguai visitaram os *campi* da UFSB. As experiências, proporcionadas por essa mobilidade permitem qualificar a formação integral de docentes e discentes, ao incorporar uma visão cultural e técnica em seus estudos e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, a partir da imersão na cultura e na vida educacional de outro país da América Latina. O Projeto Paulo Freire da UFSB também aprofunda um modelo de formação

docente, não só de percurso interdisciplinar, como em abertura para a Educação Básica do Sul e Extremo Sul da Bahia, na perspectiva de uma educação integradora de saberes e práticas, através de direcionamentos integradores na formação docente.

### **Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e Universidade do Québec em Trois Rivières (UQTR)**

A parceria da UFSB com o departamento de educação da UQTR tem se consolidado ao longo de intercâmbios estabelecidos a partir de cinco visitas técnicas realizadas em 2015, 2017 e 2019 na UFSB e em 2016 e 2020 na UQTR, orientadas por acordo de cooperação científica assinado em 2016, com duração de cinco anos. As pesquisas, estudos e intercâmbios acadêmicos têm como foco a educação intercultural e inclusiva no ensino superior e na Educação Básica, considerando os estudos sobre modelos de formação docente voltados para a diversidade na Educação Básica. A parceria produziu um livro produto da realização de dois seminários Brasil-Québec sobre educação intercultural e inclusiva, em 2016 e 2017: *La formation des éducateurs en contexte de diversité ethnoculturelle : une perspective comparative Québec-Brésil* (Organizado por Corina Borri-Anadon, Gustavo Gonçalves, Sivane Hirsch e Juliane Odino. Deep Education, 2018). O seminário de 2017, III Seminário Brasil-Québec, realizado no Campus Sosígenes Costa em Porto Seguro contribuiu para estreitar as redes de colaboração em pesquisa, com a vinda de vários pesquisadores do Canadá ao Brasil. Em julho de 2019, a professora Corina veio ao Brasil e trabalhou por um mês como professora visitante na UFSB, nos campi Jorge Amado e Sosígenes Costa, aproximando-se de projetos em curso sobre inovações curriculares ligadas à gestão da diversidade no sul da Bahia.

No Québec, o debate sobre o envolvimento dos(as) alunos(as) das chamadas “primeiras nações” no ensino superior suscitam reflexões sobre noções a serem integradas aos Projetos Pedagógicos de Curso e à formação dos professores. No Brasil como no Québec, as iniciativas que visam estabelecer um diálogo sistemático entre a academia e povos tradicionais articula-se a uma noção de decolonização dos saberes, que tem ecoado em instituições universitárias.

O plano de trabalho da professora Corina Borri-Anadon e do professor Gustavo Bruno Bicalho Gonçalves e o convênio firmado pelas reitorias da UFSB e UQTR preveem a



mobilidade docente e discente entre ambas instituições, em particular para alunos de cursos de formação de professores.

Consolidação de redes de pesquisa: a participação da pesquisadora Corina Borri-Anadon como professora colaboradora do Programa de Mestrado aqui proposto e a inserção do professor Gustavo Bruno Bicalho Gonçalves como pesquisador na rede quebequense de pesquisadores sobre a diversidade etnocultural e religiosa no campo da educação garantirão o contato de professores(as) e estudantes do mestrado com profissionais e contextos comunitários que vêm problematizando a questão da diversidade na educação e criarão as bases institucionais para a continuidade da produção de pesquisas no campo.

### **Associação Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica – AIIIPe**

A Associação Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica – AIIIPe, é formada por uma rede de pesquisadores inseridos em instituições de ensino e pesquisa nacionais e estrangeiras. A AIIIPe nasceu em 2021, mas tem sua origem em 2015 como OIIIPe. Surge a partir de uma rede de cooperação que se consolidou em virtude de pesquisas acadêmicas realizadas pelo Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação (LaPEADE/FE/UFRJ) associada aos grupos de instituições parceiras. Sua missão é desenvolver pesquisa, ensino e extensão em rede colaborativa, com o propósito de formar profissionais da educação que produzam saberes e práticas educativas críticas, transformadoras e orientadas por princípios de inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica.

A AIIIPe é um espaço de articulação e interlocução com pesquisadores de outros países sobre as ações desenvolvidas nas Instituições brasileiras, no que diz respeito ao atendimento das demandas interculturais, inclusivas e socioculturais. As trocas acadêmicas ocorrem principalmente em temáticas relacionadas à formação de professores(as), formação para a diversidade e estudos sobre educação intercultural e decolonial indígena, quilombola e do campo.

De 2016 a 2018, a Associação foi um espaço de interlocução importante para os docentes da UFSB. Entre os que participam desta proposta de Mestrado, houve membros que atuaram nessa rede de pesquisadores e trabalharam na organização do seu IV encontro, em Porto Seguro, em 30 de agosto de 2017. Desde 2018, o Instituto Federal da Bahia tem

participado das atividades da AIIIPE. O projeto que propiciou essa parceria estudou as questões interculturais presentes nos cursos do instituto, investigando como a interculturalidade era compreendida institucionalmente.

A continuidade do projeto tem como objetivo realizar um questionário com os gestores, com o foco de conhecer suas concepções sobre interculturalidade, inovação pedagógica e educação inclusiva. Espera-se que as respostas ofereçam dados para a construção de políticas específicas para essas áreas, além de mostrar quais formações devem ser propostas. Portanto, haverá manutenção da parceria, tendo em vista o alcance que a rede AIIIPE alcança, pois ela proporciona um debate amplo e com participação de educadores de diversas regiões do Brasil e do mundo, configurando-se como campo fértil para um programa que está em processo de construção.

### **APLB - Sindicato da Educação de Porto Seguro**

O Instituto Federal da Bahia firmou convênio com a APLB – Sindicato da Educação de Porto Seguro, a finalidade primeira foi a implantação da Pós-Graduação *lato sensu* em Educação e Interculturalidade. As metas eram:

- a) Participação de pesquisadores(as) em curso de pós-graduação Lato Sensu em Educação e Interculturalidade;
- b) Formação de professores(as) da rede pública para trabalhar com interculturalidade;
- c) Formação de profissionais do IFBA para trabalhar com educação em ambientes interculturais;
- d) Fortalecimento de parcerias do IFBA com entidades ligadas à educação;
- e) Aproximação do IFBA com a comunidade local.

Os resultados alcançados são bastante promissores, tendo em vista que a primeira turma da referida pós-graduação já foi finalizada. A divulgação do processo seletivo, realizada pela APLB, alcançou mais profissionais da educação, pelo fato de a instituição possuir um cadastro de contatos. Trata-se de uma instituição que discute questões trabalhistas e que faz a mediação da relação dos trabalhadores em educação com os gestores locais, o que contribui para facilitar a presença dos educadores na formação ofertada.

Em função do sucesso desta parceria, pretende-se garantir sua continuidade nesta proposta de Mestrado, já que muitas informações sobre o quadro de formação dos docentes locais são

retiradas dos bancos de dados desse sindicato, ou seja, pensar a formação que será ofertada a partir de informações atuais e confiáveis, terá na parceria com a APLB, uma realização.

### **Objetivo do curso/perfil do egresso**

#### *Objetivo Geral:*

Investir em processos formativos de pesquisadores/as, que gerem emancipações intelectuais a partir de investigações pautadas pela construção de novos saberes/conhecimentos inscritos nas experiências profissionais, nas práticas pedagógicas e nas reflexões teóricas presentes nos diferentes níveis e modalidades de ensino da Educação Básica e Superior na Região Sul do Estado da Bahia.

#### *Objetivos Específicos:*

1. Democratizar as condições institucionais de acesso e permanência à formação continuada dos profissionais da Educação Básica da Região Sul da Bahia em nível de mestrado;
2. Articular atitudes investigativas e reflexivas às atitudes educadoras com vistas à superação de problemas vivenciados nas Redes Públicas de Ensino;
3. Articular saberes, conhecimentos e práticas escolares e não escolares que ampliem as relações entre escolas, comunidades e territórios de identidades na região Sul e Extremo Sul da Bahia;
4. Qualificar as políticas educacionais locais em diálogo com contextos regionais, nacionais e internacionais;
5. Proporcionar emergências de inovações pedagógicas que possam mediar desafios e apresentar soluções criativas no exercício da organização do trabalho pedagógico nos diferentes processos educacionais dos contextos escolares e não escolares;
6. Ampliar as condições de qualificação dos profissionais da Educação Básica na região do Extremo Sul da Bahia com o investimento em políticas intersetoriais emergentes de processos cooperativos entre as instituições educacionais das esferas federal, estadual e municipal.

## **Perfil do egresso**

Destacam-se como qualidades a serem construídas pelos egressos nos processos de formação continuada em nível de mestrado:

1. Capacidade de reflexão teórico-metodológica sobre suas experiências laborais para a ampliação da produção do conhecimento necessário à melhoria da qualidade da Educação Básica e do Ensino Superior;
2. Postura dialógica entre ações e reflexões necessárias à qualificação de processos pedagógicos presentes em seus contextos de atuação profissional;
3. Capacidade de produção de dispositivos didático-pedagógicos interculturais apropriados aos processos educacionais dos diferentes grupos étnicos presentes na Região Sul da Bahia;
4. Criatividade técnico-pedagógica na geração de soluções viáveis para conflitos coletivos que comprometam as condições sociais de convivência intraescolar;
5. Compromisso com os valores da democracia, com a defesa dos direitos humanos, com o respeito ao meio ambiente e com as relações étnico-raciais baseadas no respeito mútuo, com vistas à construção de ambientes educativos inclusivos e cooperativos;
6. Compromisso com a construção de um projeto social, político e ético a partir da produção de conhecimento emergente das reflexões acerca da educação.

## **5. Área de concentração – Ensino e Formação Docente**

Esta área de concentração compreende o ensino como área interdisciplinar que articula diferentes campos de conhecimentos e saberes. Seu objetivo está no estudo e produção de conhecimentos e saberes que considerem os processos de ensino e de aprendizagem articulados à formação do(a) educador(a). Compreende o(a) educador(a) como pesquisador(a) da práxis educativa: das práticas pedagógicas, da gestão dos processos educativos e transformador(a) dos espaços e tempos educacionais em que atua. Busca-se promover o desenvolvimento de novas pedagogias, práticas e metodologias envolvendo as tecnologias na educação e a inovação nos processos educativos, bem como investigar o ensino considerando as heurísticas de ampliação dos arranjos territoriais, sociais, políticos e epistemológicos e das experiências de vida e dos saberes tradicionais, dentro e fora da docência, como constituintes

dos repertórios de saberes/conhecimentos e práticas dos(as) educadores(as) e profissionais da Educação Básica e do Ensino Superior no Sul da Bahia. Para tanto, esta área é constituída por duas linhas de pesquisa que refletem objetivos específicos: 1) Ensino, políticas e inovações; 2) Estudos decoloniais e interculturais.

### **Duas linhas de pesquisa:**

#### **Linha de Pesquisa 1 – Ensino, políticas e inovações**

O objetivo desta linha é proporcionar ao estudante um aprofundamento na reflexão teórica de questões e problemas concretos da Educação Básica e do Ensino Superior, do local ao global, relativos a políticas de ensino, práxis pedagógica e inovação dos processos educativos. Assim, a partir de estudos ligados à epistemologia e suas relações com processos educativos e de ensino-aprendizagem, esta linha de pesquisa objetiva a formação docente como investigador/a, a partir da análise das práticas educativas, suas políticas e inovações; do desenvolvimento de pesquisas com análises sobre programas e iniciativas de ensino, de educação inclusiva e multi/intercultural, local, regional e global; de investigações das inovações das práticas educacionais, da multi/inter/transdisciplinaridade, das ecologias de saberes associadas a processos educativos, metodologias de ensino-aprendizagem inovadoras das comunidades tradicionais, os usos de tecnologias digitais online e offline e das metodologias ativas, as diferentes linguagens da prática educativa, as práticas de multiletramentos e a multimodalidade, a docência e a discência na cibercultura, e as pesquisas no/ do/ com o cotidiano, tanto na educação formal como não formal e, ainda, a análise dos documentos oficiais que definem as políticas educacionais que reverberam nas práticas e inovações pedagógicas. Estudos, cujas ressonâncias podem ser buscadas em diversas áreas ligadas às investigações sobre as políticas de ensino, as práticas pedagógicas, suas metodologias, planejamento e avaliação.

#### **Linha de Pesquisa 2 – Estudos decoloniais e interculturais**

Esta linha se propõe a problematizar, por meio de pesquisas, as relações de domínio e subalternização nas práticas educativas da escola, destacadamente de viés étnico, racial e de gênero, e a trabalhar com projetos e ações decoloniais, com vistas a desenvolver práticas

pedagógicas não eurocentradas, valorizar ações e reflexões que incentivem os diálogos multiculturais, interculturais e pluriversos, seja para revitalizar, registrar ou, até mesmo, ressignificar processos educacionais das mais variadas origens, com vistas ao desenvolvimento de artefatos que contribuam para a transformação social, rompendo com formas de exploração e dominação colonial. A formação docente, como território de pesquisa, inevitavelmente acompanha o ponto de vista adotado sobre o que significam as práticas culturais, posto que estão atreladas a um conceito delimitado de dinâmica cultural, em rígida consonância com certa perspectiva epistêmica definidora do currículo. Em vista disso, a relação do ensino entre culturas distintas se alicerça em certa acepção do conceito de alteridade, já que o eixo de qualquer prática pedagógica, que se proponha a ser multicultural ou intercultural, deve se amparar em um olhar sobre o outro. Logo, deve-se observar e considerar como foco de investigação valores e experiências das culturas não europeias, como rituais, festas, músicas, danças, jogos e brincadeiras, como suportes ativos de saberes, conhecimentos e da própria educação. Isso implica a adoção de uma ideia de ensino intimamente atrelada aos povos originários, assim como às suas condicionantes históricas e práticas culturais, como é o caso das manifestações culturais ameríndias e afro-brasileiras.

## **6. Caracterização do curso**

### **Nome**

Programa de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente (PPGEFD)

### **Periodização da Seleção**

Anual

### **Créditos disciplina**

30 créditos / 450 horas

### **Atividades Curriculares**

06 créditos/ 90 horas

### **Vagas por seleção**

Serão ofertadas 20 vagas para ingresso anual

### Equivalentes horas aula /crédito

Um crédito corresponde a 15 horas/aula

### Descrição sintética do esquema de oferta do curso

A Arquitetura Curricular do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Acadêmico em Ensino e Formação Docente rompe com a compreensão de um currículo estático e fragmentado, apresentando-se como processo e prática social. Um currículo que incorpora outros saberes, distintos dos saberes acadêmicos tradicionais e trata o percurso de formação, considerando as dimensões epistemológicas, históricas, políticas, sociais, culturais e tecnológicas.

O percurso do estudante é constituído por vinte e seis (26) créditos obrigatórios, distribuídos entre Componentes Curriculares e atividades obrigatórias, e dez (10) créditos optativos constituídos por Componentes Curriculares optativos. Para além dos Componentes Curriculares, descritos no ementário, dentre as atividades curriculares obrigatórias estão a participação nos **Seminários de Pesquisa**, ofertados com o objetivo de garantir a construção de caminhos metodológicos de pesquisa, e o **Estágio Docente no Ensino Superior**, atividade que visa garantir o processo de observação e construção de práticas de ensino neste nível.

O PPGEDF será oferecido em regime semestral, tendo tempo de integralização de 24 meses, com aulas ministradas a cada quinze dias no IFBA, *campus* de Porto Seguro, nas quintas-feiras e sextas-feiras nos períodos vespertino e noturno e aos sábados pela manhã.

### DESCRIÇÃO DA OFERTA DO CURSO

PERÍODO	OFERTA
Primeiro semestre	CC teórico obrigatório 1 - 4 créditos CC teórico optativo - 2 créditos CC teórico optativo - 2 créditos Seminários de Pesquisa I: Metodologias de pesquisa e intervenção - 2 créditos
Segundo semestre	CC teórico obrigatório 2 - 4 créditos CC teórico optativo - 2 créditos Seminários de Pesquisa II: Apresentação e Análise de projetos de pesquisa - 2 créditos CC Escrita Orientada do Projeto de Pesquisa - 4 créditos EXAME DE QUALIFICAÇÃO
Terceiro semestre	CC teórico optativo - 2 créditos CC teórico optativo - 2 créditos

	<b>Estágio Docente no Ensino Superior:</b> Prática e Estágio Docente no Ensino Superior - 2 créditos
<b>Quarto semestre</b>	<b>CC Escrita Orientada de Dissertação - 8 créditos</b> DEFESA DE DISSERTAÇÃO

### QUADRO SÍNTESE DO CURSO

<b>Carga horária total do curso</b>	540h/36 créditos
<b>Tempo de integralização</b>	24 meses
<b>Regime letivo</b>	Semestral
<b>Previsão de início de funcionamento</b>	Janeiro/2023
<b>Local/campus de funcionamento</b>	Campus Porto Seguro - IFBA
<b>Número de vagas</b>	20 vagas
<b>Corpo Docente</b>	<p>Álamo Pimentel (permanente) – <a href="http://lattes.cnpq.br/5299277618123064">http://lattes.cnpq.br/5299277618123064</a></p> <p>Aldemir Inácio de Azevedo (permanente) – <a href="http://lattes.cnpq.br/3110320508065774">http://lattes.cnpq.br/3110320508065774</a></p> <p>Alexandre de Oliveira Fernandes (permanente) – <a href="http://lattes.cnpq.br/8309021430364979">http://lattes.cnpq.br/8309021430364979</a></p> <p>Carolina Bessa Ferreira de Oliveira (permanente) – <a href="http://lattes.cnpq.br/5299277618123064">http://lattes.cnpq.br/5299277618123064</a></p> <p>Edson Machado de Brito (permanente) – <a href="http://lattes.cnpq.br/0433710450942228">http://lattes.cnpq.br/0433710450942228</a></p> <p>Francisco Antonio Nunes Neto (permanente) – <a href="http://lattes.cnpq.br/8641511804856429">http://lattes.cnpq.br/8641511804856429</a></p> <p>Francisco Vanderlei Ferreira da Costa (permanente) – <a href="http://lattes.cnpq.br/5186994829843419">http://lattes.cnpq.br/5186994829843419</a></p> <p>Gabriela Rodella de Oliveira (permanente) – <a href="http://lattes.cnpq.br/0903463996787375">http://lattes.cnpq.br/0903463996787375</a></p> <p>Graziela Ninck (permanente) – <a href="http://lattes.cnpq.br/1816103241290756">http://lattes.cnpq.br/1816103241290756</a></p> <p>Gustavo Bruno Bicalho Gonçalves (permanente) – <a href="http://lattes.cnpq.br/3487667564059705">http://lattes.cnpq.br/3487667564059705</a></p> <p>Ivana Maria Gamerman (permanente) - <a href="http://lattes.cnpq.br/8082726519822963">http://lattes.cnpq.br/8082726519822963</a></p> <p>José André Ribeiro (permanente) – <a href="http://lattes.cnpq.br/2909888019684406">http://lattes.cnpq.br/2909888019684406</a></p> <p>Leandro Gaffo (permanente) – <a href="http://lattes.cnpq.br/4444883642021224">http://lattes.cnpq.br/4444883642021224</a></p> <p>Leonardo Thompson da Silva (permanente) - <a href="http://lattes.cnpq.br/1147069538264015">http://lattes.cnpq.br/1147069538264015</a></p> <p>Mariana Fernandes dos Santos (permanente) - <a href="http://lattes.cnpq.br/1807720210231590">http://lattes.cnpq.br/1807720210231590</a></p> <p>Maristela Midlej Silva de Araujo Veloso (permanente) - <a href="http://lattes.cnpq.br/3267415144528916">http://lattes.cnpq.br/3267415144528916</a></p> <p>Rosemary Aparecida Santiago (permanente) - <a href="http://lattes.cnpq.br/1674130030792920">http://lattes.cnpq.br/1674130030792920</a></p> <p>João Paulino da Silva Neto (colaborador) - <a href="http://lattes.cnpq.br/9426257687412788">http://lattes.cnpq.br/9426257687412788</a></p> <p>Corina Borri-Anadon (colaboradora) - <a href="http://lattes.cnpq.br/7983074937439663">http://lattes.cnpq.br/7983074937439663</a></p>

## 7. Disciplinas

### Linha de pesquisa 1 - Ensino, políticas e inovações



**Nome:** Inovações pedagógicas e estratégias metodológicas

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Sim

**Carga horária:** 60 horas

**Créditos:** 4

**Docentes:** Ivana Gamerman, Gabriela Rodella de Oliveira, Leandro Gaffo, Mariana Fernandes dos Santos, Maristela Midlej Silva de Araújo Veloso

**Ementa:** Mudança de Epistemologias Educacionais - da educação prussiana para as atuais necessidades sociais da educação. Do ensino do/a aluno/a passivo/a ao novo posicionamento do professor e dos/as estudantes nas Metodologias Ativas de Educação. Tipos e experimentação de Metodologias Ativas na Educação. Metodologias Ativas de Educação mediadas por tecnologias digitais.

**Bibliografia:**

*Básica:*

BORDENAVE, J. E. D. **Estratégias de Ensino-aprendizagem**. São Paulo: Editora Vozes, 2010. (incluir)

HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e Mudança na Educação: os projetos de trabalho**. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

*Complementares:*

BERGMANN, J.; SAMS, A. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

COSTA, G. M. C. (Org.). **Metodologias ativas: métodos e práticas para o século XXI**. Quirinópolis, GO: Editora IGM, 2020.

MOREIRA, M. A. **Teoria de aprendizagem**. São Paulo: E.D.U., 1999.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Educa: Lisboa, 2009.

VEEN, W.; VRAKING, B. **Homo Zappiens: educando na era digital**. Trad. de Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2009. 141 p.

**Nome:** Políticas públicas e gestão educacional

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Não

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docentes:** Carolina Bessa Ferreira de Oliveira, Gustavo Bruno Bicalho Gonçalves, Rosemary Aparecida Santiago

**Ementa:** Estudo da política enquanto política pública, práxis, espaço, sistema de regulação das relações na educação e entre as pessoas. Estudo dos processos de organização, normatização, planejamento e gestão dos sistemas educativos, da Educação Básica, do

currículo, das práticas e inovações pedagógicas. Análise das políticas, projetos e determinações legais e seus impactos na educação. Análise das relações entre Estado e sociedade, poder público e organizações sociais, sistemas de ensino e recursos tecnológicos. Compreensão das relações de poder nas escolas e comunidade.

### **Bibliografia:**

#### *Básica:*

ALMEIDA, M. de L. P. de. Globalização, liberalismo econômico e educação brasileira: quem controla a produção do conhecimento científico? *In:* FERREIRA, N. S. C. (org.). **A gestão da educação na sociedade mundializada: por uma nova cidadania.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública.** Campinas, Autores Associados, 1997.

LESSARD, C.; CARPENTIER, A. **Políticas Educativas: a Aplicação na Prática.** Petrópolis: Vozes, 2016

#### *Complementar:*

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias.** Trad. Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. p. 35-65.

BORON, Atílio A. El Estado y las “reformas del Estado orientadas al mercado”. Los “desempeños” de La democracia en América Latina. *In:* KRAWCZYK, N. R. e WANDERLEY, L. E. W. (org.). **América Latina: Estado e reforma numa perspectiva comparada.** São Paulo: Cortez, 2003.

HADDAD, S. et al. **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 2008.

O'DONNELL, G. **Anotações para uma teoria do Estado.** Revista de Cultura e Política, n. 4, 1981.

**Nome: Micropolíticas da convivência urbana na escola**

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Não

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docentes:** Álamo Pimentel, Rosemary Aparecida Santiago

**Ementa:** A escola e os outros espaços-tempos educadores da cidade. Relações e conflitos entre a comunidade e a escola. Segregações socioespaciais produtoras de segregações educacionais. Fluxos sociais escolares e redes de circulação social na cidade. Aprendizagens escolares e aprendizagens de convívio urbano. Experimentações cartográficas da escola na cidade e da cidade na escola.

### **Bibliografia:**

#### *Básica:*

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, V. da. **Pistas do Método da Cartografia: pesquisa intervenção e produção da subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2015.

PIMENTEL, A. **Entre a Escola e o Mundo: por uma ecologia dos processos educacionais**. Curitiba: Appris, 2018.

RIBEIRO, L. C. de Q.; KATZMAN, R. **A Cidade contra a Escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ. Montevideu, Uruguai: IPPES, 2008.

*Complementar:*

ASSMAN, H. **Reencantar a Educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.

BECKER, H. **Falando da Sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

CAIAFA, J. **Aventuras das Cidades**: ensaio e etnografias. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MAGNANI, J. G. C. **Da Periferia ao Centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

**Nome: Organização do trabalho pedagógico e práticas educativas**

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Não

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docentes:** Gustavo Bruno Bicalho Gonçalves

**Ementa:** Estudo do processo de trabalho e do trabalho no processo pedagógico. Natureza do trabalho pedagógico. Análise do trabalho como experiência formativa e como determinante de Saúde, Identidade e Participação Social. Conhecimento das abordagens teóricas na organização do trabalho pedagógico e no trabalho docente. Estudo das políticas de valorização do trabalho docente e de Proteção à Saúde do Trabalhador. Organização do trabalho docente. Conhecimento e compreensão dos fatores de Risco Ocupacionais. Estudo dos Métodos e Ferramentas de análise do trabalho.

**Bibliografia:**

*Básica:*

ALBORNOS, Suzana. **O que é trabalho?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA et al. **Indicadores do Trabalho Docente na Educação Básica**. Belo Horizonte : Editora Fino Traço, 2017.

OLIVEIRA et al. **Organização e Gestão Escolar e suas Consequências para o perfil e a condição do gestor educacional**. Belo Horizonte : Editora Fino Traço, 2017.

*Complementar:*

GRANDJEAN, K. H. E. K. . E. **Manual de Ergonomia**: adaptando o trabalho ao homem. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

GUÉRIN, F., LAVILLE, A.; DANIELOU, F.; DURAFORG, J.; KERGUELEN, A. **Compreender o Trabalho para Transformá-lo - A Prática da Ergonomia**. São Paulo: Editora Blücher, 2001.

OLIVEIRA et al. **Indicadores do Trabalho Docente na Educação Básica**. Belo Horizonte : Editora Fino Traço, 2017.

OLIVEIRA et al. **Organização e Gestão Escolar e suas Consequências para o perfil e a condição do gestor educacional**. Belo Horizonte : Editora Fino Traço, 2017.

OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. (org.). **Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento**. Belo Horizonte : Fino Traço Editora, 2011.

**Nome: Direito educacional e suas implicações na prática pedagógica**

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Não

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docentes:** Carolina Bessa Ferreira de Oliveira

**Ementa:** Estudo crítico e interdisciplinar do direito educacional: sua implicação na prática pedagógica no contemporâneo. Bases legais da educação no Brasil: aspectos juspedagógicos, políticos e sociais e sua interface com a gestão e a docência. Judicialização e justiciabilidade do direito à educação e dos direitos na educação: mecanismos individuais e coletivos de exigibilidade e seus desdobramentos no cotidiano escolar.

**Bibliografia:**

*Básica:*

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRZEZINSKI, I. **A LDB Contemporânea: contradições, tensões, compromissos**. São Paulo: Cortez Editores, 2014.

RANIERI, N. B. S.; ALVES, A. L. A. (org.). **Direito à educação e direitos na educação: em perspectiva interdisciplinar**. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação da Universidade de São Paulo, 2018.

*Complementar:*

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *In: Cad. Pesqui.* n. 116. São Paulo, jul. 2002. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742002000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200010)

RANIERI, N. B. S. (coord.). **Direito à educação: aspectos constitucionais**. São Paulo: EDUSP, 2009. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187688>

RANIERI, N. B. S. **O novo cenário jurisprudencial do direito à educação no Brasil: o ensino domiciliar e outros casos no Supremo Tribunal Federal**. Pro-Posições [online]. 2017, vol.28, n.2, pp.141-171. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/pp/v28n2/0103-7307-pp-28-2-0141.pdf>

VIEIRA, E. A política e as bases do direito educacional. *In: Cadernos CEDES*, Unicamp, v. 21, n. 55, nov. 2001. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622001000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300002)

**Nome: Políticas curriculares e democratização de saberes**

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Não

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docentes:** Rosemary Aparecida Santiago

**Ementa:** Estudo e análise das políticas e práticas curriculares. Análise crítica das propostas curriculares, a disciplinarização do conhecimento, dos campos de saber e sua legitimação na escola e em outras instâncias da sociedade. Estudo dos documentos de regulação das propostas curriculares e sua vinculação com a democratização de saberes, considerando-se a diversidade cultural. Compreensão das tendências no campo do currículo.

**Bibliografia:**

*Básica:*

MOREIRA, A. F. B. (org.). **Currículo: Políticas e Práticas**. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (org.). **Territórios contestados** – o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.

SAUL, A. M.; SILVA, A. F. G. **O pensamento de paulo freire no campo de forças das políticas de currículo: a democratização da escola**. Revista e-Curriculum, [S.l.], v. 7, n. 3, nov. 2011. ISSN 1809-3876. Disponível em:

<<http://ken.pucsp.br/curriculum/article/view/7597>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

*Complementar:*

APPLE, M. **Ideologia e Currículo**. 3ª edição. Porto Alegre, RS: Artmed Editora S.A. 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática pedagógica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MOREIRA, A F B.; SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo, Cortez, 1994.

SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ARROYO, M. G. Experiências de Inovação Educativa: o currículo na prática da escola. *In*: MOREIRA, Antonio Flávio B. (org.). **Currículo: Políticas e Práticas**. 13. e. Campinas, São Paulo: Papirus, 2013.

**Nome: Oficina de multiletramentos contemporâneos e práticas pedagógicas de docentes e discentes**

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Não

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docentes:** Maristela Midlej Silva de Araújo Veloso, Gabriela Rodella de Oliveira, Mariana Fernandes dos Santos

**Ementa:** Estudos das relações entre educação, cultura e linguagens que subjazem à ação pedagógica docente. Letramentos culturais locais, digitais, científicos, escolares, letramentos de reexistências e de sobrevivência. (In)visibilidade didático-pedagógica nos processos

educativos. (Multi)Letramentos contemporâneos na formação docente e discente em projetos integradores e interculturais (não) curriculares. O perfil cognitivo do leitor imersivo. Linguagem, hipertexto, hipermídia e multimodalidade. Articulação entre ensino e aprendizagem.

**Bibliografia:**

*Básica:*

ROJO, R. & BARBOSA, J. P. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola, 2015.

SANTAELLA, L. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004.

SOUZA, A. L. S. **Letramentos de reexistência – poesia, grafite, música, dança: hip-hop**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

*Complementar:*

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

KLEIMAN, B. A.; ASSIS, J. A. (org.). **Significados e ressignificações do letramento: desdobramentos de uma perspectiva sociocultural sobre a escrita**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2016.

MAGALHÃES, I. (org.). **Discursos e práticas de letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012.

MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

ROJO, R. H. R. e MOURA, E. (org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

**Nome: Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e educação**

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Não

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docentes:** Ivana Maria Gamerman e Maristela Midlej Silva de Araújo Veloso

**Ementa:** As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e a relação com o conhecimento. Redes e conexões – o papel da internet nas relações de ensino e aprendizagem nas escolas e universidades. A prática pedagógica emergente na cibercultura e os saberes docentes e discentes.

**Bibliografia:**

*Básica:*

LEMOS, André e LÉVY, Pierre. O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTAELLA, Lucia, Comunicação Ubíqua: Repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Editora Paulus, 2013, 1ª. Edição.

BONILLA, M.H.; PRETTO, N.D.L. Movimentos colaborativos, tecnologias digitais e

educação. Em Aberto, Brasília, v. 28, n. 94, p. 23-40, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3050> Acesso em 14 de julho 2021.

*Complementar:*

GIRAFFA, L. M. M.; MODELSKI, D.; MARTINS, C. Formação docente em tempos de cibercultura: que tal educar em vez de apenas ensinar? Informática na Educação, Série de livros-texto da CEIE-SBC, 2020. Disponível em: <<https://ieducacao.ceie-br.org/formacaodocente/>> Acesso em 14 de julho 2021.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 2009.

PRETTO, Nelson De Luca e SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (orgs.). Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/211/4/Alem%20das%20redes%20de%20colaboracao.pdf>> Acesso em 14 de julho 2021.

SHIRKY, C. A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SILVA, Marco (org.). Formação de professores para docência online. São Paulo: edições Loyola, 2012.

**Nome: Educação Profissional e Tecnológica em Comunidades Indígenas e Quilombolas**

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Não

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docentes:** Francisco Vanderlei Ferreira da Costa

**Ementa:** Estudo da realidade da Educação Profissional e Tecnológica em comunidades Indígenas e Quilombolas. Diálogo com comunidades indígenas para conhecer a EPT em funcionamento nas escolas desses grupos. Debate sobre a EPT em comunidade quilombola, a partir da perspectiva da comunidade.

**Bibliografia:**

*Básica:*

BANIWA, G. Antropologia colonial no caminho da Antropologia indígena. **Revista Novos Olhares Sociais**, v. 2, n. 1, 2019.

CARRIL, L. de F. B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, abr./jun. 2017.

CLAUDINO, Z. K. **Educação Indígena em diálogo**. Pelotas: Editora Universitária/ UFPEL, 2010.

*Complementar:*

BAHIA. Conselho Estadual de Educação. **Processo CEE N° 0045143-8/2013**. Normas complementares para implantação e funcionamento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica – CEB/CEE – BA. 30 de julho de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB N° 13/2012**. Brasília: Ministério da Educação. 10 de maio de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**: algumas informações. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Profissional e Tecnológica Integrada à Educação Escolar Indígena**. 2007.

OLIVEIRA, S. N. de. Motivações iniciais para elaboração de diretrizes da educação escolar quilombola no estado da Bahia. Rev. FAEEBA. Salvador, v. 26, n. 49, p. 35-51, maio/ago. 2017.

**Nome: Práticas Pedagógicas e Inclusão escolar**

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Não

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docentes:** Rosemary Aparecida Santiago

**Ementas:** Estudo das Políticas de Educação na perspectiva da Inclusão Escolar no contexto brasileiro. A trajetória da Educação Especial, da Educação de Jovens e Adultos, dos imigrantes, dos jovens em situação de cumprimento de medidas socioeducativas e outros. Contribuições metodológicas, recursos didáticos e práticas pedagógicas que contribuam para os processos de escolarização de todos/as os/as alunos/as da Educação Básica.

**Bibliografia:**

*Básica:*

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. MEC; SEEP, 2001.

NARODOWSKI, M. **Comenius & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

*Complementar:*

BAPTISTA, C. R. **Educação especial e atendimento educacional especializado**: para além do AEE. In: VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial, 2011, Nova Almeida - ES. Prática pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Marília: ABPEE, 2011. v. 1. p. 1-16

BAPTISTA, C. R. **A inclusão escolar e seus sentidos**: entre edifícios e tendas. In: Claudio R. Baptista. (org.). Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006, v. 1, p. 83-93.

KASSAR, M. de C. M.; REBELO, A. S. Abordagens da educação especial no Brasil entre final do século XX e início do século XXI. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 24, n. esp., p. 51-68, 2018.

MULLER, P.; SUREL, Y. **Análise de políticas públicas**. Pelotas: EDUCAT, 2002.



**Nome: Oficina de planejamento e avaliação em Educação**

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Não

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docentes:** Gabriela Rodella de Oliveira, Leandro Gaffo, Maristela Midlej Silva de Araujo Veloso

**Ementas:** Estudos sobre teorias e práticas de planejamento e avaliação na educação. Organização e planejamento como forma de encontro e organicidade de processos. Planejamento coletivo de espaços-tempos. Espaços-tempos subjetivos. Espaços-tempos escolares cotidianos. Planejamento e Avaliação como diálogo. Finalidade da avaliação. Avaliação como processo de aprendizagem. Avaliação como expressão de sentimentos e sentidos. Avaliação como fomentadora de mudanças. Avaliação por competências e habilidades. Propostas de avaliações escolares cotidianas não convencionais.

**Bibliografia:**

*Básica:*

HADJI, C. **Avaliação Desmistificada**. Artmed, Porto Alegre, 2001.

MEIRIEU, P. **Aprender...sim, mas como?**, Artmed, Porto Alegre, 1998.

PADILHA, P. R. **Planejamento Dialógico**: como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

*Complementar:*

FREITAS, L. C. de; SORDI, M. R. L. de; MALAVASI, M. M. S.; FREITAS, H. C. L. de. **Avaliação Educacional**: caminhando pela contramão. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Editora Mediação, 2009.

PACHECO, J.; PACHECO, M. de F. **Avaliação da aprendizagem na Escola da Ponte**, WAK, 1.ed., 2012.

SILVA, M. (org.). **Avaliação da aprendizagem em educação online**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: SP. Papirus, 2004.

**Nome: Avaliação, políticas e práticas**

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Não

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docentes:** Gustavo Bruno Bicalho Gonçalves e Rosemary Aparecida Santiago

**Ementa:** Estudo e análise dos Sistemas de Ensino, das políticas voltadas para o planejamento e avaliação educacional. Estudo dos documentos de regulação do Sistema de Ensino no que diz respeito aos Planos de Educação e às propostas curriculares: agenda, implementação e sua

materialização nas esferas públicas municipal, estadual e federal. Contextualização histórica e análise de experiências dos sistemas de ensino: nacional, estadual e municipal. Análise e compreensão da avaliação educacional em suas diferentes configurações: em larga escala, em âmbito nacional e internacional, bem como as institucionais. Estudo das tendências internacionais e nacionais e sua aproximação à realidade local.

### **Bibliografia:**

#### *Básica:*

AFONSO, A. J. Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão crítica. *In:* ESTEBAN, M. T. (org.). **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2003. (Série Cultura, Memória e Currículo, v. 5). p. 38-56.

FARIA, C. A. P. de; FILGUEIRAS, C. A. C. As políticas dos sistemas de avaliação de Educação Básica do Chile e do Brasil. *In:* HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E.(org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. 398 p. 327-368.

FERREIRA, E. B.; FONSECA, M. O planejamento das políticas educativas no Brasil e seus desafios atuais. *In:* **Perspectiva**, Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

#### *Complementar:*

FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2007, 26 p. (Série Documental. Textos para Discussão, 26).

FREITAS, D. N. T. de. **A avaliação da Educação Básica no Brasil**: dimensão normativa, pedagógica e educativa. Campinas; São Paulo: Autores Associados, 2007. (Educação Contemporânea).

OLIVEIRA, R. P. de. Avaliações externas podem auxiliar o trabalho pedagógico da escola? *In:* **Educação: fazer e aprender na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2008, p. 230-237.

SAVIANI, D. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: análise crítica da política do MEC. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009.

SOUSA, B. J. R. de. Os planos e a gestão da Educação Básica no Brasil – o PDE em análise. **Cadernos Anpae**, Vitória, ES, n. 8, 2009, ISSN 1677-3802.

**Nome:** Sala multisseriada e prática pedagógica

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Não

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docentes:** Francisco Vanderlei Ferreira da Costa

**Ementa:** Sala multisseriada no contexto da educação mundial e local. A educação do campo e a educação indígena na articulação da multisseriação. Desafios, percalços e avanços na oferta de escola multisseriada. A sala multisseriada e a precarização da educação. Formação docente para construir uma educação plural. As comunidades locais e o projeto pedagógico inclusivo dialogando com as diferentes maneiras de organizar os estudantes por série e por

ciclo.

### **Bibliografia:**

#### *Básica:*

COSTA, F. V. F. da. (2020). Partilhar protagonismo: comunidade indígena com sala multisseriada e formação docente. **RevistAleph**. V. 34.

<https://doi.org/10.22409/revistaleph.v0i34.42284>.

MORAES, E. et al. Transgredindo o paradigma (multis)seriado nas escolas do campo. In: HAGE, S. M.; ANTUNES-ROCHA, M. I. (Org.) **Escola de Direito: reinventando a escola multisseriada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 399-416.

PARENTE, C. M. D. Escolas Multisseriadas: a experiência internacional e reflexões para o caso brasileiro. **Ensaio: avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.22, n. 82, p. 57-88, jan./mar. 2014.

#### *Complementar:*

FACHINI, V. P.; BERSANI, A. R. S. Sala Multisseriada: desafios e realidade no município de Selvira/MS. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Nº 24, ano 13, Novembro 2016.

HAGE, S.; ANTUNES-ROCHA, M. I. (Orgs). **Escola de Direito: Reinventando a Escola Multisseriada**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

HAGE, Salomão. **Classes multisseriadas: desafios da educação rural no Estado do Pará, Região Amazônica**. Belém, PA: Geperuaz 2003.

MOURA, T. V.; SANTOS, F. J. S. de. A pedagogia das classes multisseriadas: uma perspectiva contra-hegemônica às políticas de regulação do trabalho docente. Anais eletrônicos, I ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO SOBRE TRABALHO DOCENTE VI BRASILEIRO DA REDE ESTRADO. Maceió-Alagoas, 02 a 05 de novembro de 2011.

SILVA, C. G.; SOUZA, M. S. L. **Salas multisseriadas: um olhar sobre as práticas educativas construídas na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Ovídio Tavares de Moraes**. 44 p. Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia. Departamento de Habilitações Pedagógicas. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.

## **Linha de pesquisa 2: Estudos decoloniais e interculturais**

**Nome: Práticas pedagógicas em processos decoloniais**

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Sim

**Carga horária:** 60 horas

**Créditos:** 4

**Docentes:** Alexandre Oliveira Fernandes, Francisco Antônio Nunes Neto, Francisco Vanderlei Ferreira da Costa, Mariana Fernandes dos Santos, Graziela Ninck Dias Menezes

**Ementa:** Constituição histórica dos conceitos de conhecimento, alteridade e identidade.

Aspectos conceituais dos pensamentos ameríndios e afroamericanos. Práticas pedagógicas construídas a partir de parâmetros decoloniais. Práticas pedagógicas insurgentes e de subalternidades. Tradições de pensamento subalternizados e universalismo do pensamento europeu. Decolonização epistêmica das práticas pedagógicas. Saberes tradicionais e alteridade. Formação e desenvolvimento de ações pedagógicas.

### **Bibliografia:**

#### *Básica:*

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In:* LANDER, E. (org.). **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas da América Latina**, CLACSO, Buenos Aires, 2005, p. 24-32.

COSTA, F. V. F. da. Educação escolar indígena: um espaço intercultural em construção. *In:* COSTA, F. V. F. da; FRANCO NETO, J. V. **Educação escolar indígena, interculturalidade e Memória**. Araraquara: Letraria, 2019.

COSTA, F. V. F. Licenciatura Intercultural Indígena e novos currículos. *In:* ALVARENGA et al. (org.). **Educação Popular, Movimentos Sociais e Formação de Professores: outras questões, outros diálogos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

#### *Complementar:*

BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Soc. Estado**. [online]. 2018, vol.33, n.1, pp.117-135. ISSN 0102-6992. <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183301005>.

DANNER, L. F.; DORRICO, J. e DANNER, F. Decolonialidade, lugar de fala e voz-práxis estético-literária: reflexões desde a literatura indígena brasileira. **Alea** [online]. 2020, v. 22, n. 1, p. 59-74. Epub 30/mar./2020. ISSN 1517-106X.

<https://doi.org/10.1590/1517-106x/20202215974>.

FERNANDES, A. Em torno de uma epistemologia preta. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 9, n. 4, p. 17-36, out./dez., 2019.

SANTOS, J. A. et al. O diálogo intercultural e decolonial do saber na formação de professores indígenas Kaingang. **Perspectiva**. Florianópolis. v. 37, n. 2, p. 420-436, abril./jun., 2019.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de reistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo II. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2017.

**Nome: Cartografia decolonial**

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Não

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docentes:** Leandro Gaffo, Leonardo Thompson da Silva

**Ementa:** A cartografia e a representação do espaço geográfico. A linguagem cartográfica como um instrumento educativo. A cartografia do ponto de vista psicanalítico. Breve histórico da cartografia formal: representação de poder sobre o território; visão eurocêntrica; sistemas de coordenadas e padronização dos sistemas globais; críticas à cartografia colonial.

Novas cartografias: Cartografia Social; Nova Cartografia Social e Cartografia Decolonial. Nova Cartografia Social e os desafios quanto ao território, territorialidade, identidades e formas de representação sociocultural. Interfaces e dissensões entre saberes tradicionais e acadêmicos. A relação entre a Nova Cartografia Social e os movimentos sociais. Por uma Cartografia Decolonial: procedimentos e instrumentos metodológicos que permitam a autonomia e o protagonismo de povos e comunidades tradicionais, bem como de segmentos sociais e étnico-raciais.

### **Bibliografia:**

#### *Básica:*

ACSELRAD, H; COLI, L. R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, H. et al. (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2008, p. 13-43.

NAME, L. Geografia e imagens: notas decoloniais para uma agenda de pesquisa. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 39, p.59-80, jan./jun. de 2016.

NEVES, S.; NEVES, L.; SANTOS, L.; FIGUEIREDO, L. É possível reivindicar uma cartografia decolonial? **Revista de Desenvolvimento Social**. v. 25, n. 1, jan./jun., 2019.

#### *Complementar:*

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11. Brasília, mai./ago., 2013, p. 89-117.

GOUVEIA, M.; OLIVEIRA, M. **O legado colonial por trás dos mapas**: reflexões sobre cartografia e comunidades tradicionais. XIII ENAMPEGE, A Geografia Brasileira na Ciência-mundo, São Paulo, set., 2019.

GAFFO, L. Paisagem e Representação: ampliando horizontes da abordagem biogeográfica. In: CHAVEZ, E. S.; DIAS, L. S. (org.). **Cartografia Biogeográfica e da Paisagem**. 1. ed. Tupã: ANAP, 2019, v. 1, p. 11-31.

SILVA, J. M. (org.). **Geografias Subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SOUZA, A. S.; SOUSA, A. C.; CAMUSO, C. S. S.; SILVA, L. T. Etnomapeamento na Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu. **Espacialidades**. Revista Eletrônica dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços, UFRN, 2020, v. 16, n.1, p. 82-100.

### **Nome: Educação Escolar Indígena e Decolonialidade**

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Não

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docentes:** Edson Machado de Brito, José André Ribeiro

**Ementa:** Decolonialidade e educação indígena na escola. Educação Indígena X Educação Escolar Indígena. Colonialismo e a escola para desaprender. Princípios históricos e marco legal da educação escolar indígena. Escola indígena e interculturalidade crítica. Processos próprios de ensino/aprendizagem na educação escolar indígena. Produção de conhecimentos e o diálogo com os mestres indígenas. O caráter educativo do movimento indígena.

Protagonismo indígena na produção da escola na aldeia. Formação do professor indígena em sintonia com os projetos societários.

### **Bibliografia:**

#### *Básica:*

ALVES, S.M. Da S.; AMARAL, L. D. P.; DIAS, A. C. A contribuição do pensamento decolonial na afirmação da cidadania. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 7, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1311>. Acesso em 17/04/2020.

BANIWA, G. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019. Disponível em:

[http://laced4.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2019/09/MN\\_EducacaoIndigena.pdf](http://laced4.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2019/09/MN_EducacaoIndigena.pdf)

Acesso em: 17/04/2020.

KAYAPÓ, E. A diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil: O que a escola tem a ver com isso? *In*: SESC DEPARTAMENTO NACIONAL. **Culturas indígenas, diversidade e educação**. Rio de Janeiro: SESC DEPARTAMENTO NACIONAL, 2019. Disponível em:

[http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/5a88b5dd-922a-4d5f-9de7-652de3a5c297/EDUCACAO+EM+REDE\\_VOLUME+7\\_WEB.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=5a88b5dd-922a-4d5f-9de7-652de3a5c297](http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/5a88b5dd-922a-4d5f-9de7-652de3a5c297/EDUCACAO+EM+REDE_VOLUME+7_WEB.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=5a88b5dd-922a-4d5f-9de7-652de3a5c297). Acesso em: 17/04/2020.

#### *Complementar:*

CAVALCANTE, T. L. V. A Interculturalidade Crítica como possibilidade para um diálogo sobre as territorialidades no Brasil. **Revista Tellus**, Campo Grande, n. 32, p. 85-101, jan./abr., 2017.

GRAUNA, G. Literatura indígena: espaço de (re)construção, resistência e protagonismo na produção cultural brasileira. *In*: SESC DEPARTAMENTO NACIONAL. **Culturas indígenas, diversidade e educação**. Rio de Janeiro: SESC DEPARTAMENTO NACIONAL, 2019. Disponível em:

[http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/5a88b5dd-922a-4d5f-9de7-652de3a5c297/EDUCACAO+EM+REDE\\_VOLUME+7\\_WEB.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=5a88b5dd-922a-4d5f-9de7-652de3a5c297](http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/5a88b5dd-922a-4d5f-9de7-652de3a5c297/EDUCACAO+EM+REDE_VOLUME+7_WEB.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=5a88b5dd-922a-4d5f-9de7-652de3a5c297). Acesso em: 17/04/2020.

MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro: Considerações finais**. São Paulo: Paulinas, 2012, pp. 209-224. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/345975/mod\\_forum/intro/munduruku\\_cons\\_finais\\_3.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/345975/mod_forum/intro/munduruku_cons_finais_3.pdf). Acesso em: 17/04/2020.

NASCIMENTO, R. G. Escola como local das culturas: O que dizem os índios sobre escola e currículo. **Revista Educação Pública**, v. 26, nº 62/1, 2017. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/5000>. Acesso em: 17/04/2020.

SILVA, A. da. **Tradições étnicas entre os Pataxó no Monte Pascoal: Subsídios para uma educação diferenciada e práticas sustentáveis**. Vitória da Conquista: NECCSos/UESB, 2008.

**Nome: Oficina de Cuirlombismo Literário**

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Não

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docente:** Alexandre Oliveira Fernandes

**Ementa:** Autoria negrx e indígena dissidentes sexual e gênero-desobediente. Interseccionalidade de raça, sexualidade, classe, gênero. Discurso literário e cis-heteronormatividade. Literatura negra e indígena. Projeto decolonial epistêmico negro-indígena-sexual-gênero-dissidente-palavreiro. Histórias ancestrais. Estudo de categorias como “cuirlombismo literário”; “representação”; “antirracismo”; “aspectos da dor”; “cura”; “devaneio libertador”; “escrita diaspórica”.

**Bibliografia:**

*Básica:*

ALCADE, E. (org). **LGBTQIA+**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

ANTOLOGIA dos Morôgetás: Olhares indígenas. **Letra Indígena**. São Carlos: SP: Universidade Federal de São Carlos, Laboratório de Linguagens, LEETRA, v. 2, n. 2, 2013.

nascimento, t. **Cuirlombismo literário**. São Paulo: N1Edições, 2018.

*Complementar:*

NEGRO, Maurício (org.). **Nós: Uma antologia de literatura indígena**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2019.

ESMENIA, B. **Tribadismo: mas não só – 13 poemas a la fancha + 17 gritos de abya yala**”, de Bárbara Esmenia. Paranoá (DF): padê editorial, 2018.

hooks, bell. Representações da branquitude na imaginação negra. *In: hooks, bell. Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

MUNDURUKU, D. **Karú Tarú: o pequeno pajé**. Ilustração de Marilda Castanha. Erechim: Edelbra, 2009.

PROSA, R. et al. (org.). **Da barragem pra cá**. Paranoá (DF): padê editorial; Inesc, 2019.

nascimento, tatiana. Da palavra queerlombo ao cuierlombo da palavra. *In: Palavra Preta*. Brasília: DF, 2018. Disponível em:

<https://palavrapreta.wordpress.com/2018/03/12/cuierlombismo/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

**Nome: Processos de educação ambiental e saberes locais**

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Não

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docente:** Aldemir Inácio de Azevedo, Leonardo Thompson da Silva

**Ementa:** Perspectiva decolonial sobre processos e práticas de grupos populares e étnico-raciais. Formação de ideias e comportamentos ambientalmente decoloniais. Lógicas de pensar e construir relações com a natureza a partir de traços socioculturais locais. Alcance, aplicações e metodologias dessas formulações em espaços educacionais diversos. Saberes

ambientais locais e racionalidade ambiental capitalista. Racismo ambiental e transmodernidade.

### **Bibliografia:**

#### *Básica:*

LIMA, D. M. A. Educação ambiental dialógica e descolonialidade com crianças indígenas Tremembé: vinculação afetiva pessoa-ambiente na Escola Maria Venância. 2014. 320f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2014.

MEJÍA, M. R. Educação e Pedagogias Críticas a partir do Sul: cartografias da educação popular. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

TRISTÃO, M. F.; VIEIRAS, R. R. Decolonizar o pensamento: apontamentos e entrelaçamentos epistêmicos com a Educação Ambiental. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, p. 103-117, set., 2017. ISSN 1517-1256. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/7145>>. Acesso em: 16 abr. 2020. doi:<https://doi.org/10.14295/remea.v0i0.7145>.

#### *Complementar:*

CAMARGO, D. Lendas, rezas e garrafadas: educação ambiental de base comunitária e os saberes locais no Vale do Jequitinhonha. Orientador: Celso Sánchez Pereira. 2017. 222f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CARVALHO, E. S. S.; RAMOS JÚNIOR, D. V. Do desenvolvimento sustentável ao envolvimento integrado. Ecopedagogias como opções decoloniais. **Revista Iberoamericana de Educación**. v. 73, 2017, p. 35-60.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013.

MAULIN, G. C. Lugares e tempos em narrativas de uma educação ambiental pós-colonial no Sitio dos Crioulos – Jerônimo Monteiro – ES 2013. Tese (Curso de Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

PEREIRA, A. A dimensão pedagógica dos terreiros e o racismo ambiental: aportes das lutas antirracistas à educação ambiental crítica. 2019. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

**Nome: Interculturalidade e educação escolar**

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Não

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docentes:** Francisco Antônio Nunes Neto, Francisco Vanderlei Ferreira da Costa, José André Ribeiro, Mariana Fernandes dos Santos, Graziela Ninck Dias Menezes



**Ementa:** Interculturalidade funcional e interculturalidade crítica. A interculturalidade no processo educacional. A construção de saberes a partir da interculturalidade. A América Latina no processo de construção de conhecimento e de novos saberes.

**Bibliografia:**

*Básica:*

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In:* LANDER, E. (org.). **Colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas da América Latina, CLACSO, Buenos Aires, 2005, pp. 24-32.

COSTA, F. V. F. da. Educação escolar indígena: um espaço intercultural em construção. *In:* COSTA, F. V. F. da; FRANCO NETO, J. V. **Educação escolar indígena, interculturalidade e Memória.** Araraquara: Letraria, 2019.

FERREIRA DA COSTA, F. V. Licenciatura Intercultural Indígena e novos currículos. *In:* ALVARENGA et al. (orgs.). **Educação Popular, Movimentos Sociais e Formação de Professores:** outras questões, outros diálogos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

*Complementar:*

FANON, F. Os Condenados da Terra. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GONZALEZ, L. A interculturalidade e seus limites na educação escolar indígena na América Latina. **Humanidade e Inovação.** v. 4, n. 4. 2017.

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/394>. Acesso em 14 de abril de 2020.

MIGNOLO, W.; WALSH, C.; LINERA, A. G. **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento.** Buenos Aires: Del signo, 2014.

TUBINO, F. **La interculturalidad crítica como proyecto ético-político.** Encuentro continental de educadores agustinos, Lima, enero 24-28, 2005.

<http://oala.villanova.edu/congresos/educación/lima-ponen-02.html> Acesso em: 20 mar. 2020.

VARGAS, I. M. C. Bolívia constitucionalismo: máscara del colonialismo. *In:* **Prensa Indígena,** La Paz, 2009. Disponível em [www.bolpress.com/art.php](http://www.bolpress.com/art.php). Acesso em 18 de março de 2020.

**Nome: Linguagem, Racismo e Decolonialidade**

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Não

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docentes:** Alexandre Oliveira Fernandes, Francisco Vanderlei Ferreira da Costa, José André Ribeiro, Mariana Fernandes dos Santos

**Ementa:** Discurso, silêncio e reprodução ideológica. Relação entre linguagem e racismo. Políticas linguísticas e colonialidade. Práticas linguístico-discursivas nas relações culturais silenciadoras que (d)enunciam discursos naturalizantes de posturas discriminatórias e preconceituosas. Transracionalização da linguagem. Enunciados, ressignificações, narrativas de resistência/existência e repertórios culturais subalternizados em contextos culturais (não)hegemônicos.

**Bibliografia:***Básica:*

LAGARES, X. C. Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.

NASCIMENTO, G. **Racismo Linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 6. ed., 2013.

*Complementar:*

CARVALHO, A. P. C.de; SALAINI, C. J.; ALLEBRANDT, D.; MEINERZ, N. E.; WEISHEIMER, N. **Desigualdades de gênero, raça e etnia**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

POTIGUARA, E. **Metade cara, metade máscara**. 3. ed. Rio de Janeiro: Grumín, 2018.

SANTOS, M. F. dos. **A disputa de sentidos da linguagem politicamente correta**: uma análise discursiva na cartilha do politicamente correto & direitos humanos. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

ZOLIN-VESZ, F. **Linguagens e descolonialidades**: Práticas languageiras e produção de (des)colonialidades no mundo contemporâneo. v. 2. 1. ed. Campinas: Pontes, 2017.

**Nome: Escola e Sociedade****Grau acadêmico:** Mestrado**Obrigatória:** Não**Carga horária:** 30 horas**Créditos:** 2**Docentes:** Francisco Antônio Nunes Neto, Gustavo Bruno Bicalho Gonçalves

**Ementa:** Estudo da influência das desigualdades sociais de renda, gênero, etnicidade sobre o campo da educação. Os desafios para os atores escolares e suas possibilidades de intervenção. Escola como instituição que tende a reproduzir a cultura dominante através de seu currículo, políticas e práticas pedagógicas. Espaço escolar como campo de contestação das políticas e do currículo, imerso em fenômenos sociais e ideologias complexas: racismo, sexismo, classismo, capacitismo etc. que modulam as práticas pedagógicas. As pedagogias críticas e sua visão da escola como instituição capaz de promover a transformação social.

**Bibliografia:***Básica:*

AÇÃO EDUCATIVA. (org.). **A Ideologia do Movimento Escola sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. 1. ed. São Paulo: Ação Educativa. 2016.

CASSIO, F. (org.). **Educação contra a barbárie**: Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

STRECK, D. R. (org.). **Fontes da Pedagogia Latino Americana**: uma Antologia. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

*Complementar:*

FREITAS, L. C. de. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, aug. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622016000200137&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622016000200137&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 13 apr. 2020. <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016160502>.

CAMPELLO, T. (org.). **Faces da desigualdade no Brasil**: um olhar sobre os que ficam para trás Clacso: 2017. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20171127114307/Faces\\_da\\_desigualdade\\_no\\_brasil.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20171127114307/Faces_da_desigualdade_no_brasil.pdf)

ROCHEX, J. Y. As três idades das políticas de educação prioritária: uma convergência europeia? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 871-882, dez. 2011. <http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n4/a13v37n4.pdf>

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

**Nome: Encontro de Saberes**

**Grau acadêmico:** Mestrado

Obrigatória: Não

Carga horária: 30 horas

Créditos: 2

**Docentes:** Edson Machado de Brito, Francisco Antônio Nunes Neto, Francisco Vanderlei Ferreira da Costa, Graziela Ninck Dias Menezes

**Ementa:** Diálogos entre Saberes na formação da docência em espaços interculturais. A interculturalidade construída a partir das epistemologias das comunidades autóctones. As vozes dos povos e das comunidades tradicionais como protagonistas na construção de saberes.

**Bibliografia:**

*Básica:*

CARVALHO, José j; MUNANGA Kabengele; KAYAPÓ, Edson; OLIVEIRA, Joelson F. Questão racial, cotas e univervdidade pública e integradora. *In:* GONÇALVES, Gustavo; TUGNY Rosângela P. **Universidade popular e encontro de saberes**. Salvador: Edufab; Brsailia: UNB, 2020, Pp. 623-640.

CARVALHO, José Jorge. Encontro de saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. *In:* BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

*Complementar:*

CARVALHO, José J.; FLÓREZ, Juliana F. (2014). Encuentro de Saberes: proyecto para decolonizar el conocimiento universitario eurocêntrico”. *In:* **Nómadas**, nº 41, 131-147.

COSTA, F. V. F. da. (2020). Partilhar protagonismo: comunidade indígena com sala multisseriada e formação docente. **RevistAleph**, (34). <https://doi.org/10.22409/revistaleph.v0i34.42284>.

PALERMO, Zulma (comp.). **Des/decolonizar la universidad**. Buenos Aires: Del Signo, 2015.

TUKANO, Álvaro. **O Mundo Tukano antes dos Brancos**: um mestre Tukano. Brasília, DF: INCTI/UnB/CNPq, 2017.

**Nome: Oficina de Educação no Campo**

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Não

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docentes:** Aldemir Inácio de Azevedo

**Ementa:** Campesinato, cultura e educação. Saberes locais, agricultores e sistema de produção familiar. Tempo escolar e calendário socioproductivo em comunidades rurais. A escola da educação básica pública do campo e a comunidade rural. Organização curricular da educação no campo. Os processos educacionais nos movimentos socioculturais do campo e a formação na educação do campo.

**Bibliografia:**

*Básica:*

ARROYO, Miguel, CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna (orgs). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli S.; STEDILE, Miguel E.; DAROS, Diana. [Orgs.]. **Caminhos para transformação da Escola 2**: Agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo. Expressão Popular, 2015.

GOULART, Anderson Jair et al. (Orgs.). **Diálogos sobre Educação do Campo**. Resistência e Emancipação Social e Humana. Um Chamamento para Reflexão no/do Cenário Educacional. Editora Appris, 2020, 160p.

*Complementar:*

ANTUNES-ROCHA, Maria I.; MARTINS, Maria F. Almeida; MARTINS, Aracy Alves. [Orgs.]. **Territórios Educativos na Educação do Campo**. Autêntica, 2012.

APARECIDA, Maria Fonseca Cida. **Pedagogia da Alternância e Educação do Campo**: A formação de jovens na Escola Família Agrícola de Orizona. Ed. Novas, 2013.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 05. Brasília: Editora, 2004.

MARTINS, Aracy Alves; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. **Educação do campo**: Desafios para a formação de professores. Autêntica Editora, 2013, 208p.

MOLINA, Mônica Castagna (org.) **Educação do Campo e Pesquisa**. Questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

**Nome: Oficina de Decolonização do Corpo**

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Não

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docentes:** Alexandre de Oliveira Fernandes, Mariana Fernandes dos Santos

**Ementa:** Corpo e (des)subjetivação colonial. Corpo e erotismo. Corpo como arte. Artivismo. Práxis de re-existência, memória e ancestralidade. Corpo e performance. Estratégias indisciplinadas de agenciamento contracolonial. Corpos gordos, trans, negros, lésbicos, homoafetivos. Corpo, cu, pênis, falo: masculinidade compulsória e heterocisterrorismo. Corpo racializado. Corpo e relações de poder. Corpo cisnormativo e sistemas acadêmicos. Epistemologias anais: monstra, travesti, das ruas, das pistas, dos aplicativos de pegação, dos babados trans e travestis, das feministas. Ética, emphoderamento e estética cuir.

**Bibliografia:**

*Básica:*

BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N; GROSGOUEL, R (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 365 p.

BUTLER, J. **Corpos que importam:** os limites discursivos do sexo. São Paulo: n-1 edições, 2019.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. **Enlaçando sexualidades:** uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270.

*Complementar:*

GREINER, C. **O Corpo em Crise:** novas pistas e o curto-circuito das representações. São Paulo: Annablume, 2010. Disponível em: <http://archivoarte.uclm.es/wp-content/uploads/2019/03/ChristineGreiner-ocorpoemcrise.pdf>

PAIVA, A. L. DOS S.; NOBRE, I. DE M. Orgia epistemológica: saberes anais e dissidências de gênero e sexualidades. **Mneme - Revista de Humanidades**, v. 17, n. 38, p. 103-119, 12 ago. 2016.

PELÚCIO, L. O cu (de) Preciado: estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil. **Iberic@I:** Revue D'études Ibériques et Ibéro-américaines, Paris, n. 9, p. 123-136, printemps, 2016.

PRECIADO, P. B. **Manifesto Contrassexual:** práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1, 2014

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

**Nome:** Oficina de produção de material didático

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Não

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docentes:** Francisco Vanderlei, Gabriela Rodella de Oliveira

**Ementa:** Material didático como gênero. Produção de material didático como uma etapa da prática pedagógica. Formação e apoio para produção de material didático pelos/as docentes. Material didático digital. Avaliação de material didático. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a articulação dos diversos sujeitos envolvidos na produção, edição e avaliação de materiais didáticos (autores/as, editores/as, produtores/as, ilustradores/as, educadores/as, professores/as, entidades governamentais).

**Bibliografia:**

*Básica:*

FARIA, A. L. G. **Ideologia no Livro Didático**. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. Coleção Questões da Nossa Época, v. 37.

ROJO, R.; BATISTA, A. A. G. (Orgs.). **Livro didático de Língua Portuguesa, letramento e cultura da escrita**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2003.

DIONÍSIO, A. P.; BEZERRA, M (Orgs.). **O livro didático de Português: Olhares múltiplos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

*Complementar:*

BATISTA, A. A. G.; COSTA, M. G. (Orgs.). **Livros de alfabetização e de português: os professores e suas escolhas**. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2004.

VAL, M. G. C.; MARCUSCHI, B. **Livros didáticos de Língua Portuguesa: letramento e cidadania**. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2005.

CUNHA, A. G.; MICCOLI, L. (Orgs.). **Faça a diferença: ensinar línguas estrangeiras na educação básica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

RODRIGUES, F. N. **Livro didático digital no Brasil: um caminho para o livro universal?** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Estado de Sociedade, Universidade Federal do Sul da Bahia, 2020.

## **Seminários de Pesquisa I e II**

**Nome: Seminário de Pesquisa I: Mapeando a realidade educacional**

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Sim

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docentes:** Gabriela Rodella de Oliveira, Ivana Gamerman, Leandro Gaffo, Maristela Midlej Silva de Araújo Veloso, Graziela Ninck Dias Menezes

**Ementa:** Processos de investigação e representação da realidade escolar; Cartografia social; Etnografia educacional; Etnopesquisa-formação: inspirações filosóficas e metodológicas; Relatos de experiência; Técnicas de intervenção; Técnicas de pesquisas participativas; Técnicas de pesquisa-ação; A pesquisa-formação em ambientes híbridos: epistemologia e metodologia.

**Bibliografia:**

*Básica:*

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MACEDO, R. S. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. Brasília: Liber Livro, 2006.

OLIVEIRA, N. (org.). **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos: sobre redes de saberes**. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

*Complementar:*

FRAGOSO, S. et al. **Métodos de pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GORAYEB, A. **Cartografia Social e populações vulneráveis**. Disponível em:

<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Cartilha-Cartografia-Social.pdf>

Acesso em: 23/02/2018.

PIMENTEL, A. **A Atitude Etnográfica na Sala de Aula: descolonizando processos de ensino**. Realis Revista de Estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais, v. 4, p. 49, 2014.

SANTOS, E. **Pesquisa-formação na Cibercultura**. Santo Tirzo: Whitebooks, 2014.

ZACUR, E. e ESTEBAN, M. T. (orgs.). **Professora pesquisadora: uma práxis em construção**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

**Nome: Seminário de Pesquisa II: Apresentação e análise de projetos**

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Sim

**Carga horária:** 30 horas

**Créditos:** 2

**Docentes:** Todos/as

**Ementa:** Apresentação, análise, aprimoramento dos projetos de pesquisa de cada estudante e diálogo com outras pesquisas, projetos, dissertações e teses. Aprofundamento, estudo e análise de questões referentes às abordagens teórico-metodológicas dos projetos vinculados à área do ensino e às linhas de pesquisa.

**Bibliografia:**

*Básica:*

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MACEDO, R. S. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. Brasília: Liber Livro, 2006.

OLIVEIRA, N. (org.). **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos: sobre redes de saberes**. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

*Complementar:*

FRAGOSO, S. et al. **Métodos de pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GORAYEB, A. **Cartografia Social e populações vulneráveis**. Disponível em:

<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Cartilha-Cartografia-Social.pdf>

. Acesso em: 23/02/2018.

PIMENTEL, A. **A Atitude Etnográfica na Sala de Aula: descolonizando processos de ensino**. Realis Revista de Estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais, v. 4, p. 49, 2014.

SANTOS, E. **Pesquisa-formação na Cibercultura**. Santo Tirzo: Whitebooks, 2014.  
ZACUR, E. e ESTEBAN, M. T. (orgs.). **Professora pesquisadora: uma práxis em construção**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

### **Escrita Orientada**

**Nome:** Escrita Orientada de Projeto de Pesquisa

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Sim

**Carga horária:** 60 horas

**Créditos:** 4

**Docentes:** Todos/as

**Ementa:** Orientação, escrita e reescrita do projeto.

**Nome:** Escrita Orientada de Dissertação

**Grau acadêmico:** Mestrado

**Obrigatória:** Sim

**Carga horária:** 120 horas

**Créditos:** 8

**Docentes:** Todos/as

**Ementa:** Orientação, escrita e reescrita da dissertação e do artigo científico.

## **8. Corpo Docente**

### **Álamo Pimentel**

CPF: 593.880.645-34

Abreviatura: PIMENTEL, A.

Doutor em Educação, 2002, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

UFSB: DE - 40 horas

Categoria: Docente Permanente

### **Aldemir de Azevedo**

CPF: 072.591.167-06

AZEVEDO, A. I.

Doutor em Desenvolvimento Sustentável, 2012, Universidade de Brasília (UnB)

IFBA: DE - 40 horas

Categoria: Docente Permanente

### **Alexandre de Oliveira Fernandes**

CPF: 256.328.408.24



Abreviatura: FERNANDES, A. O.

Doutor em Ciências da Literatura, 2015, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

IFBA: DE - 40 horas

Categoria: Docente Permanente

**Carolina Bessa Ferreira de Oliveira**

CPF: 070.783.646-86

Abreviatura: OLIVEIRA, C. B. F.

Doutora em Educação, 2017, Universidade de São Paulo (USP)

UFSB: DE - 40 horas

Categoria: Docente Permanente

**Edson Machado de Brito**

CPF: 899149886-87

Abreviatura: BRITO, E. M.

Doutor em Educação: História, Política, Sociedade, 2012, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

IFBA: DE - 40 horas

Categoria: Docente Permanente

**Francisco Antonio Nunes Neto**

CPF: 860.124.015-15

Abreviatura: NUNES NETO, F. A.

Doutor em Cultura e Sociedade, 2014, UFBA

UFSB: DE - 40 horas

Categoria: Docente Permanente

**Francisco Vanderlei Ferreira da Costa**

CPF: 573272541-53

Abreviatura: COSTA, F. V. F.

Doutor em Linguística e Língua Portuguesa, 2013, UNESP/Araraquara

IFBA: Dedicção exclusiva

Categoria: Docente Permanente

**Gabriela Rodella de Oliveira**

CPF: 151.975.518-01

Abreviatura: OLIVEIRA, G. R.

Doutora em Educação, 2013, Universidade de São Paulo (USP)

UFSB: DE - 40 horas

Categoria: Docente Permanente

**Graziela Ninck Dias Menezes**

CPF: 751.368.565-72

Abreviatura: MENEZES, G. N. D.;

Doutora em Educação e Contemporaneidade, 2020, Universidade do estado da Bahia

IFBA: DE - 40 horas

Categoria: Docente Permanente

**Gustavo Bruno Bicalho Gonçalves**

CPF: 030.079.056-21

Abreviatura: GONÇALVES, G. B. B.

Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana, 2009, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

UFSB: DE - 40 horas

Categoria: Docente Permanente

**Ivana Maria Gamerman**

CPF: 242.540.375-20

Abreviatura: SCHNITMAN, I. M.

Doutora em Educação, 2007, West Virginia University

UFSB: DE - 40 horas

Categoria: Docente Permanente

**José André Ribeiro**

CPF: 055.215.266-84

Abreviatura: RIBEIRO, J. A.

Doutor em FILOSOFIA, 2017, UFC

IFBA: DE - 40 horas

Categoria: Docente Permanente

**Leandro Gaffo**

CPF: 075.720.608-54

Abreviatura: GAFFO, L.

Doutor em Ciências da Religião, 2011, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

UFSB: DE - 40 horas

Categoria: Docente Permanente

**Leonardo Thompson Silva**

CPF: 037.616.556-14

Abreviatura: THOMPSON, L.

Doutor em Geografia, 2018, UFBA

IFBA: DE - 40 horas

Categoria: Docente Permanente

**Mariana Fernandes dos Santos**

CPF: 00352818557

Abreviatura: DOS SANTOS, M. F.

Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências, 2019, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

IFBA: Dedicção Exclusiva

Categoria: Docente Permanente

**Maristela Midlej Silva de Araújo Veloso**

CPF: 452.297.835-91

Abreviatura: VELOSO, M. M. S. A.; SILVA DE ARAÚJO VELOSO, M. M.; ARAÚJO VELOSO, M. M. S.

Doutora em Educação, 2014, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

UFSB: DE - 40 horas

Categoria: Docente Permanente

**Rosemary Aparecida Santiago**

CPF: 060.766.958-62

Abreviatura: SANTIAGO, R. A.

Doutora em Educação, 2005, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

UFSB: DE - 40 horas

Categoria: Docente Permanente

**João Paulino da Silva Neto (Colaborador)**

CPF: 571.400.495-72

Abreviatura: DA SILVA NETO, J. P.

Doutor em Antropologia Social, 2012, Universidade Nacional Autónoma do México

Universidade Federal de Roraima (UFR): DE - 40 horas

Categoria: Docente Colaborador

**Corina Borri-Anadon (colaboradora)**

RG: 13.835.321 - Emissor: SSP-SP - Data: 20/06/1979

Passaporte: YC253639 (Bra)

Abreviatura: BORRI-ANADON, C.

Doutora em Educação 2014, Université du Québec à Montréal

Université du Québec à Trois-Rivière (UQTR): Professeure à temps plein

Categoria: Docente Colaborador

**9. Produção bibliográfica e técnica [2016-2021]**

**NOME:** Álamo Pimentel  
<http://lattes.cnpq.br/5299277618123064>

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo

**Título:** O estudo do meio como processo gerador do ensino, pesquisa, extensão

**Autor:** Álamo Pimentel

**Coautor(es):**

**Complemento:** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 2020, Qualis A2.

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo

**Título:** As Produções de Si com (os) outros: aprendizagem e produção de alteridades

**Autor:** Álamo Pimentel

**Coautor(es):**

**Complemento:** Revista Perspectiva (UFSC) (ONLINE), 2017, Qualis A2.

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo

**Título:** A ciranda cartográfica de saberes e conhecimentos

**Autor:** Álamo Pimentel

**Coautor(es):**

**Complemento:** Práxis Educacional (ONLINE), 2017, Qualis A2.

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo

**Título:** Proselitismo Pedagógico e Conversão Ideológica na Reforma do Ensino Médio

**Autor:** Álamo Pimentel

**Coautor(es):**

**Complemento:** Revista E-Curriculum (ONLINE) PUC-SP, 2019, Qualis A2.

**NATUREZA:** Técnica

**TIPO:** LIVRO

**Título:** Atravessando o Inferno: aprendizagem e alteridade na extensão universitária

**Autor:** Álamo Pimentel

**Coautor(es):**

**Complemento:** Curitiba (PR): Editora Appris, 2019. L3

**NOME:** Alexandre de Oliveira Fernandes  
<http://lattes.cnpq.br/8309021430364979>

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo

**Título:** Tirar Deus do Armário

**Autor:** Alexandre de Oliveira Fernandes

**Coautor(es):**

**Complemento:** Educação em Revista, UFMG, 2019. Qualis A1.

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo

**Título:** Em torno de uma epistemologia preta

**Autor:** Alexandre de Oliveira Fernandes

**Coautor(es):**

**Complemento:** Revista Exitus, UFOPA, 2019. Qualis A2

**NATUREZA: Bibliográfica**

**TIPO: Artigo**

**Título:** Espirais da linguagem de Exu: por uma filosofia do Òkòtó.

**Autor:** Alexandre de Oliveira Fernandes

**Coautor(es):**

**Complemento:** Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, UEM (Online), 2018. Qualis B2

**NATUREZA: Bibliográfica**

**TIPO:** Apresentação de Dossiê Temático

**Título:** Um currículo, negro: ensinando a transgredir.

**Autor:** Alexandre de Oliveira Fernandes

**Coautor(es):** Eliana Pereira Brito; Renato Noguera

**Complemento:** Revista Exitus, UFOPA, 2019. Qualis A2

**NATUREZA: Bibliográfica**

**TIPO:** Apresentação de Dossiê Temático

**Título:** Corpos, gênero e sexualidade inconformáveis e transgressores: expondo as violências e produzindo resistências em meio ao conservadorismo

**Autor:** Alexandre de Oliveira Fernandes

**Coautor(es):** Marcos Lopes Souza

**Complemento:** Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, UEM (Online), 2019. Qualis B2

**NOME:** Aldemir Inácio de Azevedo

<http://lattes.cnpq.br/3110320508065774>

**NATUREZA: Bibliográfica**

**TIPO: Artigo**

**Título:** A agricultura familiar em projetos públicos de irrigação: análise da política e da ação coletiva entre os agricultores na região do Médio Vale do São Francisco (Brasil)

**Autor:** AZEVEDO, A. I.

**Coautor(es):** RAMOS, C. M. P.

**Complemento:** SEMINA (UPF), v. 18, p. 55-78-55-78, Ago/Dez, 2019.

**NATUREZA: Bibliográfica**

**TIPO:** Capítulo de livro

**Título:** Assentados da Reforma Agrária: Território, Identidade e Bolsa Família no Município de Eunápolis, Bahia.

**Autor:** AZEVEDO, A. I.

**Coautor(es):** RAMOS, C. M. P.

**Complemento:** In: José Adolfo Iriam Sturza. (Org.). Geografia em Estudos de Assentamentos Rurais. 1ed.Jundiaí - SP: Paco Editorial, 2019, v. 67, p. 69-94.

**NATUREZA: Bibliográfica**

**TIPO:** Capítulo de livro

**Título:** Sobre a possibilidade das políticas de desenvolvimento territorial promoverem a dinamização de territorialidades

**Autor:** AZEVEDO, A. I.

**Coautor(es):** ---

**Complemento:** In: Mariana Fernandes dos Santos; Flaviane Ribeiro do Nascimento. (Org.). Perspectivas Culturais em Diálogo. Olhares Interdisciplinares em Linguagens, Educação e Sociedade.. 1ed.Curitiba: CRV, 2018, v. 1, p. 9-136.

**NATUREZA: Bibliográfica**

**TIPO:** Artigo

**Título:** Desenvolvimento Rural e Agricultura na Região Nordeste: um estudo sobre a política de irrigação rural

**Autor:** AZEVEDO, A. I.

**Coautor(es):** DRUMMOND, J. A. L.  
**Complemento:** SODEBRÁS, v. 12, p. 71-76, 2017.

**NATUREZA:** Produto Técnico Tecnológico

**TIPO:** Relatório de Pesquisa

**Título:** Núcleo de Extensão e Pesquisa em Desenvolvimento Territorial – NEDET Costa do Descobrimento.

**Autor:** ZEVEDO, A. I.

**Coautor(es):** ---

**Complemento:** CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014. Projeto finalizado em 2017. Relatório enviado em 2019.

**NOME:** Carolina Bessa Ferreira de Oliveira  
<http://lattes.cnpq.br/5299277618123064>

**NATUREZA:** Bibliográfica

**Tipo:** Livro

**Título:** Legislação educacional e políticas públicas

**Autor:** Carolina Bessa

**Complemento:** Editora Senac São Paulo. Série universitária.

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Livro

**Título:** Aprendizagem do jovem e adulto

**Autor:** Carolina Bessa

**Complemento:** Editora Senac São Paulo. Série universitária.

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo

**Título:** Extensão universitária e sistema prisional: uma relação possível.

**Autor:** Carolina Bessa

**Complemento:** publicado em 2019. Revista Educação e Políticas em debate. UFU. v. 6 n. 2 (2017) / Dossiê: Políticas públicas no sistema carcerário e socioeducativo do Brasil.

**DOI:** <https://doi.org/10.14393/REPOD.issn.2238-8346.v6.n2a2017-05>

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo

**Título:** Ciências, trabalho e educação no sistema penitenciário brasileiro.

**Autor:** Roberto da Silva.

**Coautor(es):** Carolina Bessa; Fabio Aparecido Moreira.

**Complemento:** Cad. Cedes, Campinas, v. 36, n. 98, p. 9-24, jan.-abr., 2016

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Capítulo de livro.

**Título:** Educação e(m) trajetória: notas sobre o papel do memorial reflexivo na formação docente.

**Autor:** Carolina Bessa

**Complemento:** publicado no livro eletrônico Reinventar a universidade: extensão universitária com a EJA. 2019. [https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro\\_completo\\_nima-min](https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_completo_nima-min)

**NOME:** Edson Machado de Brito  
<http://lattes.cnpq.br/0433710450942228>

**NATUREZA:** Publicação

**TIPO:** Livro completo

**Título:** Projetos e presepadas de um curumim na amazônia

**Autor:** KAYAPÓ, Edson.

**Coautor(es):**

**Complemento:** Obra premiada pela Cátedra de Literatura da UNESCO 2019. KAYAPÓ, Edson. **Projetos e presepadas de um curumim na amazônia.** Curitiba: Positivo, 2019. ISBN: 978 655 798 077 4

**NATUREZA:** Publicação

**TIPO:** artigo

**Título:** Educação Indígena, Escola indígena e resistência: o caso dos Karipuna do Amapá.

**Autor:** KAYAPÓ (BRITO), E.

**Coautor(es):** KAYAPÓ, A.

**Complemento:** *Revista De Ciências Humanas E Linguagens*, 1(2), 04 - 17. Recuperado de <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/10233>. 2016.

**NATUREZA:** Publicação

**TIPO:** Capítulo de livro

**Título:** A diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil: o que a escola tem a ver com isso?

**Autor:** KAYAPÓ (BRITO), Edson

**Coautor(es):** BANIWA, Gersem; BESSA, José R.; GRAÚNA, Graça; KAINANG, Bruno; KRENAK, Ailton; MUNDURUKU, Daniel; NASCIMENTO, Rita G; PIMENTA, Angelise N.

**Complemento:** KAYAPÓ, Edson. A diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil: O que a escola tem a ver com isso? In: SESC Departamento Nacional. **Culturas indígenas, diversidade e educação.** Rio de Janeiro: SESC Departamento Nacional, 2019 (série Educação em Rede). ISBN 978 85 824 082 4

**NATUREZA:** Publicação

**TIPO:** capítulo de livro

**Título:** Licenciatura Intercultural Indígena do IFBA: desafios e possibilidades

**Autor:** KAYAPÓ (BRITO), Edson

**Coautor(es):** SOUSA, Ana C.

**Complemento:** KAYAPÓ, Edson; SOUSA, Ana C. Licenciatura Intercultural Indígena do IFBA: desafios e possibilidades. In: Memórias, Educação e Produção do Conhecimento no Instituto Federal da Bahia. Salvador: Edifba, 2017. ISBN: 978 85 675 62 17 9

**NATUREZA:** publicação

**TIPO:** capítulo de livro

**Título:** Os karipunas do Amapá: educação escolar indígena, integracionismo e resistência.

**Autor:** KAYAPÓ (BRITO), E.

**Coautor(es):** KAYAPÓ, A.

**Complemento:** in: Educação Inclusiva: perspectivas complementares no respeito às diferenças. São Paulo: Paco editoras, 2020. ISBN: 978 65 5840 009 7

**NOME:** Francisco Antonio Nunes Neto

<http://lattes.cnpq.br/8641511804856429>

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo em periódico

**Título:** Ancestralidades e memórias: pluriepistemologias e interculturalidade na Educação Básica

**Autor:** NUNES NETO, F. A.

**Coautor(es):**

**Complemento:** Revista FSA (Faculdade Santo Agostinho), v. 17, p. 43-58, 2020

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo em periódico

**Título:** A configuração de um ícone de nacionalidade: as Tias Baianas no Rio de Janeiro.

**Autor:** NUNES NETO, F. A.

**Coautor(es):****Complemento:** PROA: Revista de Antropologia e Arte. v. 01, p. 44-73, 2019**NATUREZA:** Bibliográfica**TIPO:** Artigo em periódico**Título:** Relações étnico-raciais, linguagens e culturas: estudo das práticas socioeducativas do UmbandaUm na construção das identidades étnico-culturais em Caravelas/BA (1988-2018)**Autor:** NUNES NETO, F. A.**Coautor(es):****Complemento:** Linguagem em Revista, v. 14, p. 214-232, 2019.**NATUREZA:** Bibliográfica**TIPO:** Artigo em periódico**Título:** Interdisciplinaridade e Interculturalidade: Mestres e Mestras dos saberes no Ensino de História na Escola Básica**Autor:** NUNES NETO, F. A.**Coautor(es):****Complemento:** Revista FSA (Faculdade Santo Agostinho). v. 13, p. 126-148, 2016.**NATUREZA:** Bibliográfica**TIPO:** Artigo em periódico**Título:** Descolonizar a educação: os mestres dos saberes populares tradicionais no contexto da formação cultural**Autor:** NUNES NETO, F. A.**Coautor(es):****Complemento:** Interfaces Científicas - Educação. v. 4, p. 31-42, 2016.**NATUREZA:** Bibliográfica**TIPO:** Capítulo de livro**Título:** Tecnologia Mobile na educação e sociabilidades nas relações étnico-raciais**Autor:** NUNES NETO, F. A. e CARDOSO, C. S. M.**Coautor(es):****Complemento:** Abordagens em Educação: Tecnologias Digitais, Docência e Inclusão. 1ª ed., Minas Gerais: MultiAtual, 2021, p. 241-256.**NATUREZA:** Bibliográfica**TIPO:** Capítulo de livro**Título:** Ressignificando epistemologias: afrotrajetórias e narrativas de estudantes cotistas da Universidade Federal do Sul da Bahia**Autor:** NUNES NETO, F. A. e FERREIRA, E.**Coautor(es):****Complemento:** Trajetórias negras na Universidade: o impacto das cotas raciais no Ensino Superior. 1ª ed., Maringá: UNIEDSUL, 2020, v. 1, p. 170-185.**NATUREZA:** Bibliográfica**TIPO:** Capítulo de livro**Título:** Entre as demandas, os limites e as possibilidades: o ensino e as relações étnico-raciais**Autor:** NUNES NETO, F. A.**Coautor(es):****Complemento:** Inclusão e Diversidade na Educação: desafios e possibilidades. Porto Seguro: Oyá Editora, 2019, v. 1, p. 17-78.**NATUREZA:** Bibliográfica**TIPO:** Capítulo de livro**Título:** Ensino e Relações Étnico-Raciais: memórias, vivências e identidades nas narrativas dos estudantes cotistas do Campus Paulo Freire**Autor:** NUNES NETO, F. A. e FERREIRA, E.**Coautor(es):**



**Complemento:** Inclusão e Diversidade na Educação: desafios e possibilidades. Porto Seguro: Oyá Editora, 2019, v. 1, p. 79-108.

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Livro

**Título:** A Invenção da Tradição: Uma história sobre o culto festivo ao Senhor do Bonfim na Bahia

**Autor:** NUNES NETO, F. A.

**Coautor(es):**

**Complemento:** Brazil Publishing, 2019, v. 1, 1ª ed.

Nome: Francisco Vanderlei Ferreira da Costa

<http://lattes.cnpq.br/5186994829843419>

**NATUREZA:** publicação

**TIPO:** livro

**Título:** Revitalização e ensino de língua indígena

**Autor:** COSTA, F. V. F.

**Coautor(es):**

**Complemento:** tese de doutorado adaptada para livro. Editora Prismas. ISBN 978-85-5507-434-9. ano - 2017.

**NATUREZA:** publicação

**TIPO:** Coleção de livros

**Título:** Maya 1, Maya 2, Maya 3, Maya 4, Maya 5, Maya docente

**Autor:** COSTA, F.V.F

**Coautor(es):** PATAXÓ, L. ; GOMES, G.G. ; ANDRADE, L.M. ; SANTOS, A.L. ; OLIVERIA, M. F. R.

**Complemento:** trata-se de uma coleção de livros didáticos para atender salas multisseriadas da escola da comunidade Pataxó Hãhãhãe. Os livros foram produzidos em parceria com os professores da referida etnia que possuem experiência com sala multisseriada. ISBN - Maya 1 - 978-65-00-07911-1; Maya 2 - 978-65-00-07910-4; Maya 3 - 978-65-00-07913-5; Maya 4 - 978-65-00-07912-8; Maya 5 - 978-65-00-07909-8. Maya docente - 978-65-00-07908-1. ano: 2020.

**NATUREZA:** publicação

**TIPO:** artigo

**Título:** Partilhar protagonismo: comunidade indígena com sala multisseriada e formação docente

**Autor:** COSTA, F.V.F

**Coautor(es):**

**Complemento:** *RevistAleph*, (34). <https://doi.org/10.22409/revistaleph.v0i34.42284>. Qualis: B 3. ano 2020.

**NATUREZA:** publicação

**TIPO:** capítulo de livro

**Título:** Educação Escolar Indígena: um espaço intercultural em construção

**Autor:** COSTA, F.V.F

**Coautor(es):**

**Complemento:** capítulo dedicado à apresentar a experiência do autor na interação com as escolas indígenas na região sul da Bahia, tendo como foco a construção de processos interculturais na educação escolar indígena. Disponível em [www.letraria.net](http://www.letraria.net). ISBN 978-85-69395-78-2. Ano: 2019.

**NATUREZA:** publicação

**TIPO:** artigo

**Título:** voos na sabedoria: o ensino do Patxôhã na Escola Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê

**Autor:** COSTA, F.V.F

**Coautor(es):** OLIVEIRA, C. M.

**Complemento:** Revista Policromias, Vol 06; n. 02, Maio 2021, ISSN 24482935. Qualis: A4. ano 2021.

**NOME:** Gabriela Rodella de Oliveira

<http://lattes.cnpq.br/0903463996787375>

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Livro

**Título:** *Leitura literárias de adolescentes e a escola: tensões e influências*

**Autor:** OLIVEIRA, Gabriela Rodella de

**Complemento:** OLIVEIRA, G. R. São Paulo: Alameda Editora, 2021, 302 p. ISBN: 978-65-5966-042-1. L3.

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo

**Título:** *Práticas de ensino de literatura e de leitura literária*

**Autor:** OLIVEIRA, Gabriela Rodella de

**Complemento:** Revista GRAPHOS (JOÃO PESSOA). ISSN: 1516-1536, v. 22, p. 79-95, 2020. Qualis: A3.

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Capítulo de livro

**Título:** TECNOLOGIAS DIGITAIS NA FORMAÇÃO INICIAL DOS LICENCIANDOS

**Autor:** OLIVEIRA, Gabriela Rodella de

**Coautor(es):** MIDDLEJ, Maristela

**Complemento:** Publicado no livro Multiletramentos e linguagens multimodais. TEREZINHA FERNANDES; CRISTIANO MACIEL; EDMÉA SANTOS. (Org.). 1ed. Cuiabá: EdUFMT, 2020, v. 1, p. 118-144. ISBN: 978-65-5588-034-2.

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Capítulo de livro

**Título:** *Representações do ensino de literatura na voz dos adolescentes.*

**Autor:** OLIVEIRA, Gabriela Rodella de

**Complemento:** Publicado no livro Literatura e ensino: desafios contemporâneos. Cláudio Mello; Daniela Maria Segabinazi; Gabriela Rodella de Oliveira. (Org.). ISBN: 978-85-7891-217-8. 1ed. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2019, v. 1, p. 223-245.

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo

**Título:** *Projeto Paulo Freire de Mobilidade Acadêmica e a formação continuada de professores da rede estadual da Bahia*

**Autor:** OLIVEIRA, Gabriela Rodella de

**Complemento:** Publicado na REVISTA IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO. ISSN: 1982-5587, v. 13, p. 1374-1387, 2018. Qualis: A2.

**NOME:** Graziela Ninck

<http://lattes.cnpq.br/1816103241290756>

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Capítulo de Livro

**Título:** Ensino médio integrado em contexto de diversidade: desafios formativos na profissão docente.

**Autor:** MENEZES, Graziela Ninck Dias

**Coautor(es):** RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco

**Complemento:** Publicado em Profissão Docente em Questão. Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios. (Org.). 1ed. Salvador: EDUFBA, 2021, v. 1, p. 280-295.

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Livro

**Título:** Coletânea profissão Docente na educação Básica: docência em contextos de diversidade.

**Autor:** MENEZES, Graziela Ninck Dias ; Nunez, Joana M Leôncio (Orgs)

**Coautor(es):**

**Complemento:** 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. v. 2. 1198p .

**NATUREZA: Bibliográfica****TIPO:** Artigo em periódico**Título:** Desafios Docentes no Ensino Médio Integrado: diálogos interculturais nas práticas educativas.**Autor:** MENEZES, Graziela Ninck Dias**Coautor(es):** RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco**Complemento:** Revista e-Mosaicos, v. II, p. 50-64, 2020.**NATUREZA: Bibliográfica****TIPO:** Artigo em periódico**Título:** Fissuras Curriculares na Profissão Docente: Narrativas pedagógicas na/com a diversidade.**Autor:** MENEZES, Graziela Ninck Dias**Coautor(es):** RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco**Complemento:** Revista Espaço do Currículo, v. 13, p. 897-908, 2020.**NATUREZA: Bibliográfica****TIPO:** Artigo em periódico**Título:** A Formação Inicial de docente na educação profissional Técnica.**Autor:** MENEZES, Graziela Ninck Dias**Coautor(es):** RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco**Complemento:** Formação e Trabalho Docente. In: Maria Vilani Cosme de Carvalho; Josania Lima Portela Carvalhêdo. (Org.). 01ed. Teresina: UFPI, 2016, v. 03, p. 504-517.**NOME:** Gustavo Bruno Bicalho Gonçalves<http://lattes.cnpq.br/3487667564059705>**NATUREZA: Bibliográfica****TIPO:** Artigo**Título:** Évolution des politiques relatives à l'inclusion scolaire au Brésil et au Québec Regards croisés sur la formation des enseignants**Autor:** BORRI-ANADON, C.**Coautor(es):** GONÇALVES, G.B.B., RUSSO, K.**Complemento:** Revista Spirale. , v.65, p.117 - 130, 2020. ISSN 2118-724X pour Spirale en ligne ISSN 0994-3722**NATUREZA: Bibliográfica****TIPO:** Entrevista**Título:** O papel do professor universitário extensionista na formação continuada de professores de escolas indígenas no quebeque: entrevista com Corina Borri-Anadon (UQTR)**Autor:** GONÇALVES, Gustavo Bruno Bicalho**Coautor(es):** BORRI-ANADON, C.**Complemento:** Revista Extensão. ISSN: 2596-2019 , v.3, p.104 - 112, 2019. QUALIS: B4**NATUREZA: Bibliográfica****TIPO:** Artigo**Título:** Saúde vocal e condições de trabalho na percepção dos docentes de Educação Básica**Autor:** GONÇALVES, Gustavo Bruno Bicalho**Coautor(es):** OLIVEIRA, Dalila Andrade**Complemento:** Revista da FAEEBA. Educação e Contemporaneidade, v.25, p. 89-104, 2016. Qualis A2.e-ISSN: 2358-0194**NATUREZA: Técnica****TIPO:** Organização de eventos, congressos, exposições e feiras e olimpíadas**Título:** III Seminário Internacional Cooperação Brasil Quebec: Diversidade e educação inclusiva: perspectivas interdisciplinares e intepistêmicas**Autor:** GONÇALVES, Gustavo Bruno Bicalho**Coautor(es):** CERQUEDA, Sérgio

**Complemento:** PPGES/UFSB. Porto Seguro, 30/08/2017 a 02/09/2017.

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Capítulo de livro

**Título:** La formation des enseignants et l'éducation pour la diversité au Brésil: dilemmes émergents et pratiques de résistance

**Autor:** ODININO, J.P.Q.

**Coautor(es):** GONÇALVES, Gustavo Bruno Bicalho

**Complemento:** In: BORRI-ANADON, C.; **GONÇALVES, Gustavo Bruno Bicalho**; HIRSH, Sivane; ODININO, J.P.Q.(orgs) La formation des éducateurs en contexte de diversité ethnoculturelle. Wisconsin: Deep Education Press, 2018, v.1.

**NOME:** Ivana Maria Schnitman

lattes: <http://lattes.cnpq.br/8082726519822963>

**NATUREZA:** Artigo

**TIPO:** Bibliográfica

**Título:** O uso de dispositivos móveis em sala de aula e a multitarefa: efeito na performance acadêmica de estudantes universitários. Brazilian Journal of Development, v.7, p.16591 - 16610, 2021.

**Autor:** SCHNITMAN, I. M.

**Coautor(es):** NASCIMENTO, E. B.

**Complemento:** BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO; O uso de dispositivos móveis em sala de aula e a multitarefa: efeito na performance acadêmica de estudantes universitários. Brazilian Journal of Development, v.7, p.16591 - 16610, 2021. Qualis B2

**NATUREZA:** Artigo

**TIPO:** Bibliográfica

**Título:** Social-cultural practices of college students: The usage of mobile devices in the classroom environment

**Autor:** SCHNITMAN, I. M.

**Coautor(es):**

**Complemento:** BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO; Social-cultural practices of college students: The usage of mobile devices in the classroom environment. American International Journal of Contemporary Research. , v.9, p.48 - 56, 2019. Qualis: C

**NATUREZA:** Artigo

**TIPO:** Bibliográfica

**Título:** The adoption of a technological innovation in Higher Education: A case study involving a mobile device.

**Autor:** SCHNITMAN, I. M.

**Coautor(es):** FORGERINI, F.

**Complemento:** BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO; The adoption of a technological innovation in Higher Education: A case study involving a mobile device. INTERNATIONAL JOURNAL ON E-LEARNING. , v.17, p.401 - 418, 2018. Qualis: B1

**NATUREZA:** Artigo

**TIPO:** Bibliográfica

**Título:** Interface educação e tecnologia: o m-learning

**Autor:** SCHNITMAN, I. M.

**Complemento:** BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO; Interface educação e tecnologia: o m-learning. TECNOLOGIA EDUCACIONAL. v. 217, p.92 - 103, 2017. Qualis: C

**NATUREZA: Publicação de Trabalho**

**TIPO: Bibliográfica**

**Título:** Disseminação da cultura digital no ensino superior: : programa de letramento digital para docentes da universidade federal do sul da bahia

**Autor:** SCHNITMAN, I. M.

**Coautor(es):**

**Complemento:** BIBLIOGRÁFICA; PUBLICAÇÃO DE TRABALHO; DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DIGITAL NO ENSINO SUPERIOR: : PROGRAMA DE LETRAMENTO DIGITAL PARA DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA In: 4o CIET:EnPED (Congresso Internacional de Educação e Tecnologias / Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância), 2018, São Carlos. CIET:EnPED, [S.l.], 2018. ISSN 978-85-8292-2

**NOME:** José André Ribeiro

<http://lattes.cnpq.br/2909888019684406>

**NATUREZA: Bibliográfica**

**TIPO: Artigo**

**Título:** PLATÃO E A PEDAGOGIA DO RISO

**Autor:** RIBEIRO, J. A.

**Complemento:** Revista História da Educação (Online), 2021, v. 25: e105801 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/105801>. (ISSN 2236-3459). Qualis A1.

**TIPO: Artigo**

**Título:** Ciência é Dez: um projeto, um desejo e a realidade

**Autor:** RIBEIRO, J. A.

**Coautor(es):** CERQUEIRA NETO, S. P. G.; SILVA, Leonardo Thompson da.;

**Complemento:** Revista Educação, Ciência e Cultura, v. 26, p. 1-12, 2021. (ISSN 2236-6377). Qualis A3.

**TIPO: Artigo**

**Título:** Utopia e distopia no episódio “Odiados pela nação” de Black Mirror

**Autor:** RIBEIRO, J. A.

**Complemento:** Revista Espaço Acadêmico, V. 21 (231), nov/dez 2021. p. 205-216. (ISSN 1519-6186). Qualis B2.

**NATUREZA: Bibliográfica**

**TIPO: Capítulo de livro**

**Título:** Erotismo socrático no discurso de Alcibiades (*Banquete* 215a-222c)

**Autor:** RIBEIRO, J. A.

**Complemento:** In: Martins, R. A. F., Ribeiro, F. A. e Zucchi, V. (Org.). Erotismo e literatura: o efeito obsceno. 1ed., 2020, v. , p. 41-66.

**NATUREZA: Bibliográfica**

**TIPO: Capítulo de livro**

**Título:** Sócrates sofista entre a 'Apologia' e as 'Nuvens'

**Autor:** RIBEIRO, J. A.

**Complemento:** In: COSTA, Admar.; BEZERRA, C. C.; AMARAL, G. et al.. (Org.). Filosofia Antiga (Coleção do XVIII Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF). 1ed. São Paulo: ANPOF, 2019, v. I, p. 92-100.

**NOME:** Leandro Gaffo

<http://lattes.cnpq.br/4444883642021224>

**NATUREZA: Bibliográfica**

**TIPO: Capítulo de Livro**

**Título:** Tristeza de coração ou vereda para o encontro de Deus? A preguiça como posição filosófica.

**Autor:** Leandro Gaffo

**Complemento:** in SILVEIRA, Ronie Alexssandro Teles da (Org.) - **A Preguiça e a Filosofia**. Série Filosofia Brasileira e Latinoamericana. Porto Alegre, Editora Fi, 2019. Disponível em: <https://www.editorafi.org/550filosofia>

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Capítulo de livro

**Título:** Para uma Avaliação do Diálogo

**Autor:** Leandro Gaffo

**Coautor(es):** Eduardo Bonzatto

**Complemento:** In: TERRAZA, C. H. **Integrações, diálogos sobre o Ensino Médio**. 2016. Disponível em: [revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/article/download/378/160](http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/article/download/378/160)

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Capítulo de livro

**Título:** Dos processos naturalmente humanos: reflexões sobre processos biogeográficos e algumas similaridades com dinâmicas sociais

**Autor:** Leandro Gaffo

**Coautor(es):** José Mariano Caccia Gouveia

**Complemento:** GAFFO, L. ; GOUVEIA, J. M. C. Dos Processos Naturalmente Humanos: Reflexões sobre processos biogeográficos e algumas similaridades com dinâmicas sociais. *In:* Leonice Seolin Dias; Raul Borges Guimarães. (Org.). **Biogeografia: Conceitos, metodologias e práticas**. 1. ed. Presidente Prudente: Tupã, 2016, v. 1, p. 13-30. Disponível em: <https://www.amigosdanatureza.org.br/biblioteca/livros/.../MTM5>

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Capítulo de livro

**Título:** Paisagem e representação: ampliando horizontes da abordagem biogeográfica. *In:* CHAVEZ, E. S.; DIAS, L. S. (org.). **Cartografia Biogeográfica e da Paisagem**. 1ed.Tupã: ANAP, 2019, v. 1, p. 11-31.

**Autor:** Leandro Gaffo

**Coautor(es):**

**Complemento:** Disponível em: [www.amigosdanatureza.org.br/biblioteca/livros/MTgz](http://www.amigosdanatureza.org.br/biblioteca/livros/MTgz)

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Tradução

**Título:** Descobrendo laços de Freire nas práticas educativas com crianças, adolescentes e famílias vulneráveis

**Autor:** Silvio Premoli

**Coautor(es):** (Tradução) Leandro Gaffo

**Complemento:** 2017.

*In:* <http://bulletin.unifreire.org/issue05/2015/04/23/descobrendo-lacos-de-freire-nas-praticas-educativas-com-criancas-adolescentes-e-familias-vulneraveis/>

**NOME:** Leonardo Thompson da Silva

<http://lattes.cnpq.br/1147069538264015>

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo

**Título:** Ciência é Dez: um projeto, um desejo e a realidade

**Autor:** THOMPSON, Leonardo

**Coautor(es):**

CERQUEIRA NETO, S. P. G.; RIBEIRO, J. A.;

**Complemento:** Revista Educação, Ciência e Cultura, v. 26, p. 1-12, 2021. (ISSN 2236-6377). Qualis A3.

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo

**Título:** Geografia Comportamental e o Território Mental: por um Território Sem

Fronteira

**Autor:** THOMPSON, Leonardo  
**Coautor(es):** CERQUEIRA NETO, S. P. G. ; RIBEIRO, J. A.; CUNHA, R. A. ; MENDES, R. R.  
**Complemento:** Revista Equador, v. 10, p. 28-49, 2021. (ISSN 2317-3491). Qualis A4.

**NATUREZA: Bibliográfica**

**TIPO: Artigo**

**Título:** Autismo: do reconhecimento à mobilidade pelo território

**Autor:** THOMPSON, Leonardo

**Coautor(es):** CERQUEIRA NETO, S. P. G. ; CUNHA, R. A. ; MENDES, R. R.; OLIVEIRA, J. L.

**Complemento:** Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, HYGEIA, v. 17, p. 97- 109, 2021 (ISSN: 1980-1726). Qualis: B1.

**NATUREZA: Bibliográfica**

**TIPO: Capítulo de livro**

**Título:** A política de Expansão dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IF'S): uma abordagem geográfica espacial e macrorregional no território.

**Autor:** Leonardo Thompson da Silva

**Coautor(es):**

**Complemento:** In: Alexandre Augusto Cals e Souza; Vivian da Silva Lobato. (Org.). Políticas e Práticas em Educação. 1ed.São Paulo: Paco Editorial, 2020, v. 78, p. 243-260.

**NATUREZA: Bibliográfica**

**TIPO: Artigo**

**Título:** Etnomapeamento na Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu

**Autor:** THOMPSON, Leonardo

**Coautor(es):** SOUZA, A. S; SOUSA, A. C.; CAMUSO, C. S.

**Complemento:** Revista Espacialidades, v. 16, n. 01, p. 82-100, 17 abr. 2020. (ISSN 1984-817X). Qualis: B5.

**NOME:** Mariana Fernandes dos Santos  
<http://lattes.cnpq.br/1807720210231590>

**NATUREZA: Bibliográfica**

**TIPO: Artigo**

**Título:** (Des)encontros para um currículo afrocentrado no ensino de língua portuguesa na educação profissional técnica de nível médio integrada ao Ensino Médio

**Autor:** DOS SANTOS, Mariana Fernandes

**Coautor(es):** VALADARES, FLAVIO BIASUTTI ; MACEDO, YURI MIGUEL

**Complemento:** Publicado na Revista Exitus, no ano de 2019, Qualis A2.

**NATUREZA: Bibliográfica**

**TIPO: Artigo**

**Título:** Pedagogia ou Pretagogia? Movimentos de sentidos no discurso pedagógico em um curso de licenciatura em Matemática

**Autor:** DOS SANTOS, Mariana Fernandes

**Coautor(es):** SOUZA, M. M.

**Complemento:** Publicado na Revista Espaço Acadêmico, no ano de 2018, Qualis B2.

**NATUREZA: Bibliográfica**

**TIPO: Artigo**

**Título:** Políticas públicas de inclusão digital no extremo sul baiano: diagnóstico da realidade

**Autor:** DOS SANTOS, Mariana Fernandes

**Coautor(es):** SANTANA, C. J. L. ; SANTOS, D. H.

**Complemento:** Publicado na Revista UNIABEU, no ano de 2016, Qualis B2.

**NATUREZA: Bibliográfica**

**TIPO: Artigo**

**Título:** Pedagogia de terreiro: pela decolonização dos saberes escolares

**Autor:** Yuri Miguel Macedo  
**Coautor(es):** DOS SANTOS, MARIANA FERNANDES; MAIA, CLÁUDIA BRAGA  
**Complemento:** Publicado na Revista Vivências (Uri. Erechim), no de 2019, Qualis B2.

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo

**Título:** Letramento digital e a proposta de implantação de curso multimeios didáticos: problematizações em torno da formação de funcionários da educação

**Autor:** DOS SANTOS, Mariana Fernandes

**Coautor(es):** VALADARES, F. B. ; SANTANA, C. J. L.

**Complemento:** Publicado na Revista Metalinguagens, no de 2018, Qualis B4.

**NOME:** Maristela Midlej Silva de Araujo Veloso

<http://lattes.cnpq.br/3267415144528916>

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo publicado em periódico

**Título:** O professor e a autoria em tempos de cibercultura: a rede da criação dos atos de currículo

**Autor:** Maristela Midlej Silva de Araujo Veloso

**Coautor(es):** Maria Helena Silveira Bonilla

**Complemento:** Publicado na Revista Brasileira de Educação, v. 23, p.e. 230026, 2018. Qualis: A1.

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo publicado em periódico

**Título:** A cultura da liberdade de criação e o cerceamento tecnológico e normativo: potencialidades para a autoria na educação

**Autor:** Maristela Midlej Silva de Araujo Veloso

**Coautor(es):** Maria Helena Silveira Bonilla e Nelson De Luca Pretto

**Complemento:** Publicado na Revista ETD. Educação Temática Digital, v. 18, p. 43-59, 2016. Qualis: A1.

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo publicado em periódico

**Título:** O jornal de pesquisa e o diário de campo como dispositivos da pesquisa-formação

**Autor:** Maristela Midlej Silva de Araujo Veloso

**Coautor(es):** Maria Helena Silveira Bonilla

**Complemento:** Publicado na Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais, v. 6, p. 47- 58, 2017. Qualis: B2.

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo publicado em periódico

**Título:** Práticas ciberculturais e a autoria do professor: as redes de criação educativas no cotidiano da escola

**Autor:** Maristela Midlej Silva de Araujo Veloso

**Coautor(es):** Maria Helena Silveira Bonilla

**Complemento:** Publicado na Revista Docência e Cibercultura, v.1, p. 80-97, 2017. ISSN: 2594-9004. Qualis: B4

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Capítulo de livro

**Título:** A formação dos professores no contexto do Projeto UCA: a experiência da Bahia

**Autor:** Maria Helena Silveira Bonilla

**Coautor(es):** Maristela Midlej Silva de Araujo Veloso e Salete Cordeiro

**Complemento:** Publicado no livro organizado por Tânia Maria Hetkowski; Maria Altina Ramos; Andrea Lago. Educação e TIC: relatos de experiências, processos formativos e práticas educacionais. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2016, v. 1, p. 193-216.



**NOME:** Rosemary Aparecida Santiago  
<http://lattes.cnpq.br/1674130030792920>

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo

**Título:** A História da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil e sua Constituição como Política Pública

**Autor:** SANTIAGO, R. A.

**Coautor(es):**

**Complemento:** Publicado na Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia, v. 9, p. 37-56, 2018. Qualis CAPES/Unificado A4

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo

**Título:** As políticas públicas de descentralização da educação e sua influência na estrutura curricular do ensino de ciências em uma escola do interior de São Paulo

**Autor:** : RICCI, E. C.

**Coautor (es):** SANTIAGO, R. A.

**Complemento:** Artigo completo publicado em periódico: Revista de Ensino de Ciências e Matemática (REnCiMa), v. 7, p. 102-114-114, 2016. QUALIS Qualis A3

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Artigo

**Título:** Saberes docentes para o campo da tecnologia na Educação Brasileira

**Autor:** FARIAS, E. A.; SCHIMIGUEL, J.

**Coautor(es):** SANTIAGO, R. A.

**Complemento:** Artigo publicado na Revista Paidei@ (Santos), v. 8, p. 1-24, 2016. Qualis B5

**NATUREZA:** Bibliográfica

**TIPO:** Capítulo de Livro

**Título:** Interface Universidade e Educação Básica no Sul da Bahia

**Autor:** SANTIAGO, R. A.

**Coautor(es):** GONÇALVES, G. B. B.; JESUS, L. E. S.

**Complemento:** Capítulo publicado no livro organizado por Rosângela Pereira de Tugny e Gustavo Gonçalves (Org.). Universidade Popular e Encontro de Saberes. Salvador: EDUFBA; Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa - UNB, 2020, p. 279-299.

**NATUREZA:** Técnica

**TIPO:** Organização de evento

**Título:** I SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO DOCENTE - PIBID / RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

**Autor:** SANTIAGO, R. A.

**Complemento:** Participação como Membro da Comissão Organizadora do Evento organizado pela UFSB no período de 12/11/2019 a 15/11/2019.

## 10. Projetos de Pesquisa

### Linha 1 - Ensino, Políticas e Inovações

**Projeto de Pesquisa da linha:** Práticas Pedagógicas docentes nas escolas básicas: saberes, desafios e perspectivas

**Data de Início:** março/2023

O projeto tem como objetivo analisar como as práticas pedagógicas são desenvolvidas por educadores em escolas básicas de territórios onde haja abrangências do IFBA e da UFSB. Apresenta-se como um projeto que articula estudos e investigações ligados à discussão *epistemopolítica* que defende a relação indissociável da teoria-prática. A pesquisa se desenvolverá por meio de subprojetos acerca das práticas pedagógicas e suas interrelações com as demandas formativas e a materialização das políticas educacionais nos contextos escolares com suas expressões das diversidades que lhe são inerentes. A pesquisa será realizada, em três territórios de identidade do Estado da Bahia, sendo Litoral Sul, Costa do Descobrimento e Extremo Sul. Como colaboradores(as) da pesquisa serão convidados(as) docentes da educação básica. Com o conjunto dos trabalhos, pretende-se construir um observatório das práticas pedagógicas na educação básica de modo que possa potencializar a análise da realidade e fomentar novas possibilidades de atuação das instituições de formação no que tange ao seu papel formativo na docência da educação básica e no diálogo com setor público para construção de políticas educacionais nos territórios.

### **Linha de Pesquisa 2: Estudos decoloniais e interculturais**

**Projeto de Pesquisa da linha:** Ensino, formação docente, práticas pedagógicas, estudos decoloniais e interculturais

**Data de Início:** março/2023

**Descrição (resumo):** A proposta deste projeto é abarcar um conjunto de problemas relacionados ao ensino, por meio de práticas de pesquisa, tanto no campo teórico, quanto no de ações pedagógicas, no qual seja possível circunscrever como as práticas educativas da escola se consolidam em ambientes e situações nas quais as relações de domínio e subalternização podem ser não somente constatadas, como, sobretudo, enfrentadas. Nesse sentido, busca-se destacar como as relações escolares estampam um conjunto de concepções e visões, cujos elementos étnicos, raciais e de gênero, hierarquizam saberes e práticas, expondo-nos a necessidade de contraposição, seja nos currículos, nos projetos e/ou nas práticas cotidianas da sala de aula, situações pedagógicas e críticas, nas quais se possa determinar um sentido decolonial para as ações, de modo a promover práticas pedagógicas que valorizem formas epistêmicas não eurocentradas. Para tanto, é necessário incentivar os diálogos multiculturais, interculturais e pluriversos, cujo pressuposto de pesquisa/ação tenha

o foco de estabelecer a importância do conceito de alteridade para os processos educacionais. Por isso, este projeto possui um caráter multidisciplinar, por meio da congregação das mais variadas perspectivas teóricas, que refletem a natureza múltipla que compõe as áreas de formação e atuação dos docentes da Linha 2 do programa. Isso é uma forma de explorar a formação docente, tanto no sentido de aproveitar a natureza múltipla dos campos de atuação dos docentes do programa, quanto na formação dos discentes, na medida em que se busca atender a formação dos docentes da região. Logo, em um território de pesquisa, simultaneamente, específico e amplo, na medida em que as disciplinas se ajustam às diversas práticas culturais, cuja dinâmica cria um espectro de abrangência epistêmica, a proposta é incluir os mais variados modelos epistêmicos, especialmente aqueles atrelados às manifestações culturais ameríndias, afro-brasileiras e resultantes dos debates contemporâneos acerca de sexualidades dissidentes, como os Estudos Queer. Em suma, a proposta deste projeto é de promover uma perspectiva de ensino que esteja em consonância com a necessidade de se abarcar epistemicamente os sentidos e as formas pedagógicas dos povos originários, do mesmo modo que as suas formas históricas e práticas culturais.

### **10.1 Projetos de pesquisa dos/as docentes**

**Projeto de Pesquisa:** Programa de Residência Pedagógica da UFSB/2020: a formação docente na visão de residentes, preceptores e docentes orientadores em contexto pandêmico.

**Data de Início:** Setembro/2021

**Linha de Pesquisa:** Ensino, políticas e inovações

**Descrição (resumo):** O Projeto Institucional de Residência Pedagógica (PRP) da UFSB em sua edição de 2020 buscou articular-se de maneira orgânica e interdisciplinar, para abranger estudantes de suas cinco Licenciaturas Interdisciplinares, estruturando-se a partir de dois subprojetos interdisciplinares presentes em seus três *campi* – Campus Jorge Amado (CJA), em Itabuna; Campus Sosígenes Costa (CSC), em Porto Seguro; e Campus Paulo Freire (CPF), em Teixeira de Freitas – o primeiro articulando as áreas prioritárias de Língua Portuguesa, Ciências da Natureza e Matemática, em três núcleos, um cada *campus*; o segundo trabalhando com as disciplinas das áreas gerais de Sociologia, História e Artes, colocado em prática em dois núcleos no CPF e no CSC. Trata-se de uma proposta de residências pedagógicas interdisciplinares com amplos eixos temáticos, cujo objetivo principal é a formação do professor-pesquisador por meio de uma abordagem etnográfica e de um

processo de imersão que concebe o percurso do estudante como convivência com os hábitos, as crenças e a cultura, preparando o sujeito para intervenções que vão além de uma simples análise teórica de contextos e/ou de conteúdos, pois inseridas na complexidade das relações humanas. Contando com 96 residentes bolsistas, 12 professores preceptores da rede bolsistas, 13 docentes orientadores e um coordenador institucional, o PRP/UFSB/2020 foi organizado em 3 módulos semestrais de 138 horas cada um, com duração total de 18 meses, tendo sido implementado em novembro de 2020 e tendo, como prazo final, o mês de abril de 2022. O que não se previa quando da elaboração inicial do PRP/UFSB/2020 era que ele seria implementado em plena pandemia do coronavírus (COVID-19) e que teria seu início de implementação em contexto de isolamento social, tendo suas atividades forçosamente executadas de modo remoto e exclusivamente em universo digital. Assim, o projeto de pesquisa pretende investigar qual a recepção e que avaliação têm do PRP/UFSB/2020 seus/suas residentes, preceptores/as e docentes orientadores/as neste contexto pandêmico, por meio da articulação entre pesquisa quantitativa – questionários com perguntas fechadas e abertas (GoogleForm) – e pesquisa qualitativa – entrevistas compreensivas (KAUFMANN, 2011) – realizadas com residentes, preceptores/as e docentes orientadores/as.

**Docente (s) na Equipe do Projeto de Pesquisa:**

Nome	Categoria	Responsável
Gabriela Rodella de Oliveira	Permanente	Sim

**Projeto de Pesquisa:** As políticas educacionais oficiais e seus impactos nas escolas públicas da Educação Básica.

**Data de início:** Agosto/2018

**Linha de Pesquisa:** Ensino, políticas e inovações

**Descrição (resumo):** O estudo consiste na investigação em escolas públicas da Educação Básica, vinculadas às Secretarias Municipal e Estadual de Educação da Bahia, mais especificamente do Sul da Bahia, a fim de identificar dados empíricos que possibilitem o conhecimento mais aprofundado das influências das atuais políticas de educação na reforma educacional do Estado e sua repercussão na organização do ensino, na gestão educacional e nas práticas pedagógicas em sala de aula. Nossa análise parte do pressuposto de que as atuais

políticas repercutem diretamente nas políticas públicas dos estados e municípios, afetando programas e ações na escola. Diante disto, a análise de algumas metas propostas pelo Plano Nacional de Educação pode contribuir para constatações sobre seus impactos no cotidiano escolar e, assim, assinalar possibilidades de novos cenários na educação. Tendo em vista os objetivos da pesquisa adotamos uma abordagem de natureza qualitativa e quantitativa, recorrendo a uma investigação empírica.

**Docente (s) na Equipe do Projeto de Pesquisa:**

Nome	Categoria	Responsável
Rosemary Aparecida Santiago	Permanente	Sim
Gustavo Bruno Bicalho Gonçalves	Permanente	Sim

**Projeto de Pesquisa:** Educação, Interculturalidade e Convivência Social

**Data de Início:** Maio/2018

**Linha de Pesquisa:** Estudos decoloniais e interculturais

**Descrição (resumo):** A temática de abrangência deste projeto constitui em sua amplitude as bases conceituais de atividades no campo do ensino, da pesquisa e da extensão voltados para processos educativos escolares e não escolares. Propõe-se o investimento em ações de investigação e reflexões teóricas que assumam as relações entre Educação, Interculturalidade e Convivência numa perspectiva da ecologia dos saberes. Parte-se da crítica das monoculturas presentes na escolarização dos processos educativos com vistas à uma compreensão articulada das ecologias dos saberes às ecologias dos processos educacionais. Além das atividades docentes em nível de graduação no campo das Humanidades, apontam perspectivas de orientação em nível de mestrado e doutorado e inspirados no campo das teorias socioantropológicas em educação. Tal investimento propõe contribuições para a ampliação compreensiva dos processos educacionais em suas dimensões sociais e culturais, bem como na formação de pesquisadoras e pesquisadores que assumem as abordagens interdisciplinares de cunho qualitativo de investigação como ferramentas de formação e participação social nos contextos educacionais contemporâneos.

**Docente (s) na Equipe do Projeto de Pesquisa:**

Nome	Categoria	Responsável
Álamo Pimentel	Permanente	Sim

**Projeto de Pesquisa:** Etnomapeamento nas Aldeias

**Data de Início:** 2014

**Linha de Pesquisa:** Estudos decoloniais e interculturais

**Descrição (resumo):** Projeto que objetiva estimular a expressão autônoma e o protagonismo de indígenas quanto à produção de mapas de seus territórios ou espaços significativos. Teve início com alunos indígenas das etnias Pataxó, Pataxó Hãhãhãe e Tupinambá da Licenciatura Intercultural Indígena do Instituto Federal da Bahia, Campus Porto Seguro, envolvendo docentes das áreas de Arqueologia, Geografia e Artes. O etnomapeamento, inserido na perspectiva da Cartografia Decolonial, é uma importante estratégia para romper com a práxis hegemônica dos processos ocidentais de construções de mapas, que impõe uma lógica cartesiana de escala, projeção e simbolização. A proposta que norteia o projeto é a de que os indígenas tenham autonomia para selecionar os espaços e contextos a serem cartografados, bem como os recursos e estratégias de registros de acordo com seus interesses e criatividade de representação. Os mapas produzidos passam a fazer parte do acervo da comunidade, podendo vir a ser utilizados como recursos didáticos para as escolas indígenas, bem como para a composição de laudos periciais quanto às disputas territoriais, dentre outros fins. Podem ser entendidos e apropriados como expressão de identidades e territorialidades, fortalecendo questões culturais e podendo vir a ser elemento adicional às lutas dos povos e comunidades.

**Docente (s) na Equipe do Projeto de Pesquisa:**

Nome	Categoria	Responsável
Leonardo Thompson Silva	Permanente	Sim
José André Ribeiro	Permanente	Não

**Projeto de Pesquisa:** A pesquisa-formação e a rede da criação/autoria dos atos de currículo no cotidiano da escola: ressonâncias do PIBID na formação de licenciandos e professores da Educação Básica no contexto da Cibercultura

**Data de Início:** Agosto/2018

**Linha de Pesquisa:** Ensino, políticas e inovações

**Descrição (resumo):** Descrição: No âmbito do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), vinculado ao Projeto Institucional da Universidade Federal do Sul da Bahia, encontra-se o sub-projeto do Núcleo de Língua Portuguesa do Campus Jorge Amado, “A pesquisa-formação e a rede da criação/autoria dos atos de currículo no cotidiano da escola”, cenário da presente pesquisa. O subprojeto tem o propósito de compreender as concepções e práticas de autoria do professor no cotidiano da escola e identificar as apropriações e sentidos que os professores desenvolvem em seu fazer pedagógico, a partir da interação com as tecnologias digitais online e off-line. Está sendo desenvolvido em três escolas de ensino médio da rede estadual da Bahia, sendo duas escolas no município de Itabuna e uma em Ibicarai. Dessa forma, faz-se necessário o acompanhamento e a avaliação das ações propostas, visando identificar a ressonância de suas proposições na formação dos licenciandos e no cotidiano das escolas parceiras. É nesse contexto que emerge o projeto de pesquisa, que pretende, a partir de estudos de casos, analisar e identificar suas possibilidades e limitações. Terá como sujeitos da pesquisa os estudantes da UFSB e professores das escolas parceiras vinculados ao subprojeto. A execução da investigação justifica-se pela contribuição que trará para ações de formação inicial e continuada de professores. O projeto também contribuirá para o processo de aprendizagem contextualizada do estudante, tendo a pesquisa como princípio educativo, articulado com os fundamentos que constam no Plano Orientador da UFSB.

**Docente (s) na Equipe do Projeto de Pesquisa:**

Nome	Categoria	Responsável
Maristela Midlej Silva de Araujo Veloso	Permanente	Sim

**Projeto de Pesquisa:** Ensino superior e novas práticas socioculturais da contemporaneidade: Os dispositivos móveis e a sala de aula

**Data de Início:** Agosto/2019

**Linha de Pesquisa:** Ensino, políticas e inovações

**Descrição (resumo):** O crescimento do uso da tecnologia móvel em colégios e universidades é uma tendência atual que está inspirando pesquisadores a investigar os benefícios e limitações que o uso dessa tecnologia pode trazer ao ambiente educacional. A proposta desta pesquisa é a de analisar o papel que dispositivos móveis têm no comportamento do estudante

de ensino superior, especificamente, no ambiente de sala de aula. Entender tal processo é muito denso e rico, sendo importante salientar que a diversidade dos contextos de ensino superior, assim como do uso, hábitos e ações frente aos dispositivos móveis é algo em constante transformação. Assim, esta pesquisa buscará discutir como o uso de dispositivos móveis está afetando o comportamento de estudantes do ensino superior dentro de sala de aula, em especial seus hábitos de estudo.

Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa

**Docente (s) na Equipe do Projeto de Pesquisa:**

Nome	Categoria	Responsável
Ivana Maria Gamerman	Permanente	Sim

**Projeto de Pesquisa:** Pode uma literatura negro-indígena dissidente sexual falar?

**Linha de Pesquisa:** Estudos decoloniais e interculturais

**Data de Início:** Março/2020

**Descrição (resumo):** O presente projeto de pesquisa se ocupa de analisar obras contemporâneas de autorxs negrxs e indígenas dissidentes sexuais e gênero-desobedientes, que abordem em seus escritos interseccionalidades de raça, sexualidade, classe, gênero. Ao problematizar estas obras, pretende conhecer como rasuram a hegemonia discursiva cis-heteronormativa, ao enunciar formas alternativas de conceber o saber e sua relação com o mundo. Relacionando a literatura negra e indígena contemporânea, com um projeto decolonial epistêmico negro-indígena-sexual-gênero-dissidente-palavreiro, problematiza imagens e narrativas dominantes, as quais, historicamente, têm classificado povos de acordo com um saber dominante, posicionando sujeitos da diferença colonial em completa subordinação ao sujeito branco. Esta pesquisa tem como categorias chave “cuirolombismo literário”; “representação”, “antirracismo”, “aspectos da dor”, “cura”, “devaneio libertador” e “escrita afro-indígena-diaspórica”.

**Docente (s) na Equipe do Projeto de Pesquisa:**

Nome	Categoria	Responsável
Alexandre de Oliveira Fernandes	Permanente	Sim

**Projeto de Pesquisa:** Práticas Educativas no Ensino Médio Integrado no Instituto Federal da Bahia



**Data de Início:** Março/2021

**Linha de Pesquisa:** Ensino, políticas e inovações

**Descrição (resumo):** Trata-se de uma pesquisa que tem por objetivo analisar como o Ensino Médio Integrado no Instituto Federal da Bahia se revela a partir das práticas educativas de docentes e dos modos como estes compreendem o trabalho pedagógico na construção da formação integrada. De base qualitativa, o caminho metodológico propõe o trabalho em duas etapas, sendo que as mesmas têm construção simultâneas e convergem para compreensão dos modos como o Ensino Médio Integrado se materializam no cenário da pesquisa. Na primeira etapa, constituída de uma revisão de literatura, buscamos situar como está apresentado o debate sobre o Ensino Médio Integrado e os fundamentos que lhe são propostos a partir da relação do trabalho e educação, mas também com pautas das diversidades que atravessam a concepção de formação integrada. No segundo momento, utilizando-se da pesquisa narrativa, o trabalho lança-se a investigar modos pelos quais as práticas educativas desenvolvidas a instituição, se delineiam dentro desse debate. Discute os fundamentos da formação integrada a partir dos estudos de Ramos (2012), Araújo e Frigotto (2018) tensionando com outras leituras acerca da eclosão também das pautas das diversidades que atravessam a concepção de formação integrada. Tendo como lócus o Instituto Federal da Bahia, define como recorte inicial o Campus Ilhéus e tem como colaboradores, docentes que atuam no Ensino Médio Integrado de todos cursos do referido campus. A expectativa é que o estudo situe os atuais debates acerca do Ensino Médio Integrado no âmbito do Instituto Federal da Bahia e, a partir da compreensão da realidade investigada, possamos propor ações que vão na direção de construir uma educação que atenda às atuais necessidades da nossa comunidade.

**Docente (s) na Equipe do Projeto de Pesquisa:**

Nome	Categoria	Responsável
Graziela Ninck Dias Menezes	Permanente	Sim

**Projeto de Pesquisa:** Visibilidade e Histórias de vidas da população em situação de rua de Eunápolis e região

**Data de Início:** Maio/2020

**Linha de Pesquisa:** Estudos decoloniais e interculturais

**Descrição (resumo):** Em projeto de extensão realizado entre 2014 e 2015 por meio de Edital IC/IFBA/PRPGI com a população em situação de rua de Eunápolis, vimos que a maior necessidade que o público em questão apresenta é ser ouvido e melhor assistido. Em geral, o público maior é de população negra. Entre elxs, diferentes identidades de gênero. Nesse sentido, este projeto de pesquisa tem como objetivo protagonizar as narrativas e discursos da População em situação de Rua em Eunápolis e região, de maneira que possam falar sobre a rua e por que estão na rua. A ideia é que falem sobre isso na Rua ou/e no IFBA-Eunápolis, garantindo o acesso aos espaços acadêmicos privilegiados, mas também o conforto dos seus territórios de vivências. Os resultados esperados visam fortalecimento das políticas sociais para a garantia dos direitos e protagonismo dessa população, bem como ações que efetivem essas políticas no Extremo Sul da Bahia, de maneira permanente, ademais, a identificação da (não)representação de outras etnias para tomada de ações afirmativas. Nessa via, esperamos também que com a participação/ocupação por parte desses sujeitos nas instituições formais de ensino( como o IFBA), as práticas pedagógicas possam contemplar as histórias, as narrativas e repertórios culturais da população em situação de rua.

**Docente (s) na Equipe do Projeto de Pesquisa:**

Nome	Categoria	Responsável
Mariana Fernandes dos Santos	Permanente	Sim
Aldemir Inácio de Azevedo	Permanente	Não

**Projeto de Pesquisa:** A formação no curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas no IFBA-Campus Eunápolis: Estudo da relação entre a profissionalização e o mundo do trabalho

**Data de Início:** Nov./2018

**Linha de Pesquisa:** Ensino, políticas e inovações

**Descrição (resumo):** O projeto de pesquisa em questão tem como objetivo analisar se a formação ofertada pelo IFBA Campus Eunápolis no curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas(ADS) atende as demandas do mundo do trabalho no contexto regional, na área de tecnologia da informação e comunicação. O desenvolvimento do projeto permitirá o mapeamento do mercado de trabalho regional e a conexão ou não com a mão de obra de TI, além de um levantamento do perfil de atuação profissional dos estudantes egressos do curso,

observando se há convergência com o foco formativo. Ademais, resultará na construção de um referencial sobre as aproximações e distanciamentos do Projeto Político Pedagógico do curso com as demandas regionais. No curso de ADS, que se constitui o único na região das cidades de Eunápolis e Porto Seguro e suas adjacências, na modalidade presencial e de caráter público, não há histórico de estudo e registros escritos sistematizados por meio de pesquisa científica sobre a relação entre profissionalização e o mundo do trabalho regional. Assim, a geração desses dados contribuirá para auxiliar reflexões na tomada de decisão no curso na área de TI, tanto nos aspectos formativos, como na promoção de uma profissionalização e atuação que mais se aproximem do potencial de empregabilidade e de empreendedorismo. Projeto aprovado no Edital nº 24/2018- Fomento financeiro Fortalecimento de grupos de pesquisa do IFBA, campus Eunápolis..

**Docente (s) na Equipe do Projeto de Pesquisa:**

Nome	Categoria	Responsável
Mariana Fernandes dos Santos	Permanente	Não
Aldemir Inácio de Azevedo	Permanente	Sim

**Projeto de Pesquisa:** Práticas pedagógicas em escolas indígenas: interculturalidade e memória decolonizando saberes

**Linha de Pesquisa:** Estudos decoloniais e interculturais

**Data de Início:** Março/2020

**Descrição (resumo):** esta pesquisa objetiva conhecer as práticas pedagógicas das escolas indígenas das comunidades Pataxó e Pataxó Hãhãhãe. Procurará compreender como a cultura dessas comunidades adentram o espaço escolar e modifica as práticas desses sujeitos. Mesmo que os docentes estejam inseridos em escolas que cumprem determinados rituais sistemáticos, os quais normalmente não seguem as especificidades daquela comunidade, a formação socio-histórica destes sujeitos podem subverter a estrutura imposta. Esta pesquisa pretende avaliar essa relação da cultura, das práticas destes grupos, com a escola e suas exigências. A hipótese é de que a escola indígena, em decorrência da memória dos sujeitos da comunidade escolar indígena, é intercultural e constrói saberes específicos, além de processos didáticos pedagógicos próprios. A pergunta de pesquisa é como o sistema tenta silenciar o protagonismo indígena na construção de uma escola própria de cada etnia. Assim, a

experiências dos indígenas que estão envolvidos com as escolas, sejam docente ou não, assume uma posição central para este estudo.

**Docente (s) na Equipe do Projeto de Pesquisa:**

Nome	Categoria	Responsável
Francisco Vanderlei Ferreira da Costa	Permanente	Sim

**Projeto de Pesquisa:** O Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes IFBA Campus Porto Seguro: produção de material didático e metodologias de ensino para escolas indígenas

**Data de Início:** Nov./2019

**Linha de Pesquisa:** Estudos decoloniais e interculturais

**Descrição (resumo):** O Grupo PET – Conexão de Saberes do IFBA foi aprovado no edital N° 09 de 2010 do MEC/SESu, Lote I: um novo grupo, por IFES, que envolva exclusivamente estudantes de graduação de comunidades indígenas. O PET Conexão de Saberes iniciou efetivamente suas atividades no IFBA Campus Porto Seguro em agosto de 2013, sob a tutoria do Prof. Dr. Francisco Vanderlei Ferreira da Costa (2013-2019), cuja atuação, em conjunto com professores indígenas e bolsistas, enfrentou o problema das salas de aula multisseriadas e com conteúdos diversos, nas escolas indígenas da região sul e extremo sul da Bahia. Com atividades que articulam ensino, pesquisa e extensão, o Grupo PET Conexões de Saberes Aripunã tem como um dos seus objetivos produzir material didático com conteúdo adaptado às etnias e com metodologias diferenciadas para as salas de aula multisseriadas. Atualmente, o grupo está sob a tutoria do Professor Dr. Leonardo Thompson da Silva que vem dando continuidade ao trabalho desenvolvido, ampliando as atividades produzidas pelos bolsistas do grupo. Hoje o grupo possui 12 (doze) bolsistas que representam os 3 (três) grupos étnicos da região: Pataxó; Pataxó Hãhãhãe; Tupinambá.

**Docente (s) na Equipe do Projeto de Pesquisa:**

Nome	Categoria	Responsável
Leonardo Thompson da Silva	Permanente	Sim
Francisco Vanderlei Ferreira da Costa	Permanente	Não

**Projeto de Pesquisa:** Culturas, Histórias e Epistemologias

**Data de Início:** 09/2017

**Linha de Pesquisa:** Estudos decoloniais e interculturais

**Descrição (Resumo):** Em alguns estados brasileiros como Brasília, Minas Gerais e Bahia têm se tornado cada vez mais urgente e necessária a valorização dos sujeitos históricos, nos limites deste texto, denominados mestres e mestras dos saberes populares tradicionais. Neste país, em decorrência da colonização iniciada no século XVI pelos portugueses e como estes povos se fizeram por demarcar sua territorialidade até o século XIX quando os embriões dos sistemas de escolarização começaram a ser institucionalizados, estes se fizeram a partir da primazia da valorização da cultura portuguesa em detrimento das culturas ameríndias (indígenas), africanas e afro-brasileiras, de maneira que tanto a concepção de educação, ensino, quanto do teor da abordagem privilegiaram um modo de ser, de pensar e de existir em detrimento de outros, ou seja, de maneira desmanteladora, a concepção de educação, escola, ensino e aprendizagem institucionalizado na passagem entre os séculos XIX e XX adotaram como única referência uma epistemologia (maneira de pensar e existir culturalmente) em detrimento e desvalorização de outras maneiras que foram subjugadas. Dessa maneira, o objeto de pesquisa deste projeto são as práticas culturais de leituras de mundo (epistemologias) que os mestres e as mestras dos saberes populares tradicionais acionam nas comunidades onde se encontram inseridos, de maneira a entender como estes saberes populares contribuem, interferem e representam coletivos de sujeitos onde os mesmo se materializam e ganham sentidos no cotidiano dos processos de sociabilidades culturais.

**Docente(s) na Equipe do Projeto de Pesquisa:**

Nome	Categoria	Responsável
Francisco Antonio Nunes Neto	Permanente	Sim

**11. Vínculo dos docentes às disciplinas**

[Inserido nas disciplinas](#)

**12. Atividades dos docentes**

[Planilha - Tabela da vida toda](#)

### **13. Infraestrutura administrativa exclusiva para o programa**

#### **Laboratórios para pesquisa**

O parque tecnológico de informática da **UFSB** é constituído por equipamentos adquiridos, no máximo, há quatro anos. Estes equipamentos são capazes de responder plenamente à demanda computacional exigida pelos sistemas operacionais e aplicativos em uso pela instituição. Eles são garantidos por seguro e existe respectivo serviço contratado de manutenção. Cada campus está conectado em rede de acesso à internet de alta velocidade com ampla cobertura sem fio para os servidores, estudantes e visitantes através de redes locais (*campi* e CUNIs). Há também o acesso à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa com a disponibilização de ambientes virtuais para a realização de reuniões, aulas e demais encontros, numa integração plena das atividades da universidade em diferentes locais; além do emprego do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e da plataforma Moodle para as atividades administrativas e acadêmicas de 1º, 2º e 3º ciclos.

No Campus Sosígenes Costa, existem salas de aula para atividades acadêmicas para atender aos aspectos de quantidade de alunos por turma, sendo que, em todas as salas, existem equipamentos completos de informática (computadores com televisão de alta resolução, todos com conectividade). Todas as salas atendem às condições de dimensões, limpeza, acústica, ventilação, conservação e comodidade, havendo mobiliário compatível com as atividades previstas. Há laboratório de informática com computadores conectados à rede disponíveis para o uso dos discentes

Para atender às demandas dos cursos ofertados, o **IFBA** Campus Porto Seguro disponibiliza a seguinte infraestrutura: Salas de aula - 20 (vinte); Laboratório de Informática - 06 (seis); Biblioteca com o acervo e sala de estudos, com computadores conectados à internet para exclusiva consulta a periódicos diversos e específicos do portal da CAPES; Auditório para palestras e seminários - 01 (um); Laboratório de Química - 06 (seis); Laboratório de Operações Unitárias e Biocombustíveis - 01 (um); Laboratório de Bioquímica, Biologia e Microbiologia - 01 (um); Laboratório Interdisciplinar de Tecnologias Educacionais (LITE) - 01 (um); Laboratório de Ciências Humanas e Sociais - 01 (um); Laboratório Intercultural - 01 (um); Laboratório de Física e Matemática - 01 (um); Laboratório de

Processamento de Alimentos - 01 (um) e Laboratório de Análise Sensorial de Alimentos - 01 (um).

A infraestrutura do IFBA Campus Eunápolis contempla desde os diversos espaços físicos destinados a diferentes finalidades até os serviços virtuais disponíveis. Todos passam sistematicamente por manutenção, atualização e novas aquisições para melhorar as condições de trabalho e a qualidade dos serviços oferecidos pela instituição. Esses processos de melhorias são realizados de forma participativa por meio do planejamento para cada ano civil, envolvendo especialmente os corpos docente e técnico. No campus Eunápolis são aproximadamente 46 técnicos administrativos e 100 professores. Aos professores o campus oferece gabinetes de trabalho para estudo, preparação de aulas e orientação de estudantes.

Atualmente o IFBA de Eunápolis conta com 26 salas de aula equipadas com projetor de multimídia, além de salas especiais, tais como: Sala de Línguas; Sala de Audiovisual; Sala de Ginástica; Sala de Artes. Há 01 Auditório onde são realizados os principais eventos do IFBA-Eunápolis, palestras e demais atividades e 01 Biblioteca que utiliza o sistema Pergamum, com acesso à internet.

### **Biblioteca ligada à rede mundial de computadores**

A biblioteca do Campus Sosígenes Costa, da **UFSB**, atende às demandas dos cursos ofertados e utiliza o Pergamum versão web, propiciando os serviços de consulta, reserva e renovações via web. A Universidade disponibiliza acesso ao Portal de Periódicos da CAPES aos seus docentes e estudantes (inclusive com acesso remoto CAFE).

Além do acervo físico, a biblioteca do **IFBA** disponibiliza acesso às bases virtuais Cengage, ProQuest Ebook Central e ao Portal de Periódicos da Capes. O Sistema Integrado de Bibliotecas – SIB do IFBA tem a finalidade de gerenciar a integração das bibliotecas e otimizar a utilização dos recursos informacionais, tecnológicos, humanos e orçamentários, de forma a atender ao ensino, pesquisa e extensão. O SIB realiza treinamentos periódicos voltados à qualificação estudantes e docentes com a finalidade de atualizar e informar sobre as possibilidades de pesquisa nos recursos disponíveis. O campus dispõe também de 06 Laboratórios de Informática para uso da comunidade acadêmica, além de diversos outros laboratórios de áreas específicas.

### **Caracterização do acervo da biblioteca**

O acervo da biblioteca do Campus Sosígenes Costa, da **UFSB**, conta com 1.496 (mil quatrocentos e noventa e seis) títulos e 7.219 (sete mil duzentos e dezenove) exemplares. Como política de aquisição e expansão do acervo, estão previstas aquisição por compra, seguindo-se as orientações do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do INEP; aquisição por doação, seguindo-se critérios e condições estabelecidas no documento norteador da Biblioteca do Campus Sosígenes Costa; e aquisição por permuta. A atualização e expansão serão realizadas por indicação do corpo docente; por pesquisa em catálogo de editoras e sites especializados; por doações e permutas; por meio de serviço de reserva; por meio de aquisição de equipamentos adequados para a utilização da informação em diferentes suportes.

Destinada à disseminação do conhecimento para toda a comunidade acadêmica do **IFBA** Campus Porto Seguro, a Biblioteca, representada pela Coordenação de Acervo Bibliográfico, reúne um amplo acervo nas diversas áreas do conhecimento. A relação de livros do acervo encontra-se disponível para consulta no site <http://www.portoseguro.ifba.edu.br>. O Campus possui, também, acesso às bases de dados do Portal de Periódicos da CAPES, bem como à base de dados Ebrary da Proquest e à Biblioteca Digital Cengage.

### **Financiamentos**

Ainda não há.

### **Informações adicionais**

A **UFSB** possui, em dezembro de 2021, 321 servidores docentes e 252 servidores técnico-administrativos e desenvolve as suas atividades universitárias em três *campi*, localizados nas cidades de Itabuna (Campus Jorge Amado), Porto Seguro (Campus Sosígenes Costa) e Teixeira de Freitas (Campus Paulo Freire). A Reitoria está localizada no Campus Jorge Amado. Cada campus conta com uma Rede de CUNIs (CJA: 4; CSC: 2; CPF: 2), localizados em escolas/colégios da rede estadual de ensino da Bahia, distribuídos na área de cobertura da UFSB, em que também são ofertadas aulas e atividades de ensino, pesquisa e extensão para os estudantes regularmente inscritos na instituição que se encontram no seu primeiro ano de estudos (Formação Geral). Além dos cursos de 1º ciclo (4 Bacharelados Interdisciplinares e 5 Licenciaturas Interdisciplinares) atualmente ofertados em cada campus,



a UFSB oferece no momento, através de Centros de Formação por área de conhecimento localizados em *campi* diferentes, 12 cursos de 2º ciclo (também em nível de Graduação) e 3 cursos de 3º ciclo (2 Mestrados e 1 Mestrado/Doutorado).

Cada *campus* conta atualmente com salas de trabalho que atendem aos docentes em tempo integral com equipamentos de informática (computadores e impressoras) em número suficiente. As salas de trabalho docente também respondem suficientemente quanto às suas dimensões, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade. Há uma estrutura técnico-administrativa de gestão, uma Secretaria Executiva, uma Secretaria Acadêmica e uma Biblioteca por campus, para o correto desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Conforme previsto em documento acerca da promoção da acessibilidade da Pró-Reitoria de Sustentabilidade e Integração Social (PROSIS):

Na Universidade Federal do Sul da Bahia, a acessibilidade deve ser entendida como de fundamental importância para que a diretriz de Integração Social cumpra a sua missão, uma vez que o Brasil revela um processo histórico que registra o tratamento excludente das pessoas que possuem padrões físicos e sociais diversos da normalidade formal e que passam a viver ocultas e/ou marginalizadas. Portanto, diversas barreiras devem ser superadas no que diz respeito às PcDs na Universidade: arquitetônicas, atitudinais, pedagógicas, comunicacionais e instrumentais (documento 'PROGRAMA DE NECESSIDADES - ACESSIBILIDADE NA UFSB', PROSIS/UFSB).

Neste sentido, a universidade empreende ações de transformação física e de adoção de práticas pedagógicas de forma a plenamente atender às/aos estudantes portadores de necessidades especiais físicas e de aprendizagem:

O Setor de Acessibilidade e Promoção à Saúde (SAPS), da Coordenação de Qualidade de Vida (CQV) da Pró-Reitoria de Sustentabilidade e Integração Social (PROSIS), preocupa-se em auxiliar na mitigação das dificuldades relacionadas ao tema e apontar quais os próximos passos necessários para que se prossiga com os avanços na inclusão social dentro da Universidade (documento 'PROGRAMA DE NECESSIDADES - ACESSIBILIDADE NA UFSB', PROSIS/UFSB).

Assim, alterações físicas dos espaços são empreendidas com a adoção de sinalização visual de portas, paredes de vidro, degraus, escadas, rampas, estacionamento; ações de

adequação de espaços estão em curso; e salas de recursos multifuncionais estão sendo implementadas em cada *campus* da universidade.

As atividades de pesquisa desenvolvidas na universidade contam ainda com a existência de Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos que responde aos critérios normativos do Conselho Nacional de Saúde e do Sistema CEP/CONEP para avaliar protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, emitindo parecer, devidamente justificado, a respeito de projetos de pesquisa, criação e inovação que envolvam seres humanos.

Quanto ao **IFBA**, importa ressaltar que a instituição possui 22 *campi*, 5 centros de referência, 1 núcleo avançado, além da reitoria, que está localizada em Salvador. Outra unidade importante é o Polo de Inovação onde são desenvolvidas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltadas a atender demandas da sociedade. Essas unidades estão distribuídas em todas as regiões do território estadual e atuam nas áreas de educação, capacitação, empreendedorismo, pesquisa, inovação e desenvolvimento de tecnologias.

O IFBA possui cerca de 1.700 professores, cerca de 1.000 técnicos administrativos, mais de 36 mil estudantes, 300 cursos presenciais e 17 cursos à distância. Os cursos oferecidos são das seguintes modalidades: Ensino Médio Integrado à Formação Profissional; Subsequente (formação técnica); graduação (bacharelados, licenciaturas e tecnológicos); pós-graduação (lato e stricto sensu). Em nível de pós graduação stricto sensu o IFBA integra o Programa de Pós Graduação em rede em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), além de outros cinco programas. Na modalidade Lato Sensu existem 11 cursos em funcionamentos.

No Campus Porto Seguro funcionam quatro cursos superiores - Licenciatura Intercultural Indígena, Licenciatura em Computação, Licenciatura em Química e Tecnologia em Agroindústria, além de três cursos técnicos integrados - Alimentos, Biocombustíveis e Informática. Há ainda dois cursos de Pós-Graduação Lato Sensu - Especialização em Ciência e Tecnologia Ambiental e Especialização em Educação e Interculturalidade, e Mestrado em Ciências e Tecnologias Ambientais, em parceria com a UFSB.

O IFBA possui o CEP que orienta e emite pareceres sobre pesquisas de professores e estudantes que envolvam seres humanos, desempenhando papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão ética sobre a pesquisa científica

A acessibilidade física provê aos cidadãos com limitação de mobilidade ou de percepção o direito constitucional de ir e vir. A importância desta temática se deve a um fato que vai muito além da condição de alcance: a redução das desigualdades sociais e do preconceito. Ambientes acessíveis propiciam segurança e, principalmente, autonomia às pessoas que deles se utilizam. Edificações, mobiliários, equipamentos urbanos e transportes acessíveis são artifícios utilizados para mitigar o problema da segregação, permitindo que todos os usuários, sem exceção, possam participar das atividades diárias e rotineiras em qualquer ambiente. Todos estes fatores vêm moldando a estrutura urbana e têm imprimido uma nova configuração na imagem das cidades, sem dúvida, de forma positiva, esta nova formatação é integradora. O IFBA - Campus Eunápolis tem priorizado as adaptações e adequações de seus espaços para que permita plena acessibilidade a todos os seus usuários, envidando esforços contínuos para cumprir os dispositivos previstos na Lei Nº 13.146 de 06 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). A instituição adotam como concepção de acessibilidade a definição estabelecida pelo instrumento jurídico mencionado anteriormente em seu Artigo 3º, Inciso I: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Em consonância com a Lei Nº 13.146, o IFBA estabeleceu diretrizes institucionais para o mesmo tema através da Resolução CONSUP Nº 30, de 12 de dezembro de 2017 que cria a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou outras Necessidades Especiais. As orientações quanto à acessibilidade arquitetônica são tratadas especificamente no Capítulo IV, as quais o campus busca atender. A estrutura do campus dispõe de piso tátil, banheiros adaptados para pessoas com deficiência, plataforma de acessibilidade, placas indicativas e de sinalização em braile, softwares instalados nos computadores dos laboratórios de informática específicos para pessoas com deficiência auditiva e/ou visual, vagas reservadas nos estacionamentos, dentre outros.

#### **14. Informações complementares**

Em atendimento às exigências da Portaria CAPES 195/2021, seguem abaixo as informações requisitadas em relação a: a) Missão; b) Visão; c) Valor gerado; d) Objetivos; e) Iniciativas e metas; f) Análise de ambiente (oportunidades e ameaças); g) Análise de riscos; h) Política de autoavaliação:

**a) Missão**

Ampliar as condições de qualificação dos profissionais da Educação Básica na Região Sul da Bahia com o investimento em políticas intersetoriais emergentes de processos cooperativos entre as instituições educacionais das esferas federal, estadual e municipal.

**b) Visão**

Elevar os indicadores de qualidade da Educação Básica na Região Sul da Bahia por meio da articulação sistêmica entre a formação em nível de mestrado, a produção contextualizada de conhecimento em formação docente e práticas pedagógicas e a atuação profissional nas instituições educacionais escolares, não escolares, redes e sistemas de ensino.

**c) Valor Gerado**

O **público-alvo** deste Mestrado são os profissionais da educação que, em conformidade com o Artigo 61 da Lei 9394/96, se distribuem nas seguintes categorias: professores, pedagogos e trabalhadores da educação, assim como egressos de cursos de licenciaturas. Pretende-se atender primordialmente aos profissionais que atuam na Região Sul da Bahia, sobretudo no Território da Costa do Descobrimento, onde estão instalados os campi do IFBA e da UFSB nos municípios de Porto Seguro e Eunápolis.

A proposta busca responder ao desafio do cumprimento direto da Meta 16 do Plano Nacional de Educação (LEI 13.005/2014) e do Plano Estadual de Educação (LEI 13.559/2016) que propõe o seguinte:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PEE-Ba, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica, formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (SEC-BA, 2016).

Nesta perspectiva, o **valor gerado** pela proposta leva em conta a condição profissional vinculante dos egressos com as instituições, sistemas e redes de ensino da região, e o programa se compromete com o princípio da contextualização das suas ações formativas no

que diz respeito a: qualificação das diferentes formas de atuação profissional, a diversidade sociocultural do território de abrangência, à democratização de saberes e práticas necessários às emancipações intelectuais dos profissionais da educação e, sobretudo, à emergência de autonomias coletivas na superação de problemas instalados nos cotidianos escolares, lutas contra desigualdades sociais e educacionais.

Destacam-se como qualidades a serem construídas pelos egressos nos processos de formação continuada em nível de mestrado:

1) Compromisso com a construção de um projeto social, político e ético no âmbito das instituições escolares a partir da produção de conhecimento emergente das reflexões acerca de suas experiências na educação;

2) Postura dialógica entre ações e reflexões necessárias à qualificação de processos de gestão escolar e processos pedagógicos presentes em seus contextos de atuação profissional;

3) Capacidade de mediação teórico-metodológica das suas experiências laborais para a ampliação da produção do conhecimento necessário à melhoria da qualidade da Educação Básica;

4) Compromisso com os valores da democracia, com a defesa dos direitos humanos, com o respeito ao meio ambiente e com as relações étnico-raciais baseadas no respeito mútuo, com vistas à construção de ambientes educativos inclusivos e cooperativos;

5) Criatividade na geração de soluções viáveis para conflitos coletivos que comprometam as condições sociais de convivência intraescolar;

6) Capacidade de produção intercultural de dispositivos didático-pedagógicos apropriados aos processos educacionais dos diferentes grupos étnicos presentes na Região Sul da Bahia.

#### **d) Objetivos**

Geral:

Investir em processos formativos geradores de emancipações intelectuais pautadas pela construção de novos saberes inscritos nas experiências profissionais em gestão educacional e práticas pedagógicas existentes nos diferentes níveis e modalidades de ensino da Educação Básica na Região Sul do Estado da Bahia

Específicos:

1. Democratizar as condições institucionais de acesso e permanência à formação

continuada dos profissionais da Educação Básica da Região Sul da Bahia em nível de mestrado;

2. Articular atitudes investigativas às atitudes educadoras com vistas à superação de problemas vivenciados nas Redes Públicas de Ensino;
3. Qualificar as políticas educacionais locais em diálogo com contextos regionais, nacionais e internacionais;
4. Articular saberes e práticas escolares e não escolares que ampliem as relações entre escolas, comunidades e territórios de identidades na região Sul e Extremo Sul da Bahia;
5. Proporcionar emergências de tecnologias educacionais e dispositivos didático-pedagógicos que possam mediar desafios e apresentar soluções criativas no exercício da gestão escolar e da organização do trabalho pedagógico nos diferentes processos educacionais dos contextos escolares e não escolares.

**e) Iniciativas e metas:**

INICIATIVA 1: Ampliação das condições de acesso e permanência dos profissionais da Educação Básica da Região Sul da Bahia em programa de pós-graduação na área de gestão educacional e práticas pedagógicas.

META 1.1: criar 20 vagas anuais para o ingresso e a permanência de profissionais da educação da Região Sul da Bahia no Mestrado Acadêmico em Ensino e Formação Docente.

META 1.2: promover a conclusão de 20 processos de formação em nível do mestrado dos profissionais da Educação Básica da Região Sul da Bahia.

META 1.3: adotar políticas de ações afirmativas vigentes nas instituições participantes do Programa de Pós-Graduação nos processos seletivos de acesso e permanência.

META 1.4: priorizar ações de inclusão social de acessibilidade e mobilidade docente e discente aos processos formativos do programa.

META 1.5: assegurar ampla participação de docentes, discentes e técnicos administrativos em educação, assim como agentes externos de cooperação, nos processos de autoavaliação do Programa.

(dimensões da avaliação CAPES vinculadas: Formação de Pessoal e Impacto na Sociedade)

INICIATIVA 2: Produção contextualizada de estudos, pesquisas e intervenções focalizadas nas políticas locais em diálogo com as políticas regionais, nacionais e internacionais no campo da educação.

META 2.1: Fortalecimento e expansão de redes de cooperação técnico-científicas da UFSB e do IFBA com os governos municipais, governo estadual e outras instituições públicas e privadas com atuação no campo da educação na Região Sul da Bahia;

META 2.2: criação de agendas intersetoriais com instituições públicas e privadas comprometidas com temas, problemas e desafios da formação de professores para a elevação da qualidade da Educação Básica na Região Sul da Bahia;

META 2.3: promoção anual de seminários locais e bianual de evento internacional, com vistas à ampliação do diálogo com as políticas de educação e as políticas de produção do conhecimento no campo educacional.

META 2.4: promoção de um seminário bianual de autoavaliação, com o propósito de ampliar a participação social na condução das políticas de formação do Programa.

(dimensões da avaliação CAPES vinculadas: Impacto na Sociedade e Internacionalização)

INICIATIVA 3: Fortalecimento do diálogo com as comunidades locais por meio da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão.

META 3.1: articulação dos projetos de formação com ações de ensino-pesquisa-extensão.

META 3.2: fortalecimento dos vínculos entre o ensino de Pós-Graduação, o ensino de Graduação e os demais níveis e modalidades do ensino da Educação Básica na Região Sul da Bahia.

META 3.3: criação de um programa de protagonismo intelectual dos mestres e mestradas de diferentes tradições de saberes da Região Sul da Bahia articulados aos processos formativos da Pós-Graduação.

(dimensões da avaliação CAPES vinculadas: Formação de Pessoal; Impacto na Sociedade; Pesquisa, Inovação e Transferência do Conhecimento)

INICIATIVA 4: Investimento nos estudos, pesquisas e projetos de intervenção em problemáticas socioeducacionais situadas nos contextos de atuação profissionais locais.

META 4.1: desenvolvimento de processos de orientação que valorizem as experiências profissionais das mestrandas e dos mestrandos.

META 4.2: criação de uma revista de periodicidade semestral para a divulgação da produção local de conhecimento e ampliação das redes de interlocução no campo do ensino em múltiplas escalas.

META 4.3: criação de um sistema de acompanhamento e formação continuada dos egressos do Programa de-Pós Graduação com a expansão do vínculo orientador-orientando por, no mínimo, mais dois anos após a conclusão do curso.

(dimensões da avaliação CAPES vinculadas: todas)

INICIATIVA 5: Produção de tecnologias educacionais e dispositivos didático pedagógicos aplicáveis aos contextos da Educação Básica da Região Sul da Bahia.

META 5.1: produzir tecnologias e dispositivos inovadores nos processos de gestão educacional da região.

META 5.2: criar artefatos didático pedagógicos de natureza interdisciplinar e intercultural.

META 5.3: produzir tecnologias educacionais apropriadas ao trabalho pedagógico conforme os desafios da Nova Base Comum Curricular do Ensino Fundamental I e II e do Ensino Médio.

(dimensões da avaliação CAPES vinculadas: Pesquisa, Inovação e Transferência de Conhecimento, Impacto na Sociedade)

#### **f) Análise de ambiente**

As atuações institucionais dos grupos de educadores-pesquisadores que compõem a presente proposta convergem e se complementam em diferentes dimensões, o que potencializa competências para a soluções de alguns desafios no âmbito da formação continuada de professores em nível de mestrado na Região Sul da Bahia.

Do ponto de vista territorial o IFBA participa com os campi de Eunápolis e Porto Seguro. A UFSB participa com os campi de Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas o que amplia para três Territórios de Identidade do estado a capacidade de alcance das ações a serem desenvolvidas pelo Programa. Importante destacar que no município de Santa Cruz Cabrália (vizinho a Porto Seguro) a UFSB mantém um Colégio Universitário na maior escola do Ensino Médio daquele local, o que fortalece as bases instaladas para a mobilização de



recursos, processos e demandas de formação local.

No que diz respeito às expertises institucionais no âmbito da formação de professores, o IFBA já vem desenvolvendo boas práticas de formação intercultural de professores indígenas em nível de graduação e pós-graduação lato sensu, com o alcance de atendimento aos três grupos étnicos presentes na região. Além disso, mantém dois importantes cursos de licenciatura: em química e computação, e cursos profissionalizantes do Ensino Médio. Internamente o IFBA possui uma eficiente capacidade de governança de múltiplas modalidades de ensino e corpo docente com larga experiência no trânsito pedagógico com os níveis do Ensino Médio e Ensino Superior.

A UFSB mantém reunidas em seu campus de Porto Seguro as cinco licenciaturas que atendem às áreas do conhecimento constitutivas da Base Nacional Comum Curricular e à Reforma do Ensino Médio introduzida pela lei 13.415/2017 que altera a Lei 9394/1996 (LDB). Além disso a universidade mantém instalações em escolas da Rede Estadual de Educação, nas quais coopera em diferentes níveis, assim como compartilha a coordenação de processos pedagógicos no âmbito da Educação Integral em Tempo Integral, sobretudo nos Complexos Integrados de Educação de Porto Seguro, Itabuna e Itamaraju. As expertises instaladas na UFSB articuladas às do IFBA multiplicam e expandem significativamente as competências formativas existentes necessárias ao sucesso do Programa.

Um terceiro aspecto favorável diz respeito à gestão compartilhada de Programas de Pós-Graduação. A UFSB e o IFBA já desenvolvem uma boa experiência por meio do Programa de Mestrado Acadêmico em Ciências e Tecnologias Ambientais desde o ano de 2017. A proposta do Mestrado Profissional em Ensino aqui apresentada parte dos avanços na construção intersetorial da governança de processos formativos que já está em curso entre as instituições proponentes.

#### **g) Análise de riscos**

Entre os fatores que dificultam os alcances dos objetivos se destaca a mobilidade docente e discente intercampi. Como as principais ações do Programa estarão concentradas nos campi do IFBA e da UFBA em Porto Seguro a oferta de atividades de ensino, pesquisa e extensão do Programa deve ser compatível com a capacidade de deslocamento dos discentes e docentes advindos de outros municípios.

Tanto no caso do IFBA quanto no caso da UFSB, o corpo docente envolvido com o programa possui uma agenda com diversos encargos profissionais, com comprometimento

significativo de suas cargas horárias de trabalho no presente, contudo, como se trata de docentes em regime de Dedicacão Exclusiva e com 40 horas, haverá a disponibilidade necessária ao Programa.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de que entre as duas instituições há diferenças no regime de funcionamento letivo, a UFSB oferece atividades em regime quadrimestral enquanto que o IFBA tem o seu ano letivo organizado em regime semestral, isso implicará em negociações interinstitucionais permanentes para a sustentabilidade das condições de operacionalização do programa e, inevitavelmente, no enfrentamento de conflitos burocráticos entre as instituições implicadas no processo.

A gestão dos processos formativos propostos pelo programa é desafiada a manter uma agenda permanente de negociações intrainstitucionais e interinstitucionais, tanto no âmbito das relações do IFBA com a UFSB, quanto na rede de relações com as instituições públicas e privadas da Região Sul da Bahia, especialmente, mas não exclusivamente, com os governos municipais dos Territórios de Identidade em que estão localizados os campi das instituições.

Além de articular esforços para o compartilhamento das condições materiais de operacionalização do curso de mestrado, a construção de projetos de interesse social no âmbito da gestão educacional e práticas pedagógicas será de fundamental importância para a captação de recursos financeiros necessários ao investimento das ações. Destaca-se também criação de fóruns de participação social para a formulação das demandas de formação, avaliação, acompanhamento e planejamento das ações a serem desenvolvidas. Isto implicará na construção de redes de cooperações entre diferentes agentes públicos e privados com intensa mediação docente e discente na construção dos processos.

O corpo docente que constitui a formação original do Programa já transita e participa ativamente de instâncias como: colegiados de territórios, conselhos municipais de educação, fóruns de formação de professores, programas e projetos de formação de âmbito local, regional, nacional e internacional, o que supõe a existência de uma capacidade instalada de enfrentamento de desafios recorrentes a projetos de formação como o que aqui se apresenta. Isto ressalta a importância do compromisso ético-político dos docentes do programa com a exequibilidade dos objetivos propostos.

Por outro lado, a equipe gestora do programa deverá garantir o alinhamento dos objetivos, iniciativas e metas propostos com os Planos de Desenvolvimento Institucional do IFBA e da UFSB.

#### **h) Política de autoavaliação:**

A autoavaliação deverá ocorrer no final de cada biênio de formação de modo a contribuir para uma visão ampla e esclarecedora sobre os avanços e impasses nos processos institucionais e, concomitantemente, projetar desafios a serem enfrentados no planejamento e consecução das atividades dos biênios posteriores. Por outro lado, ofertará subsídios para construção de estratégias de gestão do programa.

A equipe de trabalho da autoavaliação será composta por representantes da coordenação do Programa, do corpo de Técnicos Administrativos em Educação, do corpo Docente, do corpo Discente e representantes da sociedade envolvente. A operacionalização do processo cumprirá as seguintes etapas: 1) preparação, 2) implementação, 3) divulgação dos resultados, 4) uso dos resultados, 5) meta-avaliação, conforme as orientações da CAPES.

A ferramenta primeira será um questionário. Este será entregue a todos/as oa/as envolvidos/as nas atividades do programa. Os resultados dos dados coletados se somará a outros aspectos qualitativos para serem analisados em um evento público bianual conforme proposta da Meta 3.4. Tal evento deverá ocorrer ao modo de um seminário para a consolidação de aprendizagens, socialização de conhecimento, fortalecimento de elos político-pedagógicos e prospecção de cenários de superação dos impasses identificados na experiência autoavaliativa.

#### **15. Documentos**

Regimento da IES

Carta de Fundação-Estatuto e Plano Orientador (**Anexos 4 e 5**)

Regimento do curso

Documento em anexo (**Anexo 6**)

Autorização de todas as IES participantes

Anuência do IFBA (**Anexo 7**)

Outros documentos

Memorial Descritivo da Biblioteca do Campus Sosígenes Costa (**Anexo 8**)

Questionários de Avaliação do Programa (**Anexo 9**)



**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia**  
**Universidade Federal do Sul da Bahia**  
**Programa de Pós-graduação em Ensino e Formação Docente - PPGEFD**

**Regimento Interno do**  
**Programa de Pós-graduação em Ensino e Formação Docente.**

Junho de 2022  
Porto Seguro – Bahia

## **Sumário**

SEÇÃO I - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	1
CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS	1
CAPÍTULO II - DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DO FUNCIONAMENTO	2
CAPÍTULO III - DOS CRITÉRIOS DA INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS PARA MANUTENÇÃO DA QUALIDADE	4
CAPÍTULO IV - DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA	5
CAPÍTULO V - DA INFRAESTRUTURA COMPARTILHADA	6
CAPÍTULO VI - OFERTA DE VAGAS POR INSTITUIÇÃO	6
CAPÍTULO VII - DA COMPOSIÇÃO, DOS CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO E DESCREDENCIAMENTO DO CORPO DOCENTE	7
CAPÍTULO VIII - DO CORPO DISCENTE	9
CAPÍTULO IX - DAS BOLSAS	10
CAPÍTULO X - DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, EXCLUSÃO E TRANSFERÊNCIA DE DISCENTES	10
CAPÍTULO XI - DA MATRÍCULA, DO TRANCAMENTO E DA SUSPENSÃO DE MATRÍCULA DISCENTE	12
CAPÍTULO XII - DO TEMPO DE PERMANÊNCIA NO CURSO	14
CAPÍTULO XIII - DO DESLIGAMENTO E REINGRESSO DISCENTE	15
CAPÍTULO XIV - DA POLÍTICA DE AUTOAVALIAÇÃO	16
SEÇÃO II - DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO	16
CAPÍTULO XV - DA ORIENTAÇÃO	16
CAPÍTULO XVI - DA ESTRUTURA CURRICULAR DO PROGRAMA E DAS ATIVIDADES CURRICULARES	18
CAPÍTULO XVII - DO SISTEMA DE CRÉDITOS, DA APROVAÇÃO E DA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	20

CAPÍTULO XVIII - DO ESTÁGIO DE DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	20
CAPÍTULO XIX - DA NORMATIZAÇÃO, DA FORMA DE APRESENTAÇÃO E DA DISSERTAÇÃO	21
CAPÍTULO XX - DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO	21
CAPÍTULO XXI - DA TITULAÇÃO E DA EMISSÃO DE DIPLOMAS	25
CAPÍTULO XXII - DOS RECURSOS FINANCEIROS	25
CAPÍTULO XXIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS	25

## SEÇÃO I - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS

**Art. 1º.** O Programa de Pós-graduação stricto sensu em Ensino e Formação Docente (PPGEFD) é um programa no formato associativo entre a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), que tem por finalidade capacitar recursos humanos de alto nível, com formação técnica e científica na área das ciências e tecnologias ambientais.

**Art. 2º.** O PPGEFD é organizado pelas normas do presente regimento, em observância ao Regimento Geral de Pesquisa e Pós-graduação da UFSB e ao Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação stricto sensu do IFBA, bem como a respectivas atualizações de tais documentos, aos regimentos e portarias vigentes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no que couber.

**Art. 3º.** Os objetivos do PPGEFD são:

Geral: Investir em processos formativos de pesquisadores/as, que gerem emancipações intelectuais a partir de investigações pautadas pela construção de novos saberes/conhecimentos inscritos nas experiências profissionais, nas práticas pedagógicas e nas reflexões teóricas presentes nos diferentes níveis e modalidades de ensino da Educação Básica e Superior na Região Sul do Estado da Bahia.

Específicos:

- a. Democratizar as condições institucionais de acesso e permanência à formação continuada dos profissionais da Educação Básica da Região Sul da Bahia em nível de mestrado;
- b. Articular atitudes investigativas e reflexivas às atitudes educadoras com vistas à superação de problemas vivenciados nas Redes Públicas de Ensino;
- c. Articular saberes, conhecimentos e práticas escolares e não escolares que ampliem as relações entre escolas, comunidades e territórios de identidades na região Sul e Extremo Sul da Bahia;
- d. Qualificar as políticas educacionais locais em diálogo com contextos regionais, nacionais e internacionais;
- e. Proporcionar emergências de inovações pedagógicas que possam mediar desafios e apresentar soluções criativas no exercício da organização do trabalho pedagógico nos diferentes processos educacionais dos contextos escolares e não escolares;
- f. Ampliar as condições de qualificação dos profissionais da Educação Básica na região do Extremo Sul da Bahia com o investimento em políticas intersetoriais emergentes de processos cooperativos entre as instituições educacionais das esferas federal, estadual e municipal.

### CAPÍTULO II - DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DO FUNCIONAMENTO

**Art. 4º.** A Coordenação do Programa compete a um único Colegiado, órgão de competência normativa que fiscaliza a observância deste Regimento, bem como delibera em matéria

didático-pedagógica.

**Art. 5º.** O Colegiado é constituído por:

- a) Um mínimo de três docentes permanentes de cada Instituição Associada como titulares, dentre os(as) quais deverão ser escolhidos(as) os(as) Coordenadores(as) Institucionais e os(as) Vice-Coordenadores(as) (quando for o caso),
- b) Representante(s) discente(s) e respectivo(a) suplente na proporção 1/5 (um quinto) do total dos membros do colegiado, com o mínimo de 1 (um) representante e seu suplente;
- c) Um(a) representante técnico-administrativo e respectivo(a) suplente.

§ 1º. A eleição docente para compor o novo Colegiado deve ser convocada pela Coordenação Geral em exercício, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias antes do término do mandato vigente e será realizada por meio de consulta geral, podendo os votos serem computados presencialmente ou por meios digitais, conforme convocação.

§ 2º. Todos(as) os(as) docentes permanentes do PPGEFD são membros do Colegiado e na época da eleição deverão indicar se optam por serem titulares ou suplentes. Contudo, para validação da formação do Colegiado, deverá haver um mínimo de 3 (três) docentes titulares de cada Instituição Associada.

§ 3º. Os(As) membros(as) titulares que não comparecerem consecutivamente a duas reuniões sem justificativa, ou três reuniões com justificativa, serão remanejados para a categoria suplente. Caso haja necessidade, em respeito ao Art. 5º, alínea “a” a “c”, outros(as) integrantes suplentes deverão ser remanejados(as) para titulares.

§ 4º. Os(as) representantes discentes, titular e suplente, serão escolhidos(as) pelo corpo discente regularmente matriculado no PPGEFD, mediante processo definido e conduzido autonomamente pela categoria, cujo resultado deve ser comunicado à Coordenação Geral, por meio de ata assinada por, no mínimo, 25% das(os) estudantes com matrícula ativa no Programa.

§ 5º. O(A) representante discente e respectivo(a) suplente terão mandatos de 1 (um) ano, cabendo uma recondução.

§ 6º. O(a) representante técnico-administrativo titular, de uma das instituições, e seu(sua) suplente, de uma das instituições, deverão, prioritariamente, possuir formação alinhada à área de Ensino e/ou Educação.

§ 7º. Os(as) demais membros(as) docentes do Colegiado e representantes técnico-administrativos(as) terão mandato de 2 (dois) anos, podendo haver recondução.

§ 8º. As Coordenações e Vice-coordenações institucionais deverão ser exercidas por docentes permanentes, cuja escolha será realizada, em consonância com o Regulamento das Instituições associadas.

§ 9º. As Coordenações e Vice-coordenações institucionais terão mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

§ 10º Os(As) Vice-coordenadores(as) institucionais, conforme exigência da Instituição Associada, atuam junto aos(às) Coordenadores(as) institucionais, substituindo-os(as) em impedimentos ou afastamentos.

§ 11º. Na ausência do(a) Coordenador(a) Geral atuará como substituto eventual o(a) titular da Vice-coordenação geral; caso não possa, o(a) titular da Coordenação Institucional; caso não possa, o(a) titular da Vice-coordenação Institucional; e, na ausência dos(as) supracitados(as), qualquer membro titular do Colegiado.



§ 12º. A escolha da Coordenação Institucional e da Vice-Coordenação institucional se dará pela maioria simples dos votos do Colegiado, titulares e suplentes.

§ 13º. A Coordenação Geral do PPGEFD deverá ser exercida por uma das Coordenações Institucionais e haverá revezamento entre as Instituições.

**Art. 6º.** Compete ao Colegiado:

§ 1º. Reunir-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, por convocação da Coordenação Geral, por qualquer uma das Coordenações Institucionais ou por 2/3 dos(as) membros(as) titulares.

a) As decisões do Colegiado são determinadas pela presença mínima da metade mais um do total do(as) membros(as) e deliberará por maioria simples de votos dos presentes, presencialmente ou por meios digitais, cabendo o voto de qualidade à Coordenação Geral, quando for o caso.

b) Assembleias gerais, com a participação de todo o corpo docente do PPGEFD, serão realizadas, quando necessário, segundo convocação do Colegiado para tratar de temas relevantes para o Curso.

c) As reuniões do Colegiado e assembleias gerais poderão ser realizadas presencialmente e/ou mediadas por tecnologias.

§ 2º. Organizar, orientar, acompanhar e coordenar as atividades do Programa.

§ 3º. Aprovar, em primeira instância, alterações no Regimento e na estrutura acadêmica do Programa.

§ 4º. Propor às instâncias competentes o credenciamento de docentes, com prévia aprovação das unidades acadêmicas em que estejam lotados(as), bem como o credenciamento e o descredenciamento de docentes, nos termos deste Regimento, e atendendo aos requisitos de avaliação da área de Ensino.

§ 5º. Proceder à eleição de Coordenadores(as) institucionais, em reunião com presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos(as) membros(as).

§ 6º. Propor atualizações neste Regimento, quando oportuno, submetendo-o à aprovação das instâncias competentes nas Instituições Associadas.

§ 7º. Deliberar sobre processos acadêmicos, convalidações, aproveitamento ou concessão de créditos.

§ 8º. Promover a avaliação anual do Programa.

§ 9º. Definir o limite máximo de orientandos(as) por orientador(a), observadas as recomendações vigentes da Capes.

§ 10º. Aprovar o edital de seleção para admitir novos(as) estudantes no Programa.

§ 11º. Publicar editais de seleção para inscrição especial em componentes curriculares/disciplinas (CC) oferecidas pelo Programa.

§ 12º. Definir critérios, autorizar o uso e prestar contas dos recursos financeiros destinados ao Programa.

§ 13º. Avaliar e autorizar a realização de eventos acadêmicos que levem o nome do PPGEFD.

§ 14º. Elaborar e aprovar o próximo calendário acadêmico ao final de cada ano letivo dando ampla divulgação.

**Art. 7º.** Compete à representação estudantil:

- a) Relatar aos/as alunos/as do Curso o que ocorre em reuniões do Colegiado;
- b) Organizar e marcar antecipadamente reuniões presenciais bimensais com os/as alunos/as do Curso, para discutir problemas e sugestões a serem levadas ao Colegiado;
- c) Organizar, realizar e distribuir, semestralmente, questionários referentes aos componentes curriculares e ao aproveitamento do curso, levando as críticas e as recomendações dos/as alunos/as ao Colegiado.

**Art. 8º.** Compete à Coordenação Geral:

- a) Responder pela Coordenação e representar o Colegiado;
- b) Convocar e presidir as reuniões do Colegiado;
- c) Cumprir e fazer cumprir as deliberações do Colegiado;
- d) Convocar eleições para renovar o Colegiado ao fim de cada mandato;
- e) Representar e elaborar relatórios de atividades do Programa para envio à CAPES;
- f) Submeter ao Colegiado atividades que poderão ser desenvolvidas no curso, incluindo a oferta de CC;
- g) Elaborar e encaminhar proposta orçamentária do Programa e pedidos de auxílio;
- h) Em casos de urgência, aprovar ad referendum decisões em matéria de sua competência, submetendo tal ato à ratificação do Colegiado na primeira reunião ordinária subsequente;
- i) Delegar ações para as Coordenações Institucionais;
- j) Zelar pelos interesses do Programa junto aos órgãos superiores e empenhar-se na obtenção de recursos necessários ao seu bom funcionamento;
- k) Preparar e encaminhar às instâncias competentes processos de credenciamento ou descredenciamento de novas instituições, de acordo com as normas estabelecidas pelas instituições competentes;
- l) Exercer todas as demais atividades necessárias ao funcionamento do Programa, praticando todos os atos de sua competência, ou de competência superior, quando delegada.

**Art. 9º.** A Secretaria Geral ficará a cargo da instituição associada que possuir a Coordenação Geral e deverá secretariar reuniões do Colegiado do Programa, elaborando as respectivas atas e realizar todas as atividades necessárias ao funcionamento do Programa, praticando todos os atos de sua competência, definidas no Capítulo IV deste Regimento, ou de competência superior, quando delegada.

### **CAPÍTULO III - DOS CRITÉRIOS DA INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS PARA MANUTENÇÃO DA QUALIDADE**

**Art. 10º.** Outras instituições poderão ser credenciadas e associadas ao PPGEFD, desde que encaminhe pedido formal ao Colegiado, que o avaliará e realizará as demais ações necessárias para responder à solicitação.

**Art. 11.** A inclusão e a exclusão da associação serão pautadas em critérios de excelência das instituições envolvidas, em termos de docência, produtividade acadêmica, infraestrutura física e material.

§ 1º. Para ser associada, os/as docente devem atender aos critérios de credenciamento como permanentes no PPGEFD e tenham formação ou atuação na área de Ensino, evidenciada por titulação em pós-graduação stricto sensu ou por publicações e/ou atuação profissional nessa área.

§ 2º. Pelo menos 40% (quarenta por cento) dos(as) docentes permanentes em cada instituição devem cumprir os critérios vigentes de produtividade científica para criação de novos cursos na área de Ensino.

**Art. 12.** A inclusão de novas Instituições Associadas não poderá comprometer a avaliação do PPGEFD junto à Capes, considerando os critérios vigentes na área de Ensino à época da solicitação de associação.

**Art. 13.** A permanência de cada Instituição Associada ao PPGEFD está sujeita à avaliação do Colegiado, quando necessário, baseada na efetiva execução de atividades em consonância com seus objetivos do Programa, na qualidade da produção científica do corpo docente e na oferta de infraestrutura física e material adequadas.

#### **CAPÍTULO IV - DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA**

**Art. 14.** A gestão compartilhada envolve as Coordenações Institucionais e suas Secretarias.

§ 1º. Compete às Coordenações Institucionais do Programa:

- a) Assessorar e atender à Coordenação Geral do Programa.
- b) Presidir as reuniões do Colegiado, quando da ausência da Coordenação Geral, conforme Art. 5º, §11º, deste Regimento.
- c) Cumprir e fazer cumprir deliberações do Colegiado e das administrações superiores das Instituições Associadas;
- d) Gerir as atividades do Programa a nível institucional;
- e) Representar o Colegiado perante demais órgãos das Instituições Associadas, bem como de outras instituições, quando oportuno;
- f) Propor projetos de interesse do Programa às agências de fomento e às Instituições Associadas;
- g) Elaborar relatório das atividades do Programa e submetê-lo à apreciação do Colegiado para posterior envio às instâncias superiores, quando necessário.
- h) Supervisionar o registro das atividades acadêmicas no âmbito do Programa e comunicá-las ao Colegiado, quando necessário;
- i) Solicitar providências para o melhor funcionamento do curso, em matéria de instalações, equipamentos e recursos humanos;
- j) Definir, em conjunto com o corpo docente, e divulgar os CC a serem ofertados em cada período letivo;
- k) Em casos de urgência, aprovar ad referendum decisões no âmbito institucional, submetendo tal decisão à ratificação da Coordenação Geral, para posterior submissão ao apreço do Colegiado na primeira reunião ordinária subsequente.
- l) Submeter ao Colegiado os processos referentes aos pedidos dos(as) discentes para apreciação.

§ 2º. Incumbe às Secretarias Institucionais:

- a) Atender às demandas designadas pelo Colegiado do Programa e suas respectivas Coordenações Institucionais;
- b) Desempenhar atividades administrativas de rotina, mantendo em dia os despachos das Coordenações Institucionais;
- c) Secretariar as reuniões da Coordenação Institucional, inclusive, redigindo e arquivando as atas, quando for o caso;
- d) Conservar em dia os registros e arquivos dos docentes, discentes e administrativo vinculados ao PPGEFD;
- e) Apoiar, processar, distribuir e arquivar documentos relativos às atividades didáticas e administrativas do Programa;
- f) Preparar e manter atualizado o arquivo dos instrumentos legais pertinentes ao Programa;
- g) Sistematizar dados, organizar prestações de contas e elaborar relatórios referentes às atividades do Programa;
- h) Manter atualizada a lista dos equipamentos e materiais pertencentes ao PPGEFD;
- i) Executar outras atividades pertinentes à Secretaria, por determinação da Coordenação Institucional ou Geral do Programa.

## **CAPÍTULO V - DA INFRAESTRUTURA COMPARTILHADA**

**Art. 15.** O espaço físico para reuniões, laboratórios de ensino, pesquisa e extensão, Coordenação e Secretaria do PPGEFD será compartilhado entre o IFBA – campus Porto Seguro e a UFSB – campus Sosígenes Costa.

Parágrafo único - as salas de aulas disponibilizadas para o programa serão do IFBA -campus Porto Seguro.

**Art. 16.** A gestão acadêmica do corpo discente do PPGEFD, no que se refere ao registro de atividades curriculares, será realizada por cada Instituição Associada.

## **CAPÍTULO VI - OFERTA DE VAGAS POR INSTITUIÇÃO**

**Art. 17.** As vagas são distribuídas de acordo com critérios definidos em cada processo seletivo e as matrículas são divididas de modo equitativo entre as Instituições Associadas ao Programa.

§ 1º. A quantidade de vagas anuais destinadas a alunos(as) regulares será inicialmente de 20, podendo esse quantitativo ser revisto considerando-se a disponibilidade de orientação e o credenciamento de novos(as) docentes.

§ 2º. Cada orientador(a) poderá aceitar no máximo 2 (dois) discentes por entrada e orientar no máximo 4 (quatro) discentes concomitantemente.

§ 3º. As vagas serão alocadas de modo equitativo entre as linhas de pesquisa.

§ 4º. Vagas para alunos(as) especiais, externos(as) ao Programa, são definidas em edital

próprio.

§ 5º. Vagas que contemplem as Políticas de Ações Afirmativas, bem como as Pessoas com Necessidades Específicas, deverão respeitar as normativas das Instituições associadas e serão definidas em cada processo seletivo.

**Art. 18.** Discentes regulares devem estar matriculados nas Instituições Associadas ao PPGEFD.

§ 1º. Cada discente deve estar matriculado(a) como aluno(a) regular em uma Instituição Associada, e estar vinculado(a) como aluna(o) especial nas demais Instituições Associadas, durante a permanência no Programa, obedecendo ao edital do processo seletivo.

§ 2º. Todo(a) discente que estiver matriculado(a) como aluno(a) regular em uma Instituição Associada ao Programa pertence ao quadro de alunos(as) regulares do PPGEFD.

§ 3º. Pedidos referentes ao curso deverão ser realizados no setor acadêmico competente, Setor de Apoio à Pós-graduação ou Coordenação de Registro Escolares (CORES/IFBA) na qual o discente está vinculado(a) como regular, salvo para trancamento de CC, que deve ser realizado na instituição pela qual foi ofertado.

**Art. 19.** Junto à Capes, cada aluno(a) deve ser vinculado(a) à instituição na qual tem matrícula como aluno(a) regular.

## **CAPÍTULO VII - DA COMPOSIÇÃO, DOS CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO E DESCREDENCIAMENTO DO CORPO DOCENTE**

**Art. 20.** O corpo docente do PPGEFD deve ser composto por profissionais qualificados(as), portadores(as) de título de doutor(a), formalmente credenciados(as) pelo Colegiado do Programa, respeitados os requisitos mínimos estabelecidos no Regimento Geral de Pesquisa e Pós-Graduação da UFSB e no Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação stricto sensu do IFBA, e respectivas atualizações, consideradas, ainda, as normas vigentes da Capes.

Parágrafo único - O credenciamento de pesquisadores(as)/professores(as) aposentados(as) ao PPGEFD é possível, obedecendo-se ao regulamento específico da Instituição Associada que pretende integrar.

**Art. 21.** O corpo docente do curso deve ser constituído por professores(as) nas seguintes categorias:

- a) Permanente;
- b) Colaborador(a);
- c) Visitante.

**Art. 22.** O credenciamento do corpo docente permanente do PPGEFD respeitará os seguintes critérios mínimos listados abaixo:

- a) Comprovar atuação e produção científica nas áreas de concentração e linhas de pesquisa do Programa, avaliadas com base no banco online de currículos da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e nas cópias digitais dos trabalhos científicos completos publicados nos últimos quatro anos;
- b) Apresentar índice de produtividade individual anual (publicação em periódicos e livros) superior a 1 (um) considerado “bom” ou “muito bom”, de acordo com os critérios estabelecidos no relatório mais atual de avaliação da área de Ensino da Capes;

c) Estar regularmente disponível para orientar estudantes em projetos de dissertação e para contribuir com as atividades didáticas e administrativas do Programa;

d) Docentes permanentes do IFBA também devem possuir jornada de trabalho de 40 horas semanais ou dedicação exclusiva, a fim de atender ao inciso IV do artigo 12 do Regulamento Geral dos cursos de pós- graduação stricto sensu da instituição.

**Art. 23.** O credenciamento do corpo docente visitante e colaborador do PPGEFD respeitará os mesmos critérios do Art. 22 para docente permanente, alíneas a, b e c.

**Art. 24.** A solicitação formal de credenciamento no Programa poderá ocorrer a qualquer momento, exceto quando suspensa temporariamente por determinação específica do Colegiado, seguindo a normativa de critérios para credenciamento e descredenciamento de docentes do PPGEFD, devendo ser realizada pelo/a próprio/a postulante por e-mail à Coordenação do curso, e ser composta dos seguintes itens:

a) Documento de concordância da sua Unidade de lotação;

b) Link para o Currículo Lattes atualizado;

c) Trabalhos completos de sua autoria publicados nos últimos quatro anos em formato digital;

d) Proposta semestral de Atuação no Programa, conforme o formulário específico, contendo: i) a relação entre suas atividades profissionais e as linhas de pesquisa do Programa; ii) uma previsão de temas de trabalho de conclusão de curso que poderá orientar nas próximas seleções de estudantes; e iii) sua proposta de participação nas atividades didáticas do Programa, incluindo sugestões de ementas e cronograma para o quadriênio subsequente.

**Art. 25.** A avaliação do credenciamento será realizada pela “Comissão Permanente de Credenciamento Docente”, conforme normativa de credenciamento vigente.

**Art. 26.** Os docentes serão submetidos a duas avaliações durante o quadriênio, sendo uma avaliação preliminar/diagnóstica e orientativa a ser realizada ao final dos dois primeiros anos; e uma avaliação de credenciamento no programa, ambas conforme normativa interna do PPGEFD.

§ 1º. Os requisitos mínimos de produção científica para docentes permanentes no período de avaliação da Capes são:

a) Média anual de ao menos uma publicação Qualis A – equivalente na área de Ensino, incluindo ou não publicação com coautoria discente;

b) Oferta de vagas(s) nos editais de seleção para ingresso no Programa e/ou orientação de ao menos um(a) estudante durante o período;

c) Participação em ao menos um CC ou disciplina no Programa, como docente responsável ou colaborador(a);

d) Participação em ao menos um projeto de pesquisa, como responsável ou colaborador(a).

§ 2º. Os requisitos mínimos de produção científica para docentes colaboradores(as) no período de avaliação da Capes são:

a) Média anual de ao menos uma publicação Qualis A – equivalente na área de Ensino da Capes, incluindo ou não publicações com coautoria discente;

b) Oferta de vagas(s) nos editais de seleção para ingresso no Programa e/ou orientação ou coorientação de ao menos um(a) estudante ou, ainda, ter sido responsável por ao menos um

CC no PPGEFD.

**Art. 27.** Docentes que cumprirem, ao longo do interstício de avaliação, as exigências mínimas dispostas neste Regimento permanecerão credenciados(as) durante o interstício seguinte, caso não tenham solicitado descredenciamento do Programa.

**Art. 28.** Docentes que deixarem de cumprir, ao longo do interstício de avaliação, as exigências mínimas dispostas neste Regimento não poderão aceitar novas(os) orientações e poderão ser descredenciados(as) após a titulação dos(as) orientandos(as) em curso, caso continuem descumprindo as exigências aqui dispostas.

**Art. 29.** A critério do Colegiado, o(a) docente permanente que não cumprir com as exigências dispostas neste Regimento poderá ser remanejado(a) para a categoria de docente colaborador(a).

**Art. 30.** A critério do Colegiado, o(a) docente colaborador(a) que cumprir com as exigências dispostas neste Regimento e manifestar interesse poderá ser remanejado(a) para a categoria de docente permanente.

**Art. 31.** A critério do Colegiado, docentes colaboradores(as) poderão ser descredenciados(as), caso a proporção entre docentes permanentes e colaboradores(as) para o período de avaliação seguinte esteja em desacordo com as recomendações da Capes ou haja outras necessidades de ajustes do corpo docente.

**Art. 32.** Docentes descredenciados(as) poderão solicitar novo credenciamento, estando sujeitos(as) aos critérios definidos neste Regimento.

## **CAPÍTULO VIII - DO CORPO DISCENTE**

**Art. 33.** Estudantes regulares do PPGEFD são aqueles(os) aprovados(as) em processo seletivo e com matrícula efetivada no Programa.

Parágrafo único – Estudantes estrangeiros(as) que ingressarem no Programa mediante formas distintas de seleção, previstas em acordos internacionais específicos, e com matrícula efetivada também são alunos(as) regulares do PPGEFD.

**Art. 34.** Alunos(as) especiais, externos(as) ao Programa e selecionados(as) em edital próprio, poderão ser admitidos(as) nos CC do PPGEFD, com direito à creditação curricular, desde que atendam aos requisitos institucionais acerca do tema.

§ 1º. A solicitação da inscrição em CC como aluno(a) especial obedecerá ao calendário acadêmico do Programa e das instituições que o ofertam.

§ 2º. Discentes regulares do Programa terão prioridade sobre discentes externos(as) para preencher vagas em CC do PPGEFD.

§ 3º. A inscrição de alunos(as) externos(as) em CC do Programa só poderá ser efetivada após o prazo de matrícula ou inscrição de alunos(as) regulares, estando ainda condicionada à existência de vagas e à aprovação pelo(a) docente responsável pelo CC.

**Art. 35.** A matrícula de aluno(a) especial, externo(a) ao Programa e selecionado(a) em edital próprio, ainda está condicionada às seguintes exigências:

- a) Cada aluno(a) especial poderá cursar, no máximo, 3 (três) CC no Programa;
- b) O uso da sala de computadores por alunos(as) especiais é restrita às atividades do Programa;

c) Alunos(as) especiais não terão direito à quota de cópias ou a qualquer outro material que implique ônus direto para o Programa.

Parágrafo único – O não cumprimento das condições estabelecidas acima implicará no desligamento do(a) aluno(a) especial do CC, sem direito a crédito, bem como em sua não admissão como estudante especial em oferta futura de CC no PPGEFD.

## **CAPÍTULO IX - DAS BOLSAS**

**Art. 36.** O PPGEFD não garante bolsa de estudos para candidatos(as) aprovados(as) em processos seletivos do Programa.

**Art. 37.** Eventuais bolsas de estudo serão disponibilizadas seguindo a classificação obtida no processo de seleção, observando-se as normas definidas pelas agências de fomento, regras institucionais do IFBA e da UFSB, bem como outros critérios definidos pela comissão de bolsas.

**Art. 38.** Estudantes com bolsa de estudos que reprovarem em CC e extrapolarem o prazo definido neste Regimento para o Exame de Qualificação poderão ter a referida bolsa cancelada.

Parágrafo único – Caberá ao Colegiado deliberar acerca do cancelamento da bolsa, após justificativa do discente, respeitadas as normas definidas pelas agências de fomento e as regras institucionais do IFBA e da UFSB.

## **CAPÍTULO X - DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, EXCLUSÃO E TRANSFERÊNCIA DE DISCENTES**

**Art. 39.** Os procedimentos de inscrição e seleção serão regidos por edital específico que discriminará as etapas, os critérios, a quantidade de vagas e o cronograma do processo seletivo para ingresso de estudantes no Programa.

**Art. 40.** Alunos(as) especiais, externos(as) ao Programa, serão selecionados(as) em edital próprio.

**Art. 41.** O processo seletivo para ingresso de aluno(a) regular no PPGEFD será conduzido por uma comissão de seleção designada por dirigente da instituição associada à qual pertença a titularidade da Coordenação Geral.

§ 1º. A comissão de seleção deve ser formada por, no mínimo, 3 (três) docentes do Programa indicados(as) pelo Colegiado.

§ 2º. São atribuições da comissão de seleção:

a) Organizar e conduzir o processo seletivo em todas as suas etapas, segundo as normativas institucionais vigentes, encaminhando ao Colegiado as atas de reunião da comissão de seleção e a relação dos(as) aprovados(as) para homologação, ao fim do processo;

b) Definir o conteúdo programático e elaborar os instrumentos para aferir conhecimentos durante o processo seletivo, em concordância com o escopo do Programa e as definições do Colegiado;

c) Responder a eventuais recursos impetrados por candidatos(as) referentes às etapas do processo seletivo.



**Art. 42.** Estrangeiros(as) podem candidatar-se ao PPGEFD como aluno(a) regular e devem observar as diretrizes do edital de seleção, exceto quando acordos internacionais específicos previrem outras formas de ingresso no Programa.

§ 1º. Candidatos(as) estrangeiros(as) não residentes no Brasil devem apresentar visto de estudante ou equivalente que permita realizar estudo de pós-graduação no país, em período previsto pela legislação nacional.

§ 2º. Candidatos(as) estrangeiros(as) não nativos(as) de países de língua portuguesa também deverão demonstrar proficiência nessa língua, se aprovados(as), de acordo com critérios estabelecidos pelo Colegiado, no prazo máximo de 6 (seis) meses após a matrícula no PPGEFD, sob pena de serem desligados(as).

§ 3º. Em caso de aprovação de candidato(a) estrangeiro(a) em processo seletivo no Programa, caso requerido pelo(a) interessado(a), a Coordenação Geral poderá expedir documento comprobatório da referida aprovação, para fins de requisição de visto e estada no país, não sendo essa uma garantia de que tal requerimento será deferido pelas autoridades competentes.

§ 4º. Candidatos(as) nativos(as) de países de língua inglesa não precisam realizar exame de suficiência nessa língua.

§ 5º. Discentes que ingressarem no Programa mediante acordos internacionais, sem submeter-se ao processo seletivo regular, deverão ser aprovados(as) em exame de suficiência em língua inglesa aplicado pelo Programa ou por órgão indicado pelo Colegiado, em um prazo de até 6 (seis) meses após a matrícula no PPGEFD, sob pena de serem desligados(as). Salvo discentes nativos(as) de países de língua inglesa, que ficam dispensados deste exame de proficiência.

**Art. 43.** Os critérios de seleção para ingresso de aluno(a) regular devem ser dispostos em edital específico e incluir, minimamente:

- a) Prova(s) de conhecimento específico relativo à área de concentração baseada no conteúdo programático definido no Edital de Seleção;
- b) Análise de Currículo Lattes do candidato, do histórico escolar da graduação e do projeto de pesquisa.
- c) Defesa oral da proposta de trabalho apresentada ao PPGEFD por meio de entrevista.

Parágrafo Único – A classificação final será computada a partir da soma das notas das avaliações, com peso de 50% para a prova escrita de conhecimentos gerais, 30% para a entrevista, de 20% para o exame do Currículo. Os(As) candidatos(as) serão aceitos(as) no curso de acordo com a ordem de classificação e pelo número de vagas disponíveis por linha de pesquisa.

**Art. 44.** A proficiência em língua estrangeira poderá ser feita em inglês ou espanhol ao longo do processo de formação do(a) estudante em período a ser definido por meio de edital interno elaborado pelo colegiado do PPGEFD.

§ 1º. A dispensa do exame de língua inglesa pode ser solicitada no momento da inscrição da(o) candidata(o) no processo seletivo, mediante apresentação de certificado de aprovação em exame de suficiência ou proficiência em língua inglesa, com rendimento acadêmico igual ou superior a setenta por cento (70%), desde que tal aprovação tenha ocorrido em um prazo máximo de até 5 (cinco) anos antes da data de inscrição do(a) candidato(a) no processo seletivo no PPGEFD.

§ 2º. Alternativamente, a dispensa do exame de língua inglesa poderá ser solicitada no momento da inscrição do(a) candidato(a) no processo seletivo, mediante apresentação de

certificado de aproveitamento nos seguintes exames: TOEFL – Test of English as Foreign Language (mínimo de 213 pontos para o CBT TOEFL ou 550 pontos para o TOEFL tradicional ou 80 pontos no Internet Based Test); IELTS – International English Language Test (mínimo 6,0); FCE – First Certificate in English; CAE – Certificate in Advanced English; CPE – Certificate of Proficiency in English; ESOL – English for Speakers of Other Languages; MICHIGAN ECPE – Examination for Certificate of Proficiency in English; TOEIC – Test of English for International Communication.

§3º. A nota mínima de aprovação no exame é seis (6,0).

**Art. 45.** Candidatos(as) estrangeiros(as) não provenientes de países de língua portuguesa deverão ser aprovados(as) em um teste de proficiência em língua portuguesa no prazo máximo de seis meses após seleção.

§1º. O(a) candidato(a) estrangeiro(a) poderá ser dispensado do teste de proficiência em língua portuguesa caso apresente o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras).

§2º. A nota mínima de aprovação no exame é seis (6,0).

Parágrafo Único – O(a) candidato(a) estrangeiro(a) que for reprovado será descredenciado do programa.

**Art. 46.** Os critérios específicos de seleção de candidatos(as) brasileiros(as) e estrangeiros(as), número de vagas, documentação requerida para inscrição e demais informações pertinentes serão divulgados a cada edital elaborado pela comissão de seleção e homologado pelo Colegiado.

Parágrafo único – A critério do Colegiado, o diploma de graduação do(a) candidato(a) pode ser substituído por um atestado de previsão de conclusão da graduação, condicionado à apresentação do certificado ou diploma dentro do prazo estipulado pelas instituições para efetivar a matrícula no Programa.

**Art. 47.** Os(as) candidatos(as) serão aceitos(as) no programa de acordo com a ordem de classificação obtida no processo seletivo, consideradas as especificidades detalhadas em edital e o número de vagas disponíveis por orientador(a).

**Art. 48.** Dentro dos prazos previstos no calendário acadêmico, são admitidas transferências de alunos(as) entre cursos de pós-graduação stricto sensu das Instituições Associadas ou de outras instituições de ensino superior, bem como entre as Instituições Associadas ao PPGEFD, a critério do Colegiado, e desde que haja vaga e disponibilidade para o pleno atendimento acadêmico ao(à) aluno(a).

## **CAPÍTULO XI - DA MATRÍCULA, DO TRANCAMENTO E DA SUSPENSÃO DE MATRÍCULA DISCENTE**

**Art. 49.** Candidato(a) aprovado(a) como aluno(a) especial, externo ao Programa, deverá formalizar sua matrícula conforme edital específico.

**Art. 50.** Candidato(a) aprovado(a) no processo seletivo regular deverá formalizar sua matrícula, presencialmente no setor acadêmico competente, Setor de Apoio à Pós-graduação/UFSPB e CORES/IFBA das Instituições Associadas ao PPGEFD, de acordo com calendário acadêmico definido pelo Colegiado.

§ 1º. Candidatos(as) que tiverem matrícula efetuada no prazo estipulado serão registrados(as)

como discentes de pós-graduação nas Instituições Associadas, conforme prevê o Capítulo VI deste Regimento.

§ 2º. Discentes regulares devem renovar a matrícula a cada período letivo (semestre), no prazo estipulado em calendário acadêmico do PPGEDF.

§ 3º. Discente que não renovar a matrícula a cada período letivo, durante o prazo definido para tal, poderá ser desligado(a) do Programa e perder o direito à vaga, que poderá ser preenchida com candidato(a) aprovado(a) e classificado(a) em processo seletivo no Programa, a critério do Colegiado.

§ 4º. Para matricular-se em CC, o(a) discente deve acessar o sistema da instituição responsável pela oferta, segundo o calendário acadêmico anual.

§ 5º. A matrícula ou inscrição em CC deverá ser efetuada com anuência prévia do(a) orientador(a) e/ou da Coordenação Institucional.

§ 6º. Para estar vinculado ao Programa, o(a) discente deverá estar matriculado em pelo menos um CC no período letivo.

§ 7º. Caso seja desligado(a) do Programa pelo Colegiado, o(a) discente poderá solicitar reintegração junto ao setor acadêmico competente, Setor de Apoio à Pós-graduação/UFSB ou CORES/IFBA, munido(a) dos seguintes documentos: carta de aceite de orientador/a, projeto de pesquisa e cronograma de execução e, quando cabível, pedido de aproveitamento de estudos para integralizar os créditos já cumpridos no Programa, desde que obedeça ao Capítulo XIII deste Regimento.

**Art. 51.** Com anuência do(a) orientador(a), o(a) discente regular pode requerer ajuste da matrícula ou trancamento integral, mediante justificativa cabível.

§ 1º. O ajuste de matrícula, com trancamento de CC, pode ser feito até o segundo dia de aula do CC, por meio de requerimento formal e com justificativa por escrito, protocolado junto ao setor acadêmico competente, Setor de Apoio à Pós-graduação/UFSB e/ou CORES/IFBA, e será avaliado pelo Colegiado do curso.

a) O trancamento de um CC pode ser solicitado uma única vez durante a permanência do(a) discente no Programa.

b) É permitido trancar até dois CC durante a permanência do(a) discente no Programa.

§ 2º. O trancamento integral do curso pode ser concedido somente a partir do segundo período letivo após o ingresso no Programa, salvo deliberação em casos específicos e com justificativa aceita pelo Colegiado, por um prazo de 1 (um) período letivo, sem possibilidade de renovação, exceto em decorrência de problemas de saúde, quando o(a) estudante deve dar entrada na solicitação junto aos setores acadêmicos competentes (Setor de Apoio à Pós-graduação/UFSB e/ou CORES/IFBA), com atestado médico, para homologação a ser feita por perito médico das instituições associadas.

a) Concluído o período de trancamento integral, o(a) discente que não formalizar matrícula no Programa para o período letivo subsequente será desligado(a) automaticamente do PPGEDF.

b) O desligamento deve ser registrado em ata de reunião do Colegiado e no histórico escolar discente, e ser comunicado formalmente ao(à) discente e ao(à) orientador(a), bem como às instâncias competentes.

**Art. 52.** A licença maternidade ou paternidade, por nascimento ou adoção, deve ser concedida mediante requisição ao setor acadêmico competente (Setor de Apoio à Pós-graduação/UFSB

e/ou CORES/IFBA), acompanhada de documentos comprobatórios e desde que a solicitação não extrapole a primeira semana após o parto ou a oficialização da adoção.

§ 1º. Após a formalização do pedido, caso a documentação esteja em conformidade com este Regimento e com a legislação vigente, ele será homologado pelo colegiado ou setor competente das Instituições associadas.

§ 2º. O setor acadêmico competente poderá remeter o requerimento à Coordenação Institucional para análise, caso julgue necessário, e esta poderá submetê-lo ao Colegiado para apreciação.

§ 3º. Em caso de mestranda grávida bolsista, a licença por nascimento deverá ser formalmente comunicada às agências de fomento durante a vigência da bolsa, acompanhada por documentação da Pró-reitoria, Coordenação Institucional e/ou orientador(a), conforme o caso, além de documentos comprobatórios da gestação e do nascimento da criança.

a) É de inteira responsabilidade da estudante bolsista estar ciente dos prazos e obedecer às deliberações da agência de fomento vinculada à bolsa.

§ 4º. O trancamento, quando concedido, será por um prazo de 1 (um) período letivo e a discente deverá efetuar matrícula no período letivo (semestre) subsequente.

**Art. 53.** É permitido, ainda, trancamento em razão de doença (licença saúde) que impeça o(a) aluno(a) de participar das atividades do Programa.

§ 1º. Os prazos no Programa poderão ser suspensos mediante solicitação do(a) aluno(a) ao setor acadêmico competente (Setor de Apoio à Pós-graduação/UFSB e/ou CORES/IFBA), desde que devidamente comprovada por laudo médico ou odontológico informando o período recomendado de trancamento, que será homologado por perito médico das instituições associadas, a fim de que o Colegiado aprecie o parecer emitido e dê o encaminhamento necessário.

§ 2º. A solicitação de trancamento por motivo de saúde será avaliada por perito médico das instituições associadas e homologada pelo Colegiado.

## **CAPÍTULO XII - DO TEMPO DE PERMANÊNCIA NO CURSO**

**Art. 54.** A duração do mestrado no PPGEFD é de, no mínimo, 12 (doze) meses e, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de início das atividades acadêmicas de cada turma no Programa, e encerra-se na data de defesa pública da dissertação.

§ 1º. Em caráter excepcional, a prorrogação de prazo para a defesa da dissertação poderá ser concedida por período não superior a 6 (seis) meses para finalizar o curso, mediante justificativa fundamentada a ser analisada pelo Colegiado, desde que não implique em ultrapassar 30 (trinta) meses de permanência no Programa.

§ 2º. Para solicitar prazo complementar, o(a) discente obrigatoriamente deve ter sido aprovado(a) no exame de qualificação.

§ 3º. A solicitação de prazo complementar deve ser protocolada pelo(a) discente junto ao setor acadêmico competente (Setor de Apoio à Pós-graduação/UFSB ou CORES/IFBA), com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias para o fim do período regular, contendo os seguintes elementos que serão analisados pelo Colegiado:

a) Justificativa fundamentada para a prorrogação, com comprovação documental, quando cabível;

b) Ciência e anuência do(a) orientador(a) acerca do pedido de prorrogação e da justificativa apresentada;

c) Cronograma de atividades a serem executadas até a nova data prevista para defesa da dissertação;

d) Caso o pedido de prorrogação seja para período superior a 30 (trinta) dias, também deverá vir acompanhado da versão atual da dissertação.

§ 4º. O Colegiado do PPGEFD não analisará pedidos de prorrogação apresentados de forma extemporânea ou com documentação incompleta, sendo os mesmos sumariamente indeferidos pelo setor acadêmico competente (Setor de Apoio à Pós-graduação/UFSB ou CORES/IFBA) ou Coordenação Institucional.

§ 5º. Caso o Colegiado indefira o pedido de prorrogação, o(a) estudante deverá defender a dissertação e cumprir as demais obrigações acadêmicas dentro do prazo regular, sob pena de desligamento do Programa.

§ 6º. Estudantes que tiveram matrícula trancada integralmente por 1 (um) período letivo não podem solicitar prazo complementar, salvo previsto no Artigo 51 § 2º, nos casos de decorrência de problemas de saúde.

§ 7º. Eventuais bolsas de estudos serão interrompidas ao fim do prazo regular para conclusão do curso, vinte e quatro meses, conforme previsto no Art. 54, respeitando as definições das agências de fomento.

§ 8º. Cada discente deve renovar matrícula a cada período letivo (semestre) enquanto estiver vinculado ao Programa.

### **CAPÍTULO XIII - DO DESLIGAMENTO E REINGRESSO DISCENTE**

**Art. 55.** O desligamento e a reintegração dos(as) estudantes serão deliberados pelo Colegiado devido a quaisquer dos seguintes motivos:

a) Apresentar rendimento acadêmico insatisfatório (nota final inferior a 7,0) em dois CC distintos ou duas vezes no mesmo CC;

b) Não ter efetivado matrícula, sem justificativa formal e procedente, durante o período definido no calendário acadêmico do PPGEFD;

c) Não ter apresentado certificado de suficiência em língua estrangeira no prazo máximo permitido, quando cabível;

d) Não ter apresentado certificado de suficiência em língua portuguesa no prazo máximo permitido, para o caso de estudantes estrangeiros(as) oriundos(as) de países não falantes de língua portuguesa;

e) Ter ultrapassado o prazo máximo de 30 (trinta) meses para integralizar o curso;

f) Ter praticado fraude comprovada em trabalhos de verificação de aprendizagem, em publicações científicas ou no desenvolvimento da dissertação;

g) Ter comprovadamente violado princípios éticos que regem o funcionamento do Programa e as relações de convivência dentro do ambiente universitário e institucional, incluindo omissão de informações, furto, burla de qualquer natureza, fraude ou outro motivo que desabone sua conduta acadêmica e científica;

h) Ter causado perdas e danos comprovados ao patrimônio das instituições responsáveis pelo Programa;

i) A pedido do(a) estudante, mediante requerimento justificado e protocolado junto ao setor acadêmico competente (Setor de Apoio à Pós-graduação/UFSB e CORES/IFBA).

Parágrafo único. Estudantes desligados(as) podem pedir reintegração uma única vez, junto ao setor acadêmico competente (Setor de Apoio à Pós-graduação/UFSB ou CORES/IFBA), sendo o prazo máximo para solicitar reintegração de um (1) ano após o desligamento, caso contrário, após esse período, o(a) aluno(a) deverá realizar nova seleção para ingressar no PPGEFD, conforme normativa interna do Programa.

## **CAPÍTULO XIV - DA POLÍTICA DE AUTOAVALIAÇÃO**

**Art. 56.** A autoavaliação do Programa deverá ocorrer no final de cada biênio de formação de modo a contribuir para uma visão ampla e esclarecedora sobre os avanços e impasses nos processos institucionais e, concomitantemente, projetar desafios a serem enfrentados no planejamento e consecução das atividades dos biênios posteriores.

§ 1º. A autoavaliação do programa deve estar inserida nos processos de autoavaliação das instituições associadas;

§ 2º. A equipe de trabalho da autoavaliação será composta por representantes da coordenação do Programa, do corpo de Técnicos Administrativos em Educação, do corpo Docente, do corpo Discente e representantes da sociedade envolvente;

§ 3º. A operacionalização do processo, conforme orientações da CAPES, cumprirá as seguintes etapas: 1) preparação, 2) implementação, 3) divulgação dos resultados, 4) uso dos resultados, 5) meta-avaliação;

§ 4º. O processo de culminância da autoavaliação ocorrerá com um evento público bianual.

a) Tal evento deverá ocorrer ao modo de um seminário para a consolidação de aprendizagens, socialização de conhecimento, fortalecimento de elos político-pedagógicos e prospecção de cenários de superação dos impasses identificados na experiência autoavaliativa.

## **SEÇÃO II - DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO**

### **CAPÍTULO XV - DA ORIENTAÇÃO**

**Art. 57.** O(A) estudante será supervisionado(a) por um(a) orientador(a) para desenvolver a dissertação de mestrado no PPGEFD.

Parágrafo único – Ao(À) estudante é assegurado o direito de indicar o nome de três orientadores(as), sendo possível, contudo, que um(a) outro(a) docente indicado(a) pelo Programa assumam sua orientação.

**Art. 58.** O(A) orientador(a) deve ser portador(a) do grau de doutor(a), bem como pertencer ao corpo docente permanente ou colaborador do PPGEFD.

Parágrafo único – O número de orientandos(as) por orientador(a) está subordinado às normas

vigentes da Capes para os cursos de pós-graduação stricto sensu, bem como os documentos institucionais das Instituições Associadas.

**Art. 59.** A Coordenação Geral e/ou Institucional poderá homologar a indicação de até um coorientador(a), quando solicitado e justificado pelo(a) orientador(a).

§ 1º. Coorientadores(as) devem no mínimo portar grau de mestre(a) obtido em programa de pós-graduação stricto sensu.

§ 2º. O(A) orientador(a) deverá encaminhar à Coordenação Geral e Institucional formulário específico indicando a coorientação, mediante anuência prévia do(a) doutor(a)/mestre(a) indicado(a) como coorientador(a).

§ 3º. Caso cesse a coorientação antes da conclusão do curso, a Coordenação Geral e Institucional deverá ser formalmente comunicada, com as devidas justificativas.

**Art. 60.** Compete ao(à) orientador(a):

- a) Acompanhar o desempenho acadêmico do(a) discente, orientando-o(a) na escolha dos CC, no desenvolvimento das atividades acadêmicas e na elaboração e execução do projeto de dissertação;
- b) Supervisionar a execução do projeto de dissertação em todas as suas etapas, incluindo a publicação dos resultados;
- c) Promover a integração do(a) mestrando(a) em projetos e grupos de pesquisa no Programa;
- d) Estimular a produção científica qualificada do(a) discente;
- e) Diagnosticar problemas e dificuldades que, por qualquer motivo, interfiram no desempenho do(a) mestrando(a), e orientá-lo(a) na busca de soluções;
- f) Referendar a cada período letivo a matrícula do(a) orientando(a), manifestando anuência sobre a inscrição em CC;
- g) Informar à Coordenação Geral e/ou Institucional sobre problemas porventura existentes no andamento da vida acadêmica do(a) orientando(a) sob sua responsabilidade;
- h) Recomendar ao Colegiado a mudança de orientação, devidamente justificada, mediante diálogo prévio com o(a) orientando(a).
- i) Conhecer o Regimento, atentar-se aos prazos e às normas de qualificação e defesa no Programa.
- j) Inserir as notas dos(as) seus(suas) orientados(as) nos CCs Seminário de Pesquisa II, Escrita Orientada de Dissertação I e II, segundo calendário acadêmico, no respectivo sistema acadêmico do(a) discente regular.

**Art. 61.** O Colegiado poderá autorizar substituição do(a) orientador(a), a pedido do(a) orientando(a) e/ou do(a) orientador(a), por meio de requerimento formal dirigido à Coordenação Geral e/ou Institucional, com justificativa fundamentada e detalhada para a mudança, sopesadas todas as variáveis intervenientes nesse processo.

§ 1º. O requerimento deverá ser assinado pelo(a) orientando(a) e pelo atual orientador(a).

§ 2º. O requerimento do(a) discente solicitando mudança de orientação deverá incluir:

- a) Carta de aceite de provável novo(a) orientador(a), visando à celeridade na análise do pedido pelo Colegiado, uma vez que a solicitação não será deferida antes que se defina nova orientação para o(a) mestrando(a);

- b) Documento contendo título do projeto de dissertação, resumo com objetivos e resultados esperados, bem como cronograma atualizado de execução do projeto, dentro do prazo regulamentar.
- c) Caso o projeto de dissertação continue o mesmo, incluir declaração assinada pelo(a) discente e pelo(a) docente, até então orientador(a), informando que não há conflitos éticos implicados na continuidade do projeto de dissertação com o(a) novo(a) orientador(a).

## **CAPÍTULO XVI - DA ESTRUTURA CURRICULAR DO PROGRAMA E DAS ATIVIDADES CURRICULARES**

**Art. 62.** O currículo do PPGEFD está definido segundo os documentos institucionais que versam sobre a Pós-graduação nas Instituições Associadas:

- I Componentes curriculares (CC)
- II Atividades curriculares
- a) Seminários de Pesquisa;
- b) Estágio Docente no Ensino Superior

§ 1º. O PPGEFD adota modelo semestral, logo 1 (um) período letivo configura-se como 1 (um) semestre.

§ 2º. Os CC obrigatórios devem ser ofertados aos alunos(as) regulares do Programa em todas as Instituições Associadas (Tabela 1), e, se possível, serem vinculados a pelo menos um(a) docente de cada instituição.

Tabela 1. Atividades curriculares e Componentes Curriculares do Programa de Pós-graduação em Ensino e Formação Docente (PPGEFD – IFBA/UFSB).

<b>Componente Curricular/Disciplina/Atividades</b>	<b>Carga Horária Total (h)</b>	<b>Crédito(s)</b>
<b>Inovações pedagógicas e estratégias metodológicas</b>	60	4
<b>Práticas pedagógicas em processos decoloniais</b>	60	4
<b>Seminários de Pesquisa I: Metodologias de pesquisa e intervenção</b>	30	2
<b>Seminários de Pesquisa II: Apresentação e Análise de projetos de pesquisa</b>	30	2
<b>Estágio Docente no Ensino Superior: Prática e Estágio Docente no Ensino Superior</b>	30	2
<b>Escrita orientada de Projeto de Pesquisa</b>	60	4
<b>Escrita orientada de Dissertação</b>	120	8
<b>Políticas públicas e gestão educacional</b>	30	2
<b>Micropolíticas da convivência urbana na escola</b>	30	2
<b>Organização do trabalho pedagógico e práticas educativas</b>	30	2
<b>Direito educacional e suas implicações na prática pedagógica</b>	30	2
<b>Políticas curriculares e democratização de saberes</b>	30	2



Oficina de multiletramentos contemporâneos e práticas pedagógicas de docentes e discentes	30	2
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e educação	30	2
Educação Profissional e Tecnológica em Comunidades Indígenas e Quilombolas	30	2
Práticas Pedagógicas e Inclusão escolar	30	2
Oficina de planejamento e Avaliação em Educação	30	2
Ensino, planejamento e avaliação: políticas e práticas	30	2
Sala multisseriada e prática pedagógica	30	2
Cartografia decolonial	30	2
Educação Escolar Indígena e Decolonialidade	30	2
Oficina de Quilombismo Literário	30	2
Processos de educação ambiental e saberes locais	30	2
Interculturalidade e educação escolar	30	2
Linguagem, Racismo e Decolonialidade	30	2
Escola e Sociedade	30	2
Encontro de Saberes	30	2
Oficina de Educação no Campo	30	2
Oficina de Decolonização do Corpo	30	2
Oficina de produção de material didático	30	2

§ 3º. Docentes do Programa, responsáveis pelos CC obrigatórios ou optativos, ficam responsáveis por alimentar o sistema acadêmico em sua instituição de lotação, dentro do prazo do calendário acadêmico.

**Art. 63.** Os CC devem ser ofertados prioritariamente de maneira presencial e, de maneira eventual, a critério do Colegiado, de modo metapresencial e/ou mediados total ou parcialmente por Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TICs);

**Art. 64.** É obrigatória a apresentação do aceite para a publicação ou da publicação de artigo de autoria conjunta, orientador(a) e orientando(a), para agendamento da defesa de dissertação.

**Art. 65.** O currículo para integralizar o mestrado no PPGEFD totaliza 30 (trinta) créditos, dos quais 24 (vinte e quatro) devem ser obtidos em CC – sendo 14 (catorze) obrigatórios e 10 (dez) optativos – e 06 (seis) créditos na elaboração da Dissertação.

**Art. 66.** Alterações e ajustes na matriz curricular do PPGEFD serão avaliados pelo Colegiado e encaminhados às instâncias competentes do IFBA e da UFSB para homologação.

**Art. 67.** Alterações e ajustes em ementa de CC do PPGEFD serão avaliados e homologadas pelo Colegiado.

**Art. 68.** Os CC a serem oferecidos a cada período letivo serão definidos pela Coordenação Geral, após consulta ao corpo docente envolvido nos CC.

§ 1º. CC obrigatórios serão ofertados ao menos uma vez no calendário acadêmico anual do Programa.

§ 2º. CC optativos serão ofertados a depender da disponibilidade do corpo docente do PPGEFD.

§ 3º. Caso um CC optativo tenha número de matriculados(as) inferior a três discentes, ficará a cargo do(a) docente manter ou solicitar o cancelamento do CC à Coordenação Institucional. Caso opte pelo cancelamento, o(a) docente terá até uma semana após o prazo de encerramento das matrículas para comunicar a Coordenação, a qual encaminhará a decisão ao setor acadêmico competente (Setor de Apoio à Pós-graduação/UFSB ou CORES/IFBA) para o fechamento do CC.

§ 4º. CC não planejados para o calendário anual poderão ser ofertados, contudo o(a) docente deverá enviar solicitação à Coordenação Geral, acompanhada de ementa, sugestão de calendário e horários. O Colegiado deverá avaliar e deliberar pela viabilidade da oferta.

## **CAPÍTULO XVII - DO SISTEMA DE CRÉDITOS, DA APROVAÇÃO E DA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR**

**Art. 69.** Para compor os créditos, os(as) discentes regulares do PPGEFD, independente da instituição que oferta o CC, poderão matricular-se com prioridade, sem necessidade de edital próprio.

§ 1º. Quando aprovados, os(as) discentes regulares do Programa integralizarão os CC de maneira automática, por meio de convalidação, sem necessidade de pedido formal à instituição de origem;

§ 2º. Ao final de cada período acadêmico, as Coordenações institucionais devem compartilhar a documentação e remetê-la ao setor acadêmico competente (Setor de Apoio à Pós-graduação/UFSB e CORES/IFBA) para que efetive a convalidação nos sistemas acadêmicos institucionais.

**Art. 70.** O sistema de créditos e a verificação da aprendizagem no Programa adotam o critério numérico, variando de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), com uma casa decimal.

**Art. 71.** Considerar-se-á aprovado(a) o(a) discente que obtiver, no mínimo, 70 (setenta) por cento de aproveitamento no CC, com nota igual ou superior a 7,0 (seis), e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

**Art. 72.** Os discentes do PPGEFD estão obrigados(as) a apresentar relatórios semestrais de atividades, no modelo fornecido pelo Programa, incluindo autoavaliação da relação de orientação.

**Art. 73.** A critério do Colegiado, o(a) mestrando(a) poderá solicitar aproveitamento de crédito para atividades diversas realizadas durante o mestrado.

§ 1º. Estudantes poderão aproveitar até 6 (seis) créditos em CC cursados nos últimos 5 (cinco) anos em outros Programas de Pós-graduação stricto sensu recomendados pela Capes, desde que estejam relacionados à área de concentração do PPGEFD.

§ 2º. Serão aproveitados todos os créditos obtidos em CC do PPGEFD que tenham sido cursados no prazo máximo de até 3 (três) anos do pedido de aproveitamento.

§ 3º. Somente poderão ser aproveitados créditos obtidos em CC de programas de pós-graduação do IFBA, da UFSB ou de outra instituição integrante do Sistema Nacional de Pós-Graduação da Capes, desde que o(a) mestrando(a) tenha alcançado rendimento acadêmico igual ou superior a 60% (sessenta por cento).

§ 4º. Aproveitamento de créditos e aceitação de diplomados por instituição de nível superior estrangeira dependerá de aprovação do Colegiado do Programa, observados o histórico

escolar do(a) candidato(a) e a legislação em vigor.

## **CAPÍTULO XVIII - DO ESTÁGIO DE DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**

**Art. 74.** O Estágio Docente no Ensino Superior é parte integrante da formação do(a) pós-graduando(a) no PPGEFD, objetivando prepará-lo(a) para a docência e contribuir para a qualificação do ensino de graduação, prioritariamente, sendo obrigatório para todos(as) os(as) estudantes regularmente matriculadas(os) no PPGEFD.

§ 1º. O(A) discente deve obter, no mínimo, 2 (dois) créditos pelo conjunto de atividades no estágio de docência, conforme normatização específica, atendendo às exigências das agências de fomento.

§ 2º. O Estágio Docente no Ensino Superior deverá ser desenvolvido em cursos de nível de graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação, podendo o(a) estudante realizá-lo com o(a) próprio(a) orientador(a) ou outro(a) docente vinculado ao IFBA, à UFSB ou a outra instituição de ensino superior, desde que manifeste anuência em formulário próprio durante a matrícula ou inscrição do(a) estudante nesta atividade curricular.

§ 3º. O(A) estudante pode ser dispensado(a) do estágio de docência, caso comprove experiência prévia de docência no ensino superior ou na educação básica, conforme regulamento interno próprio da atividade no PPGEFD.

## **CAPÍTULO XIX - DA NORMATIZAÇÃO, DA FORMA DE APRESENTAÇÃO E DA DISSERTAÇÃO**

**Art. 75.** A dissertação poderá ser elaborada em corpo único e contínuo ou no formato de capítulos.

§ 1º. Os capítulos podem ser substituídos por artigos já publicados, submetidos para publicação ou em elaboração, precedidos por uma única introdução geral e sucedidos por uma conclusão geral, desde que em comum acordo orientador(a)/orientando(a).

§ 2º. A dissertação deverá ser redigida em língua portuguesa.

§ 3º. A redação em outras línguas pode ser autorizada na versão final de artigos científicos, quando houver aprovação de um determinado capítulo(s) por periódico(s) internacional(is) qualificado(s), indicando data de publicação, quando houver, e o periódico de vinculação.

§ 4º. É total responsabilidade do(a) autor(a) da dissertação garantir que o texto apresentado no corpo do trabalho atende à norma padrão da Língua Portuguesa, podendo a banca examinadora, caso julgue pertinente, solicitar comprovação de revisão textual por profissional qualificada(o), às expensas do(a) autor(a) do trabalho, a fim de garantir padrões aceitáveis pelo Programa.

§ 5º. O corpo do trabalho deve seguir as normas de estilo estabelecidas pelo Programa, sendo que os capítulos redigidos em formato de artigo podem ser padronizados, quando possível, segundo as normas dos periódicos aos quais tenham sido ou serão submetidos, de forma a agilizar a publicação.

## **CAPÍTULO XX - DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO**

## E DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO

**Art. 76.** O(A) discente somente poderá realizar o Exame de Qualificação quando tiver cursado os dois componentes curriculares obrigatórios e cinco componentes curriculares optativos.

**Art. 77.** A banca do Exame de Qualificação obrigatoriamente deve ser agendada com, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência da data prevista para a apresentação, que deverá ocorrer até o 19º (décimo nono) mês após ingresso do(a) discente no Programa.

§ 1º. A solicitação remetida ao Colegiado deve incluir formulário devidamente preenchido e assinado indicando a banca de avaliação, que deverá ser composta pelo(a) orientador(a) ou coorientador(a), na condição de presidente(a), e mais dois(duas) membros(as) titulares doutores(as), sendo pelo menos um(a) deles(as) externo(as) ao Curso e às Instituições Associadas, e a indicação de no mínimo dois(duas) suplentes.

§ 2º. A Coordenação Geral avaliará a solicitação e poderá homologar os nomes sugeridos para a banca ou, quando necessário, o Colegiado poderá indicar outros nomes, mediante justificativa.

§ 3º. É de responsabilidade do(a) estudante e/ou do(a) orientador(a) encaminhar as cópias da dissertação em desenvolvimento aos membros da banca examinadora, após confirmação da marcação do exame pelo Colegiado, até 20 (vinte) dias antes da defesa.

§ 4º. Caso o(a) discente não solicite agendamento ou prorrogação do exame no prazo estipulado, será considerado reprovado(a).

**Art. 78.** O Exame de Qualificação consistirá em uma apresentação pública da dissertação em desenvolvimento, com duração mínima de 30 (trinta) e máxima de 45 (quarenta e cinco) minutos, seguida de arguição pela banca.

§ 1º. Na apresentação, o(a) estudante fará um resumo da dissertação, mostrando a relevância e a contribuição científica do trabalho, bem como o estágio de desenvolvimento da pesquisa, incluindo resultados preliminares e cronograma de finalização.

§ 2º. A apresentação oral do(a) mestrando(a), seu domínio sobre o embasamento teórico e metodológico do tema e a versão prévia da dissertação serão objetos de avaliação.

§ 3º. Em casos excepcionais, a participação dos(as) membros(as) da banca, bem como do(a) discente, poderá ser mediada por tecnologia (ex. web meeting).

§ 4º. Em caso excepcional, da impossibilidade de um(a) membro(a) da banca em participar do Exame de Qualificação, seja presencialmente ou mediante tecnologia, este(a) poderá emitir um parecer escrito, que deverá ser juntado aos pareceres dos(as) outros(as) membros(as) para emissão de nota final.

§ 5º. O(A) presidente(a) da banca deverá estar na sessão presencialmente ou, em casos excepcionais, mediante o uso de tecnologias.

§ 6º. Na impossibilidade da presença do orientador(a) ou coorientador(a), o Colegiado poderá indicar outro(a) membro(a) docente do PPGEFD para presidir a banca.

**Art. 79.** Cada membro(a) da banca, exceto o(a) presidente(a), emitirá parecer por escrito e atribuirá menção APROVADO ou REPROVADO, correspondente à apresentação e ao trabalho escrito da qualificação.

Parágrafo único - Em caso de reprovação, a banca examinadora deve indicar no parecer final as razões que embasaram tal decisão.

**Art. 80.** Em caso de reprovação no primeiro Exame de Qualificação, o(a) discente deve submeter-se novamente à banca de defesa em até 90 (noventa) dias, a partir da data da reprovação.

§ 1º. Até 30 dias após a primeira reprovação, o(a) discente deverá solicitar novo agendamento de defesa de qualificação.

§ 2º. Caso haja segundo Exame de Qualificação, será mantida a mesma banca do primeiro exame, exceto quando houver solicitação de mudança encaminhada por orientando(a) e/ou orientador(a), devidamente justificada e aceita pelo Colegiado.

§ 3º. O(A) estudante será desligado(a) do Programa caso não solicite a segunda marcação de defesa e/ou seja reprovado(a) no segundo exame de qualificação.

§ 4º. O segundo Exame de Qualificação deverá ocorrer até o 21º mês, a contar da data de ingresso do(a) discente no programa.

**Art. 81.** A prorrogação do exame poderá ser solicitada com até 90 dias de antecedência do 19º mês, após ingresso do(a) discente no Programa, e apenas caso ainda não tenha se submetido a tal exame.

§ 1º. A solicitação deve ser encaminhada à Coordenação Institucional com aval do(a) orientador(a) e apresentando justificativa fundamentada.

§ 2º. Caso o Colegiado aprove o pedido e o(a) estudante seja reprovado(a) no exame, será desligado(a) do Programa, sem direito a segundo exame, haja vista a extensão de prazo já concedida.

§ 3º. Caso o Colegiado não aprove a prorrogação, o(a) estudante deverá submeter-se ao exame de qualificação no prazo regimental.

§ 4º. Eventual concessão de prorrogação no prazo da qualificação não resulta, de forma alguma, em prorrogação na data de defesa da dissertação.

**Art. 82.** O(A) discente somente poderá realizar a defesa pública da dissertação quando já tiver concluído o CC Escrita orientada de Dissertação II.

**Art. 83.** O agendamento da defesa da dissertação deve ser requerido à Coordenação Institucional com, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência da data prevista.

§ 1º. Até 30 dias antes da data prevista para a defesa da dissertação, o(a) discente obrigatoriamente deve ter integralizado os créditos exigidos pelo Programa.

§ 2º. A solicitação remetida ao Colegiado deve incluir formulário devidamente preenchido e assinado indicando a banca de avaliação, que deverá ser composta pelo(a) orientador(a) ou coorientador(a), na condição de presidente(a), e mais dois membros(as) titulares doutores(as), sendo pelo menos um deles(as) externo(as) ao Curso e às Instituições Associadas. Ainda, no formulário, deverão ser indicados no mínimo dois(duas) suplentes.

§ 3º. A Coordenação Institucional avaliará a solicitação e poderá homologar os nomes sugeridos para a banca ou, quando necessário, o Colegiado poderá indicar outros nomes, mediante justificativa.

§ 4º. Será de responsabilidade do(a) estudante e/ou do(a) orientador(a) encaminhar cópia da dissertação aos membros da banca examinadora, após confirmação do agendamento da defesa pela Coordenação Institucional, com até 20 (vinte) dias antes da defesa.

§ 5º. Caso o(a) discente não agende a defesa no prazo estipulado será considerado(a) reprovado(a).

**Art. 84.** O julgamento da dissertação será feito em sessão pública, na qual o(a) mestrando(a) terá entre 30 (trinta) e 45 (quarenta e cinco) minutos para apresentar o trabalho e cada examinador(a) terá 45 (quarenta e cinco minutos) para analisar, arguir e debater com o(a) estudante sobre a apresentação e o trabalho escrito.

§ 1º. Cabe ao(à) presidente(a) apresentar e ceder a palavra ao(à) candidato(a) para que efetue a exposição pública do trabalho, ceder a palavra aos membros da banca examinadora para que procedam à arguição do(a) candidato(a), bem como controlar o tempo destinado a essas atividades.

§ 2º. A critério do(a) presidente(a) da banca, a palavra pode ser franqueada para o público presente à sessão pública de defesa.

§ 3º. Após apresentação e arguição públicas da dissertação, a banca examinadora reunir-se-á em sessão privada para deliberar sobre o resultado.

§ 4º. Em casos excepcionais, a participação dos(as) membros(as) da banca, bem como do(a) discente, poderá ser mediada por tecnologia (ex. web meeting).

§ 5º. Em caso excepcional, da impossibilidade de um(a) membro(a) da banca participar da defesa, seja presencialmente ou mediante tecnologia, este(a) poderá emitir um parecer escrito, que deverá ser ajuntado aos pareceres dos(as) outros(as) membros(as) para emissão de nota final.

§ 6º. O(A) presidente(a) da banca deverá estar na sessão presencialmente ou, em casos excepcionais, mediante o uso de tecnologias.

§ 7º. Na impossibilidade da presença do orientador(a) ou coorientador(a), o Colegiado poderá indicar outro(a) membro(a) docente do PPGEDF para presidir a banca.

**Art. 85.** Cada membro(a) da banca, exceto o(a) presidente(a), emitirá parecer por escrito e atribuirá menção APROVADO ou REPROVADO, correspondente à apresentação e ao trabalho escrito da dissertação.

§ 1º. Em caso de reprovação, a banca examinadora indicará no parecer final as razões que embasaram tal decisão.

§ 2º. Além do disposto no § 1º deste artigo, os trabalhos de conclusão poderão receber a menção “Aprovado(a) com Louvor”, quando houver unanimidade entre os membros da banca.

**Art. 86.** O(A) estudante que for reprovado(a) na defesa pública da dissertação será desligado(a) do curso.

**Art. 87.** Caso a(o) estudante seja aprovada(o), terá até 90 (noventa) dias, a contar da data da defesa, para entregar a versão digital definitiva da dissertação à Coordenação Institucional, a fim de ser arquivada no Programa, bem como encaminhada às bibliotecas das Instituições Associadas e aos membros da comissão examinadora, caso este tenha matrícula regular na UFSB; caso esteja matriculado(a) no IFBA como estudante regular, deve fazer o depósito do documento de Dissertação ou Trabalho equivalente, em papel e em meio eletrônico, junto à Coordenação de Curso e à Biblioteca do IFBA, conforme Regulamento geral dos cursos de pós-graduação stricto sensu do IFBA, aprovado pela Resolução Consup nº 32/2014.

§ 1º. Caso as bibliotecas ou os membros da banca solicitem versão impressa do trabalho final, é responsabilidade do(a) discente providenciá-la.

§ 2º. A cópia digital da dissertação encaminhada à Coordenação Geral e Institucional deve ser acompanhada de formulário específico disponibilizado pelo Programa, preenchido e assinado, autorizando a divulgação da obra em meio eletrônico.

§ 3º. Os dados completos referentes à dissertação, quando possível, devem ser disponibilizados na forma de publicação eletrônica, seguindo os parâmetros do movimento open science, em repositórios online open access.

§ 4º. O prazo de entrega da versão definitiva de que trata o caput deste artigo contará para a integralização do curso, em caráter improrrogável.

§ 5º. As correções para a versão definitiva da dissertação são de responsabilidade do(a) estudante, devendo ter a aprovação do(a) orientador(a) antes do envio à Coordenação Institucional.

§ 6º. Em caso da não entrega das correções da dissertação à Secretaria do Programa no prazo estabelecido, o(a) estudante será automaticamente desligada(o) do curso.

§ 7º. Após a defesa, o(a) discente poderá requerer, junto ao setor acadêmico competente (Setor de Apoio à Pós-graduação/UFSB ou CORES/IFBA), cópia da ata da Comissão Julgadora da Dissertação.

## CAPÍTULO XXI - DA TITULAÇÃO E DA EMISSÃO DE DIPLOMAS

**Art. 88.** Para solicitar o diploma e o grau de mestre(a), o(a) discente regular deverá ter cumprido, no prazo estabelecido pelo Programa, as seguintes exigências:

- a) Ter integralizado os créditos em CC, atividades diversificadas;
- b) Ter sido aprovado(a) no exame de qualificação por banca examinadora;
- c) Ter sido aprovado(a) na defesa pública da dissertação por banca examinadora;
- d) Entregar comprovante da submissão de 1 (um) artigo científico referente à dissertação, como primeiro(a) autor(a), em periódico especializado classificado pela Capes para a área de Ensino.
- e) Ter entregado a versão final da dissertação, conforme Art 86;
- f) Estar em dia com todas as obrigações junto ao Programa, às Instituições Associadas e às respectivas instâncias acadêmicas e administrativas, como empréstimo de material bibliográfico, equipamento ou outros materiais.

**Art. 89.** O diploma deverá ser emitido pela UFSB e/ou IFBA, por delegação de competência do Ministério da Educação - MEC, se possível em um único modelo, contendo os nomes das Instituições Associadas, na forma da legislação específica sobre o tema.

§ 1º. O(A) discente deverá solicitar a expedição do diploma na instituição onde tem matrícula regular, no setor acadêmico competente (Setor de Apoio à Pós-graduação/UFSB ou CORES/IFBA).

§ 2º. Os diplomas serão assinados minimamente pelo(a) Reitor(a) e pelo(a) Diplomado(a), conforme legislação vigente.

**Art. 90.** Caso o(a) discente tenha conseguido atingir 360 horas em créditos obrigatórios no PPGEDF, mas não tenha conseguido concluir o mestrado ou não tenha logrado a aprovação na defesa da dissertação, este(a) poderá ter a totalização dos créditos convertidos em certificado de especialização, que poderá ser emitido pelo setor acadêmico competente (Setor de Apoio à Pós-graduação/UFSB ou CORES/IFBA), em consonância às orientações da Resolução CNE/CES Nº 1/2018.

## **CAPÍTULO XXII - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**Art. 91.** Os recursos financeiros destinados ao Programa provêm de dotações orçamentárias das Instituições Associadas, destinadas a cursos de pós-graduação, bem como de instituições conveniadas, de doações e subvenções de outros órgãos e entidades públicas ou privadas, de agências de financiamento de projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão.

## **CAPÍTULO XXIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 92.** Ressalvados os direitos emanados da Lei de Direitos Autorais e de Propriedade Intelectual, os resultados da pesquisa de trabalho equivalente serão de propriedade das Instituições Associadas, e na sua divulgação, qualquer que seja o meio, constará obrigatoriamente a menção às Instituições Associadas, ao(s) orientador(es) e ao(a) aluno(a).

**Art. 93.** É obrigatória a menção à agência financiadora da bolsa e/ou do projeto de pesquisa, tanto na dissertação, quanto em qualquer publicação dela resultante.

**Art. 94.** Nos casos em que as atividades constantes no plano de trabalho do discente incorporarem qualquer tipo de procedimento que envolva seres vivos, a relação com outros indivíduos ou a relação com a sociedade, deve-se submetê-lo a um Comitê de Ética na Pesquisa para aprovação.

**Art. 95.** Nos casos em que as atividades constantes no plano de trabalho do discente incorporarem qualquer tipo de procedimento que eventualmente ponha em risco a vida ou a integridade física do discente, deve-se respeitar os documentos das Instituições Associadas que versam sobre o tema.

**Art. 96.** O PPGEFD deverá prover ao Curso as condições acadêmicas imprescindíveis ao atendimento do(a) aluno(a) com necessidades especiais em obediência à legislação vigente.

**Art. 97.** Este Regimento entra em vigor a partir da sua aprovação pelo Conselho Universitário - Consuni (UFSB) e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - Consepe (IFBA), ficando revogadas as disposições em contrário.

**Art. 98.** Casos omissos serão analisados e decididos pelo Colegiado do PPGEFD.